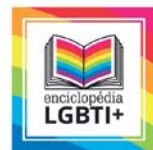




Manual de **FORMAS DE ATIVISMO E MILITÂNCIA LGBTI+**









Enciclopédia LGBTI+ Manual de FORMAS DE ATIVISMO E MILITÂNCIA LGBTI+

Realização



Financiamento

MINISTÉRIO DOS
DEREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA



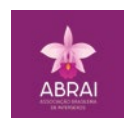
Apoio Institucional



Execução



Apoio



Enciclopédia LGBTI+

Manual de Comunicação e LGBTI+

Manual de Educação e LGBTI+

Manual de Direitos e LGBTI+

Manual de HIV/AIDS e LGBTI+

Manual de Saúde Integral e LGBTI+

Manual de Psicologia e LGBTI+

Manual de Serviço Social e LGBTI+

Manual de Empregabilidade e LGBTI+

Manual de Segurança Pública e LGBTI+

Manual de Turismo e LGBTI+

Manual de *Advocacy*, Litigância Estratégica, Controle Social e *Accountability* LGBTI+

Manual de Cultura LGBTI+

Manual de Famílias LGBTI+

Manual de Esportes e LGBTI+

Manual de Cristianismo e LGBTI+

Manual de Pessoas LGBTI+ Privadas de Liberdade

► **Manual de Formas de Ativismo e Militância LGBTI+**

Manual de Visibilidade Massiva e LGBTI+

Manual de Sustentabilidade da Causa LGBTI+

Manual de Pesquisas e LGBTI+

Manual de Interseccionalidade e LGBTI+

Manual de Feminismos e LGBTI+

Manual de Empresas e LGBTI+

Manual de História, Patrimônio e Memória LGBTI+

Manual de Antirracismo e LGBTI+

Manual de Meio Ambiente e LGBTI+

Manual de Políticas Públicas e LGBTI+

Manual de Integridade, Transparência e LGBTI+



Conheça os Manuais que já foram publicados:

<https://aliancagbti.org.br/enciclopedia-lgbti/>

Enciclopédia LGBTI+

Manual de FORMAS DE ATIVISMO E MILITÂNCIA LGBTI+



Enciclopédia LGBTI+
**Manual de
FORMAS DE ATIVISMO
E MILITÂNCIA LGBTI+**

ENCICLOPÉDIA LGBTI+

Organizadores: Toni Reis e Simón Cazal

Secretário Executivo de Publicações:

Gabriel Santinelli F. Godoy

Direção Executiva da Aliança Nacional LGBTI+

Diretor Presidente: Toni Reis

Diretora Administrativa: Rafaelly Wiest da Silva

Secretária Geral: Patrícia Mannaro

Diretor de Políticas Públicas:

Cláudio Nascimento Silva

Direção Executiva da Rede GayLatino

Secretário Geral: Simón Cazal (Paraguai)

Presidente: Ronald Céspedes (Bolívia)

Vice-Presidente: Edgardo Medina (Honduras)

Secretário: Charlie Dos Veces López (México)

Tesoureiro: Toni Reis (Brasil)

**MANUAL DE FORMAS DE ATIVISMO
E MILITÂNCIA LGBTI+**

Redação: Carla Maria Rodrigues de Souza, Gabriel Santinelli F. Godoy, Lucas Siqueira Dionísio, Mateus Cesar Costa, Maximiliano Kunrath Serôa, Simone Valêncio e Toni Reis

Editora: Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual - IBDSEX

**Produção editorial, preparação de texto e
estilagem:** Gabriel Santinelli F. Godoy

Revisão de conteúdo: David Harrad, Luiza Costa, Marcelino Faria, Narcísio Rios Oliveira, Renata de Souza Silva e Toni Reis

**Revisão ortográfica e gramatical, revisão final e
revisão de prova:** Maximiliano Kunrath Serôa

Fotografia: Aliança Nacional LGBTI+, Centro de Documentação LGBTI+ Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC LGBTI+) e Parada de SP

Arte Final: SOMOSGAY, Paraguai

Direção: Federico Gamarra

Ilustração: Fafo Ferrao

Diagramação: Gabriel Jaeggi

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Manual de formas de ativismo e militância LGBTI+ [livro eletrônico] / organização Toni Reis, Simón Cazal. -- 1. ed. -- Curitiba, PR : Aliança LGBTI, 2026. PDF ISBN 978-65-978887-0-2 1. Ativismo 2. Ativismo (Aspectos legais) 3. Direito 4. LGBTI+ - Siglas 5. Militância 6. Movimento I. Reis, Toni. II. Cazal, Simón.

26-331720.0

CDD-306.76

Índices para catálogo sistemático:

1. Ativismo e militância : LGBTI+ : Sociologia 306.76 Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Este Manual foi adaptado parcialmente da 3ª edição do Manual de Comunicação LGBTI+ publicado pela Rede GayLatino e pela Aliança Nacional LGBTI+* em 2021.

Este manual é uma realização da Rede GayLatino e da Aliança Nacional LGBTI+. Os conteúdos deste manual podem ser reproduzidos no todo ou em parte, desde que citada a fonte. Qualquer organização ou indivíduo pode disponibilizar gratuitamente a versão eletrônica deste manual em seu site ou outras mídias na internet. Este manual é uma obra prática em construção, podendo ter várias edições. Ela não é acabada. Qualquer dúvida, crítica ou sugestão pode ser encaminhada à Aliança Nacional LGBTI+ pelo e-mail: aliancagbti@aliancagbti.org.br, com o assunto “Enciclopédia LGBTI+”.

Esta publicação faz parte do Projeto Somos Mais – Paraná | Termo de Fomento nº 940520/2023 | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

É proibida a venda deste manual.

* A Aliança Nacional LGBTI+ usa a sigla LGBTI+, significando lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos + outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero, não utilizando o “Q” de *queer*, por entender que se trata de uma teoria (ex. Judith Butler), e que as outras letras são identitárias.

Aliança Nacional LGBTI+



Avenida Marechal Floriano Peixoto,
366, cj. 47 - Centro, Curitiba-PR
80010-130
41 3222 3999
aliancagbti@aliancagbti.org.br
www.aliancagbti.org.br

@ aliancagbti
AliancaLGBTI
Aliancagbti1
in Aliança Nacional LGBTI

A **Aliança Nacional LGBTI+** é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, com coordenações de representação em todas as 27 Unidades da Federação e, também, em mais de 300 municípios brasileiros. Possui 60 áreas temáticas e específicas de discussão e atuação. Tem como missão a promoção e defesa dos direitos humanos e da cidadania da comunidade brasileira de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais (LGBTI+) por meio de parcerias com pessoas físicas e jurídicas. A Aliança é membro aliada do Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+, parceira da Câmara de Comércio e Turismo LGBT do Brasil, e membro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. Participa de vários conselhos estaduais, distrital e municipais de políticas públicas do Brasil. É pluripartidária e atualmente tem mais de 2000 pessoas físicas afiliadas.

Aliança Nacional LGBTI (mandato 2024 a 2028)

Diretor Presidente: Toni Reis

Diretora Administrativa: Rafaelly Wiest da Silva

Secretária Geral: Patrícia Mannaro

Diretor de Políticas Públicas:

Cláudio Nascimento Silva

Assessora para Mobilização, Interação e Integração: Layza Lima Leopoldino

Conselho Fiscal: Patrícia Esteves, Lucas Siqueira
Dionisio e Almir França

Coordenações nomeadas:

<https://aliancagbti.org.br/category/nomeacoes/>

GayLatino



Independencia Nacional 1032,
Asunción 1250
Paraguai
www.redgaylatino.org

@ redgaylatino
Redgaylatino

GayLatino é uma rede de gays latino-americanos, ativistas em prol dos direitos das pessoas LGBTI+ e comprometidos com a resposta global ao HIV/AIDS.

Essa rede tem por objetivo a construção de uma cultura de apoio e propósito coletivo, se considerando parte de uma coalizão de pessoas que trabalham a longo prazo pela saúde e pelos direitos dos gays – bem como suas famílias e comunidades –, englobando homens que fazem sexos com homens.

GayLatino

Executiva Regional

Secretário Geral: Simón Cazal (Paraguai)

Presidente: Ronald Céspedes (Bolívia)

Vice-Presidente: Edgardo Medina (Honduras)

Secretário: Charlie Dos Veces López (México)

Tesoureiro: Toni Reis (Brasil)

Suplentes: Matías De Volder (Argentina) e
Gustavo Valdés (Cuba)

Coordenação no Brasil: Claudio Nascimento Silva

Secretário no Brasil: Marcelino Faria

Apresentação

A palavra enciclopédia tem origem no grego *enkýklios paideía*, que significa “educação em círculo” ou “conhecimento geral”. Inicialmente, o termo era utilizado para descrever um conjunto abrangente de saberes essenciais para a formação intelectual. Com o tempo, as enciclopédias passaram a ser organizadas como obras de referência, reunindo informações sobre uma ampla variedade de temas de forma sistemática ou alfabética. A primeira enciclopédia reconhecida foi compilada por Plínio, o Velho, no século I d.C., com sua obra *História Natural*. No entanto, foi a Enciclopédia de Denis Diderot e Jean le Rond d’Alembert, publicada no século XVIII, durante o Iluminismo, que consolidou o formato moderno desse tipo de obra, tornando-a um instrumento fundamental para a disseminação do conhecimento.

Seguindo essa tradição de reunir e organizar informações relevantes, a Enciclopédia LGBTI+ é um programa desenvolvido pela Aliança Nacional LGBTI+ em parceria com a Rede GayLatino, sob a organização de Toni Reis e Simón Casal. Trata-se de uma coletânea composta por 26 manuais temáticos, abordando aspectos essenciais da vivência e dos direitos das pessoas LGBTI+.

Com uma linguagem abrangente e acessível, a Enciclopédia LGBTI+ tem como objetivo fornecer recursos educativos e de referência para profissionais da saúde, educação, direito, comunicação, entre outras áreas, além de militantes, ativistas e demais pessoas interessadas em ampliar seus conhecimentos sobre diversidade sexual e de gênero. Ao reunir informações atualizadas e baseadas em evidências, a coletânea desempenha um papel essencial na promoção da inclusão e do respeito à diversidade, e possui um papel ativo no enfrentamento da LGBTIfobia, no fortalecimento das redes de apoio às pessoas LGBTI+ e na luta pelos direitos humanos e pela cidadania de LGBTI+.

Este manual convida você a uma jornada de descoberta e engajamento no universo do ativismo e da militância LGBTI+. Ao longo destas páginas, exploraremos a rica trajetória do movimento, desde suas raízes até os desafios contemporâneos, desvendando as diversas formas de atuação que moldam a luta por igualdade e justiça.

Você encontrará aqui uma análise aprofundada dos conceitos de ativismo e militância, compreendendo as nuances que os diferenciam e as estratégias que os impulsionam. Refletiremos sobre a importância da visibilidade e do empoderamento, considerando o momento certo para se assumir e as perguntas fundamentais que orientam a trajetória de cada ativista ou militante.

Acreditamos que a construção de um mundo mais justo e inclusivo exige a união de es-

forços e a criação de redes de solidariedade. Por isso, dedicamos um espaço especial para tratar da força da coletividade, da criação de parcerias e da organização de ações que fortalecem o movimento.

Além disso, oferecemos orientações práticas sobre como se posicionar diante da discriminação, como fundar uma Organização da Sociedade Civil (OSC), como desenvolver estratégias eficazes de promoção e defesa de direitos da população LGBTI+, e como utilizar as mídias sociais como ferramentas de transformação social.

Convidamos você a se inspirar com histórias de luta e resistência, a se conectar com outros ativistas e a descobrir o poder transformador do engajamento coletivo. Juntos, podemos construir um futuro em que a diversidade seja celebrada e os direitos de todas as pessoas sejam plenamente garantidos.

Toni Reis, Simón Cazal e Gabriel Santinelli

Prefácio

A história do movimento LGBTI+ no Brasil é, antes de tudo, uma história de resistência e de uma criatividade política inesgotável. Ao longo das últimas décadas, fomos capazes de transformar o estigma em orgulho e a exclusão em pautas de direitos que reconfiguraram a democracia brasileira. É nesse contexto de resgate e projeção que se insere o projeto da Enciclopédia de Temas LGBTI+, uma iniciativa para sistematizar o conhecimento produzido por e para a nossa comunidade.

Este volume que agora apresentamos, dedicado às formas de ativismo e militância, reveste-se de uma urgência particular. No Brasil de 2026, encontramos-nos em uma encruzilhada histórica. Se, por um lado, avançamos em marcos legais e visibilidade, por outro, testemunhamos uma ofensiva conservadora global que tenta reverter conquistas. Este manual, portanto, funciona como uma caixa de ferramentas para os coletivos e militantes diante dos combates que teremos de travar neste próximo período.

Esta obra oferece uma síntese das estratégias que sustentam a nossa luta. O texto percorre desde as bases teóricas e os marcos históricos do movimento até as dimensões práticas da organização política contemporânea. São abordados temas essenciais, como o funcionamento de coletivos e associações, a importância do ativismo institucional junto aos poderes públicos e o papel estratégico da comunicação digital no enfrentamento às *fake news* e aos discursos de ódio.

Na Seção A, o manual oferece uma base de conceituações e informações para situar o leitor. É uma abertura importante porque cria linguagem comum, o que é uma condição fundamental para a ação coletiva.

Na Seção B, o texto entra no coração da proposta, abordando as formas de ativismo e militância. O percurso começa com um histórico do movimento, situando experiências internacionais e o desenvolvimento do movimento no Brasil, conectando memória e política para que a luta não seja reduzida a episódios isolados, mas compreendida como processo.

Em seguida, apresenta-se uma introdução aos próprios conceitos de ativismo e militância, reafirmando a importância do movimento como força capaz de transformar o campo jurídico, cultural e comunitário.

O manual avança então para um conjunto de orientações voltadas a quem deseja se engajar com mais consistência e proteção. Há uma série de reflexões sobre preparação para o ativismo, questões ligadas ao assumir-se, perguntas fundamentais para orien-

tar escolhas e estratégias, além de discussões sobre estilos de liderança e formação de redes de pessoas aliadas. Nesse sentido, um dos méritos do texto é tratar a militância como prática que exige também método, sustentabilidade e responsabilidade com o próprio corpo e com a comunidade.

Depois, o volume se debruça sobre como fortalecer o movimento por meio da organização social e institucional, indo desde os primeiros passos para fundar uma organização da sociedade civil (OSC) até temas como sustentabilidade, *compliance*, parcerias, *advocacy* e controle social.

Na sequência, aborda caminhos para se posicionar diante da discriminação, incluindo o papel das mídias sociais e ações formativas, sem perder de vista que o enfrentamento é feito em múltiplas frentes: nas instituições, nas ruas, nos territórios e nas redes.

Por fim, a mensagem “Não lute só” funciona como síntese ética e política do manual em torno da importância da coletividade, de escolher espaços que acolham e de não desqualificar outras formas de militância, sem perder de vista as diferenças de estratégias e táticas.

A Seção C e os anexos ampliam esse caráter de ponte entre reflexão e ação, trazendo materiais de apoio, resoluções e dinâmicas que podem ser diretamente apropriadas por coletivos e organizações em contextos concretos de mobilização.

Ao detalhar o planejamento de campanhas, a mobilização de recursos e as táticas de incidência política, o livro oferece um instrumental para que novos e antigos militantes possam atuar com eficácia na realidade brasileira atual. Ele conecta a reflexão acadêmica à prática das ruas e das redes, reforçando que a teoria só faz sentido quando se traduz em transformação social.

Convidar à leitura deste manual é convidar ao fortalecimento da nossa rede de solidariedade e luta. Que continuemos ocupando os espaços, pautando as políticas públicas e garantindo que o futuro do Brasil seja, definitivamente, um lugar que garanta dignidade e plena cidadania para todas as pessoas.

Boa leitura e boa luta.

Renan Quinalha

Professor de Direito da Universidade Federal de São Paulo,
pesquisador e ativista LGBTQIA+¹

¹ Site: <https://www.renanquinalha.com/>

Sumário

SEÇÃO A – CONCEITOS E INFORMAÇÕES LGBTI+	17
A1 – SEXUALIDADE	18
A2 – SEXO BIOLÓGICO	20
A3 – ORIENTAÇÃO SEXUAL	22
A4 – IDENTIDADE DE GÊNERO	27
A5 – EXPRESSÃO DE GÊNERO	32
A6 – FORMAS DE VIOLÊNCIA	33
A7 – DIREITOS DA COMUNIDADE LGBTI+	37
A8 – DATAS COMEMORATIVAS	43
A9 – BANDEIRAS E SÍMBOLOS	46
REFERÊNCIAS - SEÇÃO A	50
 SEÇÃO B – FORMAS DE ATIVISMO E MILITÂNCIA LGBTI+	 55
B1 – HISTÓRICO DO MOVIMENTO LGBTI+	56
B1.1 – Histórico geral: da antiguidade ao século XVIII	56
B1.2 – Movimento LGBTI+ na Europa e nos Estados Unidos a partir do século XIX	58
B1.3 – Movimento LGBTI+ no Brasil	62
B2 – INTRODUÇÃO AO ATIVISMO E À MILITÂNCIA LGBTI+	69
B2.1 – Definição de ativista e militante	69
B2.2 – A importância do movimento LGBTI+	71
B3 – PREPARANDO-SE PARA O ATIVISMO E A MILITÂNCIA	73
B3.1 – Quando devo me assumir?	73
B3.2 – Estilos de liderança	80
B3.3 – Criar uma rede de pessoas aliadas	81
B3.4 – Respondendo a perguntas fundamentais	83
B4 – NÃO LUTE SÓ	86
B4.1 – A importância da coletividade	86
B4.2 – Escolhendo espaços que te acolham	87
B4.3 – Não desqualifique militantes	88
B5 – FORTALECENDO O MOVIMENTO LGBTI+	90
B5.1 – Desenvolvimento organizacional	91
B5.2 – Advocacy e políticas públicas	104
B5.3 – Vínculo com a comunidade LGBTI+	107

B5.4 – Comunicação estratégica	112
B5.5 – Construindo um plano de comunicação	113
B5.6 – Estratégias avançadas para fortalecer o movimento	115
B5.7 – Como medir o sucesso da sua comunicação	116
B6 – OUTRAS FORMAS DE SE POSICIONAR	117
B6.1 – Artigos acadêmicos	118
B6.2 – Mídias sociais	120
B6.3 – Momentos formativos	121
B6.4 – Eventos e premiações LGBTI+	124
REFERÊNCIAS – SEÇÃO B	127
SEÇÃO C – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	133
C1 – HISTÓRICO DE ATUAÇÃO DE ENTIDADES JUNTO À POPULAÇÃO LGBTI+	133
C1.1 – Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (ABRAFH)	133
C1.2 – Aliança Nacional LGBTI+	134
C1.3 – Articulação Brasileira Não-Binária (ABRANB)	135
C1.4 – Articulação Brasileira de Gays (ARTGAY)	136
C1.5 – Associação das Paradas do Orgulho LGBT de Salvador (ASPOLGBT)	137
C1.6 – Conecta LGBTI+	137
C1.7 – Grupo Dignidade	138
C1.8 – Grupo de Pais de Homossexuais (GPH)	139
C1.9 – Instituto Ouroboros	140
C1.10 – MET BRONCA: Associação de Ação Social e Cultural LGBT+	140
C1.11 – Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT+	141
C2 – MODELOS DE DOCUMENTOS PARA FIRMAR UMA OSC	142
C2.1 – Modelo de ata de eleição de diretoria	142
C2.2 – Modelo de estatuto social para associação	144
C2.3 – Modelo de ofício para solicitação de reunião	146
C2.4 – Modelo de lista de presença	147
C2.5 – Modelo de planejamento de comunicação digital	148



SEÇÃO

A

CONCEITOS E INFORMAÇÕES LGBTI+²

² Neste manual, o símbolo + foi acrescentado à sigla LGBTI+ para abranger outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero.

A1

SEXUALIDADE

Conceito dinâmico e amplo que abrange biologia, psicologia e ciências sociais, envolvendo construções culturais sobre prazeres, relações sociais, corpo, desejo, erotismo, afeto, dinâmicas de poder e diversos outros aspectos, variando conforme o contexto histórico e sendo frequentemente utilizado em disputas políticas e mecanismos de controle (CLAM/IMS/UERJ, 2009; Foucault, 2014; Bourdieu, 2019). Embora muitos a vejam como algo “natural” e universal, inerente ao ser humano e determinado biologicamente pelo corpo, a sexualidade, na verdade, envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos e convenções — processos profundamente culturais e plurais que revelam seu caráter socialmente construído (Louro, 2015).

Como você pode perceber, a sexualidade é um tema complexo e multifacetado. Para facilitar sua compreensão, podemos organizá-la em quatro dimensões principais que se entrelaçam: sexo biológico (as características físicas do corpo); orientação sexual (por quem você se sente atraído); identidade de gênero (como você se identifica internamente) e expressão de gênero (como você manifesta seu gênero externamente). Cada uma dessas dimensões será explicada de forma detalhada nos próximos tópicos.

Afetividade

Refere-se à capacidade do ser humano de ser afetado, positiva ou negativamente, tanto por sensações internas quanto externas. A afetividade é um dos conjuntos funcionais da pessoa e atua, juntamente com a cognição e o ato motor, no processo de desenvolvimento e construção do conhecimento.



Expressão de gênero



Feminina - Andrógina - Masculina

Identidade de gênero



Mulher - Homem
Identidades não binárias

Orientação sexual

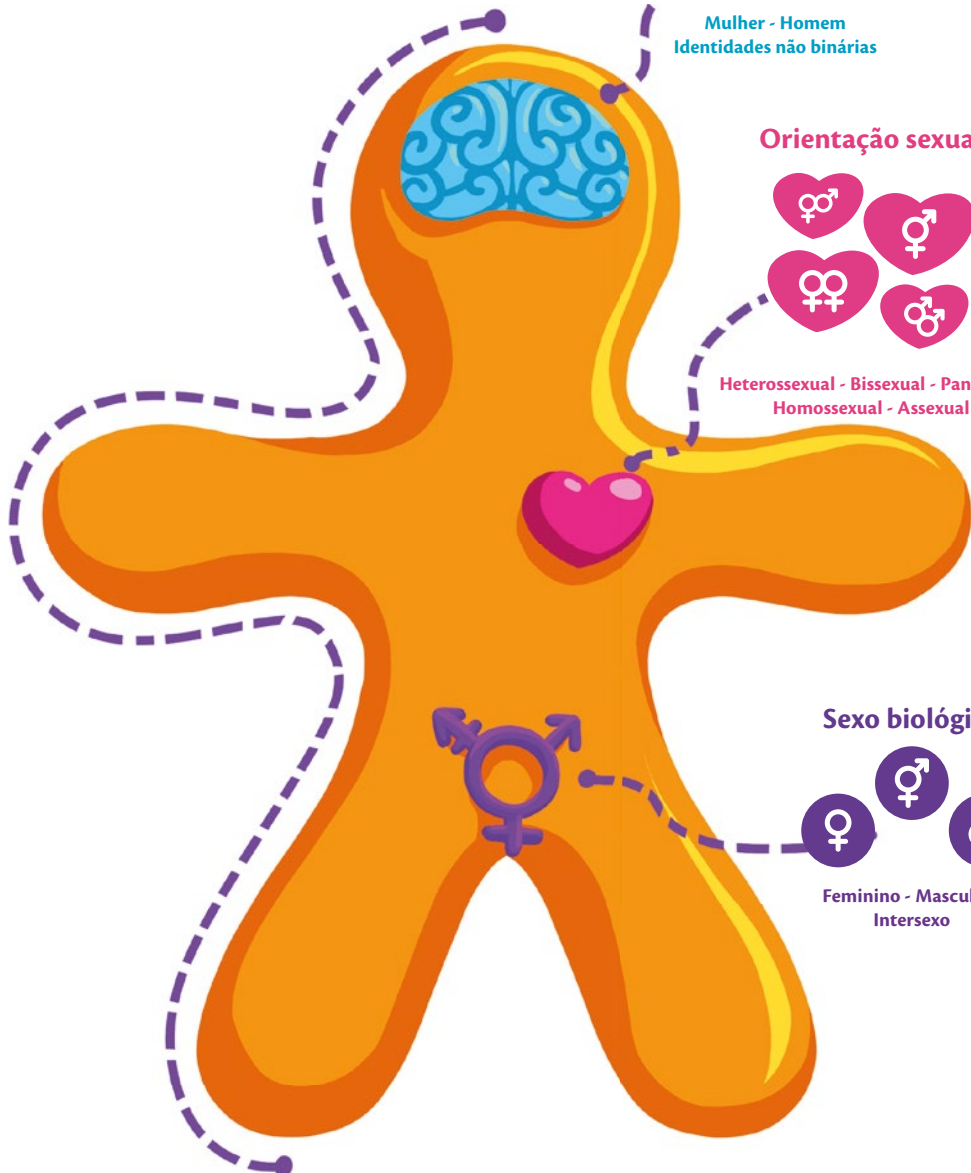


Heterossexual - Bissexual - Pansexual
Homossexual - Assexual

Sexo biológico



Feminino - Masculino
Intersexo



A2

SEXO BIOLÓGICO

Também entendido como sexo designado ao nascimento, refere-se às características biológicas que as pessoas possuem, podendo incluir cromossomos, órgãos genitais, gônadas, composição hormonal, entre outras. Como a genitália se diferencia a partir do terceiro mês da vida gestacional, o sexo passa a ganhar relevância, em nossa cultura, na definição social do gênero da criança. Contudo, não há gênero no sexo em si, mas sim expectativas sociais de gênero atribuídas ao corpo e à genitália (Caderno, 2017).

- Feminino = ovários, útero, canal vaginal, vulva, cromossomos XX, etc.;
- Masculino = testículos, próstata, pênis, cromossomos XY, etc.;
- Intersexo = qualquer variação biológica que não se enquadre no conceito típico de corpo feminino ou masculino.

Intersexo

Conceito guarda-chuva que descreve pessoas nascidas com variações genéticas, fisiológicas ou anatômicas que não podem ser classificadas como tipicamente masculinas ou femininas (GLAAD, 2016) e que vai além dessas variações, sendo também um conceito de luta por conquista e implantação de direitos (Santos; Martins, 2023). Ainda é comum a prescrição de terapia hormonal e a realização de cirurgia destinadas a adequar aparência e funcionalidade da genitália, muitas vezes antes dos 24 meses de idade; contudo, algumas pessoas intersexo submetidas a esse processo relatam que não se adaptaram e rejeitaram o sexo designado ao nascimento, respaldando uma conduta terapêutica que defende o adiamento da intervenção até que o sujeito possa participar na tomada da decisão (Santos; Araújo, 2004). Não se deve utilizar o termo hermafrodita para se referir a uma pessoa intersexo, por ser um termo desatualizado e depreciativo, segundo a Nota Informativa publicada pelas Nações Unidas (2019).



AMPLIANDO O DEBATE!

No meio acadêmico, discute-se substituir “sexo masculino” e “sexo feminino” por termos mais inclusivos para pessoas trans. Uma possibilidade é:

~~sexo masculino~~ → sexo testicular

~~sexo feminino~~ → sexo ovariano

Mas por quê?

Os termos masculino e feminino ainda carregam forte conotação de gênero, definindo que pessoas masculinas nascem com um pênis e “devem ser fortes e nunca chorar”, e pessoas femininas nascem com uma vagina e “são frágeis e emotivas” — quem nunca ouviu essas e várias outras frases com características que nos impõem? Isso tudo é muito violento, invalidando identidades e existências.

Do ponto de vista médico, o sexo biológico importa principalmente para que profissionais de saúde conheçam os órgãos e sistemas do paciente, já que existem diferentes protocolos e tratamentos dependendo dos órgãos que a pessoa tem. Sendo assim, o foco deve estar nos principais órgãos do sistema reprodutivo, que são os testículos (sexo testicular) e os ovários (sexo ovariano), e não se fulano é homem ou sicrana é mulher.



Para saber mais, acesse:

<https://doi.org/10.1038/518288a> ou

<https://medium.com/@celynasantiago65/sexo-redefinido-tradu%C3%A7%C3%A3o-do-artigo-da-nature-90110e8c475f>



A3

ORIENTAÇÃO SEXUAL

Refere-se à inclinação involuntária de cada pessoa em sentir atração afetiva, emocional e/ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero, de mais de um gênero ou, ainda, em não sentir atração sexual. Diz respeito à forma como as pessoas vivenciam a afetividade e a sexualidade, incluindo a capacidade de estabelecer vínculos emocionais, afetivos ou sexuais e de manter relações íntimas com essas pessoas.

De modo geral, costumam ser mencionadas quatro orientações sexuais preponderantes: heterossexualidade (atração por gênero diferente); homossexualidade (atração pelo mesmo gênero); bissexualidade/pansexualidade (atração por dois ou mais gêneros) e assexualidade (ausência ou quase ausência de atração sexual). Ressalta-se, contudo, que essas não são as únicas possibilidades, uma vez que a orientação sexual se manifesta de forma diversa e singular em cada pessoa (CLAM/IMS/UERJ, 2009).



ATENÇÃO!

Desvio sexual: termo ofensivo e cientificamente incorreto que enquadrava a homossexualidade na classificação de “parafilia” ou distúrbio de preferência sexual. No Brasil, a homossexualidade não é considerada “desvio sexual” desde 1985, quando o Conselho Federal de Medicina a retirou dessa categoria. A comunidade científica internacional reconhece que a homossexualidade não constitui doença, desvio ou distúrbio mental, mas uma variação natural da sexualidade humana.

Opção sexual: termo inadequado e equivocado para se referir à orientação sexual de uma pessoa. A expressão “opção sexual” sugere erroneamente que a sexualidade seria uma escolha consciente e voluntária, quando, na verdade, a orientação sexual é uma característica intrínseca da personalidade do indivíduo. Conforme estabelecido pela comunidade científica e reiterado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a homossexualidade é um fato da vida — indivíduos são homossexuais simplesmente porque o são, independentemente da origem dessa característica. A única escolha que uma pessoa faz é pela publicidade ou pelo segredo das manifestações exteriores desse traço de sua personalidade (Ministro Luiz Fux, 2012). O termo correto é orientação sexual.

Homossexualidade

O termo “homo” vem do grego e significa “semelhante” ou “igual”, indicando que nesta orientação sexual as pessoas sentem atração sexual, emocional ou afetiva por pessoas do mesmo sexo/gênero (CLAM/IMS/UERJ, 2009). O termo homossexual pode se referir tanto a mulheres quanto a homens; no entanto, no uso moderno, a palavra “gay” se refere tipicamente a homens homossexuais, enquanto “lésbica” é o termo padrão para mulheres homossexuais (Oxford Dictionaries, 2017).

- **Gay:** pessoa do gênero masculino (cis ou trans) que tem desejos, práticas sexuais e/ou relacionamento afetivo-sexual com outras pessoas do gênero masculino. Não precisam ter tido, necessariamente, experiências sexuais com outras pessoas do gênero masculino para se identificarem como gays (CLAM/IMS/UERJ, 2009).
- **Lésbica:** mulher (cis ou trans) que é atraída afetiva e/ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo/gênero (cis ou trans), não precisando ter tido, necessariamente, experiências sexuais com outras mulheres para se identificar como lésbica (CLAM/IMS/UERJ, 2009). A palavra originalmente se referia apenas às mulheres habitantes da ilha de Lesbos, na Grécia, onde viveu a poetisa Safo entre os séculos VI e VII a.C., que escreveu muitos poemas de amor dirigidos a outras mulheres. Não se sabe com precisão quando a palavra lésbica começou a ser utilizada para descrever mulheres que amam outras mulheres, embora seja possível encontrar seu uso já no século XIX, tendo se popularizado amplamente com o surgimento do feminismo lésbico nos anos 1960 e 1970.



ATENÇÃO!

Homossexualismo: é um termo pejorativo e ofensivo devido ao sufixo “-ismo”, que denota doença e anormalidade. O correto é “homossexualidade”, que se refere à orientação sexual do indivíduo, indicando “modo de ser e sentir”. A mesma lógica se aplica às demais identidades — por exemplo, não se deve usar “transexualismo” e sim “transexualidade” (Dean, 1996; Hunter *et al.*, 1998).

Homoafetivo

Adjetivo utilizado para descrever a complexidade e a multiplicidade de relações afetivas e/ou sexuais entre pessoas do mesmo sexo/gênero. Este termo não é sinônimo de homoerótico e homossexual, pois conota também os aspectos emocionais e afetivos envolvidos na relação amorosa entre pessoas do mesmo sexo/gênero. É um termo muito utilizado no mundo do Direito, e não é usado para descrever pessoas, mas sim as relações entre as pessoas do mesmo sexo/gênero (ABGLT, 2010).

Heterossexualidade

Orientação sexual de um indivíduo que se sente atraído amorosa, física e afetivamente por pessoas do sexo/gênero oposto (CLAM/IMS/UERJ, 2009). Heterossexuais não precisam, necessariamente, terem tido experiências sexuais com pessoas do outro sexo/gênero para se identificarem como tal.

Monossexualidades

São as orientações sexuais de pessoas que se atraem por um único gênero, como homossexuais (gays e lésbicas) e heterossexuais.

Bissexualidade

É a orientação sexual de pessoas que se relacionam afetiva e sexualmente com pessoas de dois ou mais gêneros. O termo “bi” é o diminutivo para se referir a pessoas bissexuais. Bissexuais não precisam, necessariamente, terem tido experiências com pessoas de mais de um gênero para se identificarem como tal.

Não pressuponha que a bissexualidade seja naturalmente binária ou poligâmica, que nós temos “dois” lados ou que nós precisamos estar envolvidos simultaneamente com dois gêneros para sermos seres humanos completos. Com efeito, não pressuponha que existam apenas dois gêneros. Não interprete nossa fluidez como confusão, irresponsabilidade ou inabilidade de assumir compromisso. Não equipare promiscuidade, infidelidade ou comportamento sexual inseguro com bissexualidade. Esses são comportamentos humanos que atravessam todas as orientações sexuais. Nada deve ser presumido sobre a sexualidade de ninguém, incluindo a sua (The Bisexual Manifesto, 1990, tradução nossa).

Pansexualidade

As pessoas pansexuais podem desenvolver atração afetiva e/ou sexual por outras pessoas, independentemente de sua identidade de gênero ou sexo biológico (Marshall Cavendish Corporation, 2010). Não existe uma distinção explícita entre bissexualidade e pansexualidade; a diferença está principalmente no contexto histórico e na forma como cada pessoa se identifica e compreende sua própria orientação sexual e identidade.

CURIOSIDADE!

Aquiliano: é o termo utilizado para designar relações afetivas e/ou sexuais entre homens, independentemente se eles se identificam como gays, bissexuais, pansexuais, etc. O uso do termo busca evitar a invisibilização dessas identidades não monossexuais, ampliando a compreensão das relações entre homens para além de rótulos restritos.

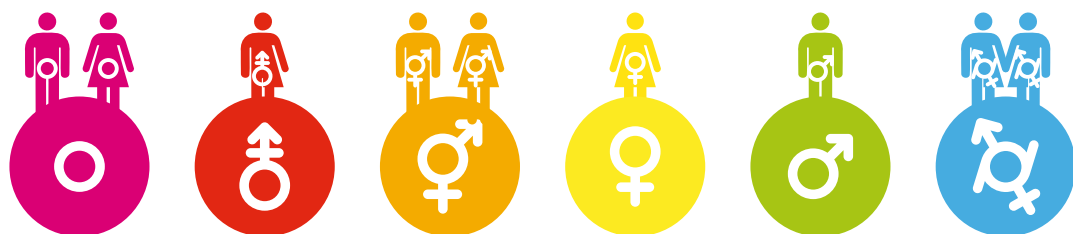
Sáfica: é o termo empregado para se referir a relações afetivas e/ou sexuais entre mulheres, abrangendo mulheres lésbicas, bissexuais, pansexuais, etc. Assim como no caso de “aquiliano”, a expressão contribui para uma linguagem mais inclusiva, que reconhece a diversidade de orientações sexuais envolvidas nessas relações.

Monodissidência

É um termo que descreve pessoas que sentem atração por mais de um gênero, funcionando como um termo guarda-chuva para orientações como bissexualidade, pansexualidade, polisssexualidade, entre outras. Ser dissidente da monossexualidade significa situar-se fora dos padrões e expectativas sociais que pressupõem a atração exclusiva por apenas um gênero, isto é, a atração monossexual (Frente Bissexual Brasileira, 2021).

Assexualidade

Definida como a ausência total, parcial, condicional ou circunstancial de atração sexual por outra ou outras pessoas, sendo um conjunto de identidades sexuais em que o sexo não é o referencial primário do desejo. Pessoas assexuais têm outras atrações (romântica, platônica, estética, sensual etc.) como primárias, e a ausência de atração sexual não impede que desenvolvam relações íntimas ou pratiquem atividades sexuais, pois as assexualidades se referem à atração, não às práticas sexuais.



Pessoas assexuais geralmente não possuem uma necessidade intrínseca de experimentar relações sexuais e não encaram isso como um problema a ser corrigido. As assexualidades não restringem as necessidades emocionais — algumas pessoas assexuais desejam relacionamentos românticos, outras preferem amizades próximas, ou simplesmente não estar em um relacionamento (The Asexual Visibility and Education Network, [2026]).

- **Assexualidade estrita:** não sentir atração sexual por nenhum gênero.
- **Demissexualidade:** não sentir atração sexual por outra pessoa, a não ser que um vínculo emocional forte venha a ser estabelecido com ela.
- **Graysexualidade (gray-A):** sentir parcialmente ou pouca atração sexual. É uma orientação fluída em todos os seus aspectos descritivos, tanto no aspecto dos interesses afetivos como dos sexuais. O termo também é usado como “guarda-chuva” para todas as identidades do espectro assexual em que as pessoas sentem atração sexual em algum nível.

- **Assexualidade fluida:** uma forma de assexualidade que não é fixa, e sim que muda ao longo do tempo. Em determinado momento, a pessoa pode se sentir assexual estrita, depois demissexual e mais tarde graysexual, dentre outras orientações assexuais.

Alossexual

É a pessoa que sente atração, interesse ou desejo sexual por outras pessoas sem precisar ter um relacionamento/vínculo emocional. Então, as pessoas que não são assexuais, são consideradas alossexuais. A alossexualidade não diz respeito a qual sexo/gênero a pessoa se atrai, mas a forma como ela se atrai, portanto, a pessoa pode ser heterossexual, homossexual, pansexual, bissexual etc., e alossexual.

Arromanticidade

Definida como a ausência total, parcial, condicional ou circunstancial de atração romântica por outra ou outras pessoas, independentemente da orientação sexual.

Assumir-se

Processo de autoaceitação que pode durar a vida inteira. Constrói-se uma identidade de lésbica, gay, bissexual ou transgênero primeiramente para si mesmo, e, então, isso pode ser ou não revelado para outras pessoas.

“Sair do armário”

Revelar publicamente sua orientação sexual e/ou identidade de gênero.



A4

IDENTIDADE DE GÊNERO

Identidade de gênero é como cada pessoa se percebe e se reconhece em relação ao seu gênero — se homem, mulher, ambos, nenhum dos dois ou outra possibilidade. É uma convivência íntima e pessoal que só cada indivíduo pode definir sobre si mesmo (ABGLT, 2010).

Essa identidade não depende do corpo biológico ou do sexo atribuído no nascimento. Por exemplo, alguém designado “menino” ao nascer pode se identificar como mulher, e vice-versa. Cada pessoa também tem uma relação única com o próprio corpo: algumas sentem que ele está alinhado com quem são, enquanto outras podem desejar modificá-lo por meio de roupas, cortes de cabelo, hormônios ou cirurgias. Todas essas escolhas são pessoais e válidas.

Importante destacar que essa vivência é interna e não necessariamente visível. Ninguém pode determinar o gênero de outra pessoa apenas pela aparência. A identidade de gênero pode ser binária — quando alguém se identifica como homem ou mulher — ou não binária, abrangendo quem se sente fora dessa divisão: uma combinação de ambos, nenhum deles ou outras possibilidades.

Gênero

Conceito formulado nos anos 1970, influenciado pelo movimento feminista, para distinguir a dimensão biológica (sexo) da dimensão social, reconhecendo que, embora existam machos e fêmeas na espécie humana, a maneira de ser homem e de ser mulher é construída culturalmente — ou seja, as pessoas são produtos da realidade social e não apenas da anatomia de seus corpos (CLAM/IMS/UERJ, 2009). As identidades e expressões de gênero vão além da noção binária homem/mulher, e tanto a sexualidade quanto o gênero são construídos através de inúmeras aprendizagens e práticas empreendidas por diversas instâncias sociais e culturais, de modo explícito ou dissimulado, num processo sempre inacabado, sendo necessário observar como se constrói e reconstrói a posição da normalidade e da diferença e os significados que lhes são atribuídos (Louro, 2008).





ATENÇÃO!

“Ideologia de gênero”: é uma falácia inventada e divulgada por setores (ultra) conservadores e fundamentalistas sob o pretexto velado de negar a igualdade de direitos e o respeito às mulheres e às pessoas LGBTI+, alegando que a “ideologia de gênero” induziria à destruição da família “tradicional”, à legalização da pedofilia, ao fim da “ordem natural” e das relações entre os gêneros, negando a existência da discriminação e violência contra mulheres e pessoas LGBTI+ comprovadas com dados oficiais e estudos científicos (Reis; Eggert, 2017). Na verdade, o que há são estudos de gênero que colocam em evidência a estigmatização e marginalização das mulheres e pessoas LGBTI+, além dos altos índices de homicídios.

Cisgênero

“Cis-” é um prefixo de origem latina que significa “do mesmo lado” ou “no mesmo lado que”. O termo é utilizado para descrever pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer (GLAAD, 2016).

- **Homem cis:** pessoa que, ao nascer, teve o gênero masculino atribuído com base nas características do seu corpo (geralmente a genitália) e que se reconhece como homem ao longo da vida.
- **Mulher cis:** pessoa que, ao nascer, teve o gênero feminino atribuído com base nas características do seu corpo (geralmente a genitália) e que se reconhece como mulher ao longo da vida.

Transgênero

Terminologia utilizada para descrever pessoas que não se identificam com o gênero com o qual foram designadas ao nascer. São pessoas cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais de sexualidade (ABGLT, 2010). Na sigla LGBTI+, usamos apenas um T para descrever pessoas trans, ou transgêneros, que, por definição, inclui pessoas transexuais, travestis e não binárias.

FIQUE SABENDO!

Nome social: é aquele escolhido por pessoas transgênero (travestis, mulheres trans, homens trans e não binárias) de acordo com o gênero com o qual se identificam, independentemente do nome que consta no registro de nascimento. O nome social já pode ser usado, por exemplo, em atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS), para inscrição no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e em cartões de contas bancárias, instrumentos de pagamentos, em canais de

relacionamento e em correspondências de instituições financeiras. É importante respeitar o nome social da pessoa, evitando divulgar o nome de registro dela, pois isso pode gerar constrangimento e humilhação desnecessários.

Travesti

Travesti é uma identidade de gênero feminina brasileira e latino-americana, anterior ao termo “transexual”. Muitas travestis não se reconhecem nem como homens nem como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero, embora essa compreensão varie entre as próprias travestis. Durante muito tempo, o termo foi marginalizado e considerado pejorativo. Atualmente, o conceito vem sendo ressignificado e passou a ter um peso político de resistência (Feliciano, 2025; Jesus, 2012).



ATENÇÃO!

As travestis devem ser tratadas no feminino, sendo considerado um insulto serem chamadas por pronomes masculinos (Jesus, 2012). É sempre “as travestis”, não “os travestis”.

CURIOSIDADE!

Em outras civilizações, existem outras denominações para identificar pessoas que não se enquadram no binário de gênero masculino-feminino/homem-mulher, como:

- **Two-spirit (dois-espíritos) - América do Norte:** é um termo de origem sagrada que significa uma pessoa indígena que se identifica como tendo sido abençoada ao nascer tanto com um espírito “masculino” quanto com um espírito “feminino”, não se enquadrando nas normativas de gênero (Wilson, 1996).
- **Muxes - México:** é um termo com origem na cultura zapoteca (povo originário do México), considerado como um gênero particular que conseguiu resistir à presença do invasor europeu e preservar boa parte de sua cultura ancestral. Para reivindicar essa identidade, é necessário ter nascido com pênis e, em algum momento de sua vida, ter assumido publicamente pelo menos um dos papéis atribuídos às mulheres (Botton, 2017).

- **Hijras - Índia:** é um termo utilizado por uma comunidade religiosa formada por pessoas que nasceram com pênis, mas que se vestem e agem como mulheres, e cuja cultura é centralizada na adoração de Bahuchara Mata, uma das muitas versões da Deusa Mãe adorada em toda a Índia (Jones, 2007). Conhecidas há aproximadamente 5 mil anos, antes do contato com a cultura europeia, as *Hijras* eram consideradas sagradas e desfrutavam de certa tranquilidade para expressar sua identidade publicamente (Oliveira, 2020).

Transexual

Pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo/gênero designado no nascimento. Pessoas transexuais podem ou não desejar terapias hormonais ou cirurgias de afirmação de gênero (Caderno, 2017).

- **Mulher trans:** pessoa que, ao nascer, teve o gênero masculino atribuído com base nas características corporais, mas não se identifica com essa atribuição. Ao longo da vida, reconhece-se como mulher, assumindo uma identidade de gênero feminina. Seus pronomes são femininos.

Para saber mais sobre a pluralidade das identidades transfemininas, acesse os canais da Rede Nacional de Pessoas Trans - Brasil (@redetransbrasil) e da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA (@antra.oficial).

- **Homem trans:** pessoa que, ao nascer, teve o gênero feminino atribuído com base nas características corporais, mas não se identifica com essa atribuição. Ao longo da vida, reconhece-se como homem, assumindo uma identidade de gênero masculina. Seus pronomes são masculinos.

Para saber mais sobre a pluralidade das identidades transmasculinas, acesse os canais do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades – IBRAT (@ibratnacional) e da Brava (@brava_).

Pessoas não binárias

Indivíduos que não são exclusiva e totalmente mulher ou homem, mas que irão permear em diferentes formas de neutralidade, ambiguidade, multiplicidade, parcialidade, ageneridade, outrogeneridade, ou fluidez em suas identificações (Reis; Pinho, 2016). Pessoas não binárias, por definição, estão dentro do guarda-chuva transgênero.

- **Agênero:** pessoa que não se sente pertencente a nenhum gênero (Caderno, 2017).
- **Androginia:** termo genérico usado para descrever qualquer indivíduo que assuma postura social, especialmente a relacionada à vestimenta, comum a ambos os gêneros (Brasil, 2016).
- **Gênero fluido (*genderfluid*):** pessoas cuja percepção pessoal sobre sua identidade de gênero se altera de tempos em tempos. As mudanças podem ser graduais ou súbitas, em diversos intervalos de tempo, entre certos gêneros ou entre gêneros completamente diferentes a cada mudança. (Adaptado de orientando.org).
- **Gênero queer (*genderqueer*):** pessoas cuja identidade de gênero, expressão de gênero e/ou orientação sexual não se enquadram nas categorias binárias masculino/feminino e/ou heterossexuais. Para essas pessoas, os termos lésbica, gay, bissexual etc. são frequentemente percebidos como rótulos que restringem a amplitude e a vivência da sexualidade, e *queer* é considerado mais fluido. Quando a letra Q aparece ao final da sigla LGBTI+, geralmente significa *queer* e, às vezes, *questioning* (questionamento de gênero) (GLAAD, 2016).

O termo “*queer*” também se refere a uma perspectiva teórica desenvolvida por Judith Butler (2003) e outros autores, que questiona e desconstrói normas de gênero e sexualidade, propondo possibilidades de existência fora da cisheteronormatividade.

FIQUE SABENDO!

Linguagem neutra: foi criada para incluir todas as pessoas, visando uma comunicação sem demarcação de gênero no discurso linguístico. Aplica-se a pessoas não binárias, bebês intersexo, grupos com mais de um gênero ou quando não se sabe quais pronomes usar (Caê, 2022). Utiliza pronomes neutros e flexões de gênero neutro, como “ile/dile”, “elu/delu”, “todes”, “alunes” e “profes-sories”.

Linguagem inclusiva: também objetiva não demarcar o binarismo de gênero, mas, em vez de utilizar pronomes e flexões neutras, recorre a termos da língua portuguesa que sejam plurais e abrangentes, sem flexão de gênero alguma — por exemplo, “todas as pessoas presentes” em vez de “todos os presentes”, “estudantes” em vez de “alunos”, e “docentes” em vez de “professores”. Seu propósito é promover respeito e visibilidade de todas as pessoas, evitando reproduzir preconceitos e exclusões enraizados na linguagem, transformando a comunicação em ferramenta de equidade e exercício de cidadania que amplia o direito à representação e participação (Fischer, 2020).

A5

EXPRESSÃO DE GÊNERO

É como a pessoa se manifesta publicamente, por meio do seu nome, da vestimenta, do corte de cabelo, dos comportamentos, da voz e/ou características corporais e da forma como interage com as demais pessoas. Nem sempre é possível saber o gênero de uma pessoa apenas observando sua expressão de gênero (GLAAD, 2016).

Crossdresser: embora qualquer pessoa possa vestir roupas associadas a um gênero diferente, o termo *crossdresser* se refere tipicamente a homens que usam esporadicamente roupas, maquiagem e acessórios culturalmente associados às mulheres. Esta prática é uma forma de expressão de gênero e não é realizada para fins artísticos. Os *crossdressers* não querem mudar permanentemente o seu sexo/gênero ou viver o tempo todo como mulheres (GLAAD, 2016).

Drag: parte da cultura LGBTI+, drag é uma forma de arte e entretenimento que se utiliza do exagero para realizar uma sátira, podendo ser feita com objetivo profissional, de expressão pessoal ou de crítica social. As performances podem envolver música, atuação, dança, comédia, entre outras expressões artísticas. Pessoas de todas as orientações sexuais ou identidades de gênero podem fazer *drag*. Também são conhecidas como transformistas.

- **Drag queens:** são personagens artísticos que, por meio da performance, exploram e exaltam expressões do feminino, podendo dialogar tanto com padrões tradicionais quanto com formas não normativas de feminilidade. Como a arte é um campo subjetivo e plural, não existe uma única forma de ser ou fazer *drag queen*.
- **Drag kings:** são personagens artísticos que, por meio da performance, exploram e exaltam expressões do masculino, também podendo reforçar, questionar ou subverter padrões socialmente construídos de masculinidade.
- **Drag queers:** são personagens artísticos que transitam entre diferentes expressões de gênero, mesclando características socialmente associadas ao feminino e ao masculino ou recorrendo a outras referências estéticas e simbólicas, rompendo com binarismos de gênero.

A6

FORMAS DE VIOLÊNCIA

A violência se manifesta de diferentes maneiras e nem sempre é física ou visível. Ela pode estar presente em palavras, atitudes, olhares e estruturas sociais que excluem, inferiorizam ou negam direitos a determinadas pessoas ou grupos. Compreender essas diferentes formas de violência é fundamental para identificá-las, preveni-las e enfrentá-las. A seguir, apresentamos alguns conceitos importantes: preconceitos, estereótipos, discriminação e estigmas.

Estereótipo

É uma crença ou percepção generalizada e simplificada sobre as características, comportamentos ou atributos de um grupo de pessoas, resultando em julgamentos superficiais que podem ser positivos ou negativos. Exemplos: todo brasileiro sabe sambar, meninos gostam de futebol e meninas de boneca, asiáticos são bons em matemática, pessoas LGBTI+ são mais divertidas, imigrantes tiram empregos de quem nasceu no país, mulheres são instáveis emocionalmente, homens não choram, etc.

Preconceito

É uma ideia preconcebida baseada em estereótipos negativos, envolvendo raça, gênero, orientação sexual, religião, status socioeconômico, entre outros. Por exemplo, o estereótipo de que meninos devem jogar bola leva ao preconceito contra aqueles que gostam de brincar com bonecas, pois se faz um juízo negativo sobre o caráter dessa pessoa, associando a boneca a algo sensível, frágil e menos masculino.

Estigma

Em seu significado original, é uma marca no corpo, seja natural ou deixada por uma ferida. Na atualidade, estigma social significa uma forte desaprovação de uma pessoa ou grupo, decorrente de uma marca social negativa associada a uma característica ou crença particular. Estigmas sociais frequentemente levam à exclusão social e opressão daqueles que não se enquadram nos padrões e normas sociais estabelecidos.

O estigma pode ter efeitos profundos na autoimagem e na interação social de uma pessoa, exacerbando sentimentos de isolamento e vulnerabilidade. Um exemplo de estigma é a crença de que pessoas com HIV são irresponsáveis ou imorais. Esse estigma pode levar ao isolamento social e discriminação, dificultando o acesso dessas pessoas a cuidados médicos e apoio emocional.

Discriminação

É a prática de tratar uma pessoa ou grupo de maneira injusta ou desigual. Assim, preconceito é uma ideia pré-concebida, e discriminação uma ação motivada por essa ideia. A discriminação pode ser direta, quando há uma intenção explícita de prejudicar, ou indireta, quando políticas ou práticas aparentemente neutras resultam em desvantagens desproporcionais para certos grupos. Um exemplo de discriminação direta é quando um gestor de empresa, com o preconceito de que mulheres são menos comprometidas após terem filhos, decide não promover mulheres que retornam da licença-maternidade, demonstrando uma intenção explícita de negar oportunidades com base nesse preconceito.

Já a discriminação indireta pode ocorrer, por exemplo, em uma escola que adota um regulamento estrito de uniforme. Embora a regra pareça neutra, ela afeta desproporcionalmente pessoas trans ou não conformes com o gênero, limitando sua liberdade de expressão.

Marginalização

É um processo social pelo qual indivíduos ou grupos são relegados a uma posição periférica na sociedade, sendo excluídos ou impedidos de participar plenamente das atividades sociais, econômicas, culturais e políticas. Por exemplo, a crença de que toda travesti está envolvida com prostituição e é perigosa dificulta o acesso dessas pessoas a oportunidades de trabalho, educação e inclusão social. Para muitas mulheres trans e travestis, a prostituição não é uma escolha, mas sim a única opção disponível para subsistência.

Heteronormatividade

É um conceito utilizado para descrever a norma social que impõe a heterossexualidade a todas as pessoas como a única que é natural e socialmente válida, de modo que pessoas que não se enquadram nesse modelo acabam sendo colocadas em situação de desvantagem social, cultural e simbólica (Bento, 2008).

- **Heterossexismo:** refere-se à atitude ou sistema de crenças que considera a heterossexualidade como a única forma legítima ou saudável de orientação sexual. O termo é empregado de maneira análoga a conceitos como racismo e sexismo, pois expressa uma hierarquização das sexualidades e a desvalorização das orientações não heterossexuais (Borrillo, 2009).

Cisnormatividade

É um conceito utilizado para descrever a norma social segundo a qual pessoas cisgênero — aquelas cuja identidade de gênero corresponde ao sexo atribuído no nascimento — são consideradas o padrão legítimo e esperado. Essa norma deslegitima e invisibiliza experiências trans e travestis, produzindo desigualdades sociais, institucionais e simbólicas para quem não se enquadra nesse modelo (Vergueiro, 2015).

- **Cissexismo:** refere-se ao conjunto de atitudes, práticas e crenças que hierarquizam as identidades de gênero, atribuindo superioridade e legitimidade às pessoas cisgênero em detrimento das pessoas trans e travestis. Assim como o racismo e o sexismo, o cissexismo opera por meio da desvalorização, exclusão e negação de direitos, reforçando estruturas de discriminação baseadas na identidade de gênero (Vergueiro, 2015).

Cisheteronormatividade: é a naturalização da cisgeneridade e da heterossexualidade como as únicas formas aceitáveis de ser e amar. Esse sistema social impõe que indivíduos nascidos com genitália masculina/feminina sejam homens/mulheres cisgêneros e heterossexuais, tendo em vista apenas a reprodução, marginalizando qualquer pessoa que não se enquadre nessa norma binária e imposta.

Binarismo de gênero

Ideia errônea ou equivocada de que só existe macho/fêmea, masculino/feminino, homem/mulher, sendo considerada limitante para as pessoas não binárias (Caderno, 2017).

Fobia

Derivada da palavra grega *phobia*, que significa “pânico” ou “terror”, a fobia é um medo intenso que pode ser considerado um problema psicológico. Nas fobias, algumas coisas importantes acontecem: a pessoa experimenta um medo muito forte que é maior do que o perigo real da situação; esse medo parece não ter uma explicação lógica; a pessoa sente que não consegue controlar esse medo, mesmo tentando, e tende a evitar situações que desencadeiam esse medo intenso (Mestre; Corassa, 2000).

LGBTIfobia

A LGBTIfobia pode ser definida como o medo, a aversão ou o ódio irracional a todas as pessoas que manifestem orientação sexual ou identidade/expressão de gênero diferente dos padrões cisheteronormativos, ou mesmo de pessoas que não são LGBTI+, mas são percebidas como tais. A LGBTIfobia, portanto, transcende a hostilidade e a violência contra LGBTI+ e associa-se a pensamentos e estruturas hierarquizantes relativas a padrões relacionais e identitários de gênero, a um só tempo sexistas e cisheteronormativos (Junqueira, 2007). Consiste em um problema social e político dos mais graves, mas que varia de intensidade e frequência, de sociedade para sociedade.

Tem sido um conceito guarda-chuva, utilizado para descrever um variado leque de fenômenos sociais relacionados ao preconceito, à discriminação e à violência contra pessoas LGBTI+. Na maioria das vezes, os fenômenos da intolerância, do preconceito e da discriminação em relação a gays (homofobia), lésbicas (lesbofobia), bissexuais (bifobia), travestis e transexuais (transfobia), e intersexos (intersexofobia) devem ser tratados não com terapia e antidepressivos, como no caso das demais fobias, mas sim com a punição legal e a educação (ABGLT, 2010).

A LGBTIfobia também é responsável pelo preconceito e pela discriminação, por exemplo, no local de trabalho, na escola, na igreja, na rua, no posto de saúde e na falta de políticas públicas afirmativas que contemplem a comunidade (CLAM/IMS/ UERJ, 2009). É importante observar que, além da LGBTIfobia, o fenômeno da misoginia também se manifesta neste contexto, podendo ser definida como discriminação e violência contra mulheres (cis ou trans) ou pessoas designadas do gênero feminino ao nascer (Monsanto, 2019).



ATENÇÃO!

Associar homossexualidade à pedofilia é uma forma de preconceito e discriminação, sem fundamento científico, que reforça estigmas e coloca pessoas LGBTI+ em situação de vulnerabilidade e violência. A pedofilia é uma condição psiquiátrica descrita na Classificação Internacional de Doenças (CID 10) como “preferência sexual por crianças, quer se trate de meninos, de meninas ou de ambos, geralmente pré-púberes” (World Health Organization, 2010). Se um adulto sente atração por uma criança, isso está relacionado a uma condição psicopatológica específica, não à sua orientação sexual (Groth; Birnbaum, 1978; Murray, 2000).

- **LGBTIfobia de Estado ou LGBTIfobia institucionalizada:** termo utilizado para se referir à postura do Estado, por meio da legislação, da omissão ou de atos de seus governantes ao promoverem discriminação ou incitarem o ódio, a hostilidade e reprovação das pessoas LGBTI+. Em 70 (36%) dos 195 países do mundo, ainda é ilegal ser LGBTI+, e, em 11 desses países, as pessoas LGBTI+ podem ser condenadas à morte pelo crime de serem quem são. Os 11 países são: Afeganistão, Brunei, Irã, Mauritânia, Nigéria, Catar, Arábia Saudita, Sudão, Somália, Emirados Árabes Unidos e Iêmen (ILGA, 2020).



Para saber mais, acesse dados atualizados em tempo real sobre os direitos da comunidade LGBTI+ no mundo: <https://database.ilga.org/es>

- **LGBTIfobia internalizada:** é quando a própria pessoa LGBTI+ assimila os valores negativos predominantes na sociedade acerca deste tópico e se percebe sob essa ótica (Blumenfeld, 1992). Esse comportamento pode levá-la a adotar atitudes preconceituosas ou até violentas contra outras pessoas LGBTI+.

Crime de ódio

É qualquer crime cometido contra uma pessoa ou contra propriedade, motivado por hostilidade ou preconceito com base em deficiência, raça, religião, identidade de gênero ou orientação sexual (Crown Prosecution Service, 2012, tradução nossa). No contexto LGBTI+, a expressão é usada para descrever crimes motivados por sentimentos de ódio e preconceito contra pessoas LGBTI+ (homofobia, lesbofobia, bifobia, transfobia etc.).

Disque 100

O Disque Direitos Humanos (Disque 100), do Governo Federal, tem um módulo específico para receber denúncias de discriminação e violência contra pessoas LGBTI+. Sempre que possível, é dado seguimento às denúncias pelos órgãos de direitos humanos nos estados e municípios. As estatísticas do Disque 100 são essenciais para retratar com dados oficiais a situação enfrentada pelas pessoas LGBTI+ no Brasil.



A7

DIREITOS DA COMUNIDADE LGBTI+

Orientação sexual e a identidade de gênero também são direitos humanos

Desde 2008, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) têm aprovado declarações e resoluções afirmando que a orientação sexual e a identidade de gênero são direitos humanos. Em 2012, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos lançou a publicação “Nascidos livres e iguais: Orientação Sexual e Identidade de Gênero no Regime Internacional de Direitos Humanos” (United Nations Human Rights, 2013), elencando cinco obrigações legais dos Estados para proteger direitos humanos de pessoas LGBTI+:

- proteger indivíduos de violência homofóbica e transfóbica;
- prevenir tortura e tratamento cruel, desumano e degradante;
- descriminalizar a homossexualidade;
- proibir discriminação baseada em orientação sexual ou identidade de gênero;
- e respeitar as liberdades de expressão, de associação e de reunião pacífica.

Em 9 de janeiro de 2018, a OEA publicou a Opinião Consultiva n.º 24/17, consolidando o reconhecimento do casamento civil igualitário para casais do mesmo sexo/gênero nas Américas e a possibilidade de retificação de nome civil e redesignação de sexo/gênero sem cirurgia de transgenitalização. Os Estados-membros da OEA que ratificaram a Convenção Americana de Direitos Humanos, como o Brasil, têm a obrigação de adequar sua legislação interna aos parâmetros internacionais (Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2017).



Para saber mais sobre direitos LGBTI+, visite o site www.direitohomoafetivo.com.br. Lá é possível encontrar informações específicas e atualizadas, incluindo jurisprudências, sobre os direitos das pessoas LGBTI+.



União estável, casamento, família e adoção

Em 5 de maio de 2011, o STF, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n.º 4277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n.º 132, proferiu uma decisão histórica ao reconhecer a união homoafetiva como entidade familiar, garantindo às uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo/gênero os mesmos direitos assegurados às uniões estáveis entre pessoas heterossexuais. A partir desse reconhecimento, o Poder Judiciário passou a autorizar, em alguns casos, tanto a conversão da união estável em casamento civil quanto a celebração do casamento direto. Em 14 de maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça aprovou a Resolução n.º 175, que assegura, em todo o território nacional, o casamento civil e a conversão da união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo/gênero (Conselho Nacional de Justiça, 2013).

Ainda que já existissem decisões judiciais anteriores autorizando a adoção de crianças e adolescentes por casais do mesmo sexo/gênero — como decisões do Superior Tribunal de Justiça em 2010 —, esse direito nem sempre esteve garantido na prática. Contudo, em 5 de março de 2015, a Ministra Cármen Lúcia, do STF, proferiu decisão definitiva reconhecendo o direito de adoção por casais homoafetivos. Em sua decisão, a Ministra destacou que “a Constituição Federal não faz a menor diferenciação” entre casais heterossexuais e homoafetivos, assim como “não distingue entre a família que se forma por sujeitos heteroafetivos e a que se constitui por pessoas de inclinação homoafetiva” (STF, 2015).

Readequação de sexo e gênero: processo transexualizador

A cirurgia³ para a redesignação de sexo foi autorizada pelo Conselho Federal de Medicina em 2002. No Brasil, o Ministério da Saúde oferece atenção às pessoas nesse processo por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), desde a publicação da Portaria n.º 457, de 2008 (Brasil, 2008). A partir de 2013, o Ministério da Saúde, por meio da Portaria n.º 2803 (Brasil, 2013), ampliou o processo transexualizador no SUS, aumentando o número de procedimentos ambulatoriais e hospitalares e incluindo procedimentos para readequação genital.

³ Os termos redesignação e transgenitalização são utilizados pelos órgãos oficiais, como o Conselho Federal de Medicina e o Ministério da Saúde. No entanto, há uma tendência no movimento LGBTI+ de preferir o termo readequação.

Programa de Atenção Especializada à Saúde da População Trans (PAES PopTrans)

Em dezembro de 2024, o Ministério da Saúde apresentou o Programa de Atenção Especializada à Saúde da População Trans (PAES PopTrans), vinculado à Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES). Elaborado a partir dos trabalhos de um Grupo de Trabalho criado em 2023 para a revisão do Processo Transexualizador no SUS, o programa previa investimento de R\$ 152 milhões até 2028 e o acompanhamento integral da população trans ao longo da vida.

Apesar de representar um avanço significativo no cuidado em saúde, o PAES PopTrans foi suspenso em 2025 após pressões do Legislativo Federal, especialmente de parlamentares de orientação fundamentalista. Entre os argumentos utilizados para sua paralisação está a Resolução n.º 2.427/2025 do Conselho Federal de Medicina (CFM), que elevou a idade mínima para o processo transexualizador e proibiu o bloqueio puberal (Vargas, 2025).

Em resposta, mais de 130 organizações, entre elas a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), publicaram nota pública denunciando o retrocesso social e jurídico representado pela resolução e pelo posicionamento do Ministério da Saúde, alertando para a vulnerabilização da população trans e travesti (Nota Pública, 2025). A resolução encontra-se sob questionamento no STF, com julgamento previsto pela 1.ª Turma para 17 de outubro (Yoneshigue, 2025).

Identidade de gênero autodeclarada

Em 1º de março de 2018, em julgamento da ADI n.º 4275, o STF determinou que a retificação do registro civil (alteração de nome) no tocante às pessoas trans e travestis deve se dar de modo desburocratizado — ou seja, sem demanda judicial, nos próprios cartórios, por meio de autodeclaração —, sem limite de idade (respeitando a maioridade civil e a representação dos responsáveis no caso das pessoas menores de idade), sendo desnecessária tanto a apresentação de laudos psicológicos e psiquiátricos quanto a cirurgia de readaptação sexual. Em 29 de junho de 2018, o Conselho Nacional de Justiça publicou o Provimento 73/2018, que regulamenta alterações do nome e sexo de pessoas transgênero no registro civil.

Discriminação e violência LGBTIfóbicas são crimes no Brasil

Em 13 de junho de 2019, o STF, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) n.º 26 e do Mandado de Injunção n.º 4733, determinou que a discriminação e a violência LGBTIfóbicas são uma forma de racismo e puníveis como tal pela lei (STF, 2019).

A tese vencedora do julgamento dessas duas ações pelo STF (2019) estabelece o seguinte:

1. *Até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da República, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei nº 7.716, de 08/01/1989, constituindo, também, na hipótese de homicídio doloso, circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe (Código Penal, art. 121, § 2.º, I, “in fine”);*
2. *A repressão penal à prática da homotransfobia não alcança nem restringe ou limita o exercício da liberdade religiosa, qualquer que seja a denominação confessional professada, a cujos fiéis e ministros (sacerdotes, pastores, rabinos, mulás ou clérigos muçulmanos e líderes ou celebrantes das religiões afro-brasileiras, entre outros) é assegurado o direito de pregar e de divulgar, livremente, pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, o seu pensamento e de externar suas convicções de acordo com o que se contiver em seus livros e códigos sagrados, bem assim o de ensinar segundo sua orientação doutrinária e/ou teológica, podendo buscar e conquistar prosélitos e praticar os atos de culto e respectiva liturgia, independentemente do espaço, público ou privado, de sua atuação individual ou coletiva, desde que tais manifestações não configurem discurso de ódio, assim entendidas aquelas exteriorizações que incitem a discriminação, a hostilidade ou a violência contra pessoas em razão de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero;*
3. *O conceito de racismo, compreendido em sua dimensão social, projeta-se para além de aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos, pois resulta, enquanto manifestação de poder, de uma construção de índole histórico-cultural motivada pelo objetivo de justificar a desigualdade e destinada ao controle ideológico, à dominação política, à subjugação social e à negação da alteridade, da dignidade e da humanidade daqueles que, por integrarem grupo vulnerável (LGBTI+) e por não pertencerem ao estamento que detém posição de hegemonia em uma dada estrutura social, são considerados estranhos e diferentes, degradados à condição de marginais do ordenamento jurídico, expostos, em consequência de odiosa inferiorização e de perversa estigmatização, a uma injusta e lesiva situação de exclusão do sistema geral de proteção do direito (STF, ADO nº 26, 2019).*



Para saber mais, acesse:

<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/tesesADO26.pdf>

Doação de sangue

Depois de mais de 30 anos de restrição à doação de sangue por pessoas trans, gays e outros homens que fazem sexo com homens no Brasil, em 8 de maio de 2020, no julgamento da ADI n.º 5543, o STF determinou ser inconstitucional a inabilitação temporária dessa população para doação de sangue, conforme estabelecida pela Portaria n.º 158/2016 do Ministério da Saúde e a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) n.º 34/2014 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).



Saiba mais

O *Manual de Educação e LGBTI+* apresenta alternativas e reflexões para a garantia dos direitos de estudantes LGBTI+.



Acesse: <https://aliancalgbti.org.br/wp-content/uploads/2023/05/Manual-Educacao-LGBTI.pdf>



O *Manual de Direitos e LGBTI+* apresenta os direitos conquistados pelo movimento LGBTI+ e os principais desafios ainda enfrentados.



Acesse: <https://aliancalgbti.org.br/wp-content/uploads/2024/05/Manual-Direitos-LGBTI.pdf>

A8

DATAS COMEMORATIVAS

Dia da Visibilidade Travesti e Transexual (29 de janeiro)

A data foi escolhida porque nesse dia, em 2004, o Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), do HIV/AIDS e das Hepatites Virais do Ministério da Saúde lançou a campanha “Travesti e Respeito”, com o objetivo de sensibilizar educadores e profissionais de saúde e motivar travestis e transexuais para sua própria cidadania e autoestima. Desde então, algumas cidades brasileiras programam atividades para celebrar a ocasião.

Semana da Visibilidade Arromântica (fevereiro)

Acontece sempre na primeira semana completa após o Dia de São Valentim, em 14 de fevereiro, começando no domingo. A data surgiu na Internet, em 2019, chamada também de Semana Aro, e tem o objetivo de trazer visibilidade para a Arromanticidade.

Dia Internacional da Visibilidade Transmasculina (20 de fevereiro)

É uma data importante que visa reconhecer e aumentar a conscientização sobre os desafios enfrentados pelos homens trans e pessoas transmasculinas na sociedade. Este dia serve como uma oportunidade para destacar suas experiências, lutas e conquistas, bem como para promover a inclusão e a igualdade para todas as identidades de gênero, buscando enfrentar o estigma, a discriminação e a invisibilidade enfrentados por essa comunidade.

Dia Internacional da Visibilidade Trans (31 de março)

O dia foi estabelecido pela ativista trans Rachel Crandall, nos Estados Unidos, em 2009, para promover divulgação positiva acerca de questões trans.

Dia do Orgulho de Ser Travesti e Transexual: “Resistir para (re)existir” (15 de maio)

Data instituída pelo Fórum Estadual de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro, em 2017. O objetivo é atuar no resgate da cidadania plena, inclusão social e enfrentamento à violência cometida pela sociedade em geral contra a população trans.

Dia de Combate à LGBTIfobia (17 de maio)

Entre 1948 e 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificava a homossexualidade como transtorno mental. Em 17 de maio de 1990, a Assembleia Geral da OMS aprovou a retirada da homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças. Nesta data simbólica, organizam-se eventos em vários países para chamar a atenção dos governos e da opinião pública para a situação de opressão, marginalização, discriminação e exclusão social em que vivem os grupos LGBTI+ na maior parte dos países.

No Brasil, o 17 de maio foi instituído como o Dia Nacional de Combate à Homofobia, por Decreto assinado pelo Presidente da República em 4 de junho de 2010 (Brasil, 2010).

Dia do Orgulho LGBTI+ (28 de junho)

A data tem sua origem nas lutas em torno do Bar Stonewall, em Nova Iorque, em 28 de junho de 1969, quando uma multidão se rebelou contra a polícia, que tentava prender homossexuais, travestis e transexuais. Durante uma semana, pessoas LGBTI+ e aliadas resistiram ao cerco policial, e a data ficou conhecida como a Revolta de Stonewall. A partir de então, foi criado o *Gay Pride*, e a resistência conseguiu a atenção de muitos países, em especial dos Estados Unidos, para os seus problemas. Essas pessoas buscavam apenas o respeito próprio e social, além do reconhecimento de que tinham e têm direitos civis iguais. A partir daí nasceu o moderno movimento pelos direitos das pessoas LGBTI+.

Dia Internacional de Pessoas Não Binárias (14 de julho)

A data foi escolhida pelo fato de ser uma data mediana entre o dia Internacional do Homem e o Dia Internacional da Mulher. Este dia é um marco que promove a não binariedade de gênero.

Dia do Orgulho Lésbico (19 de agosto)

Nesse dia, em 1983, ativistas lésbicas, lideradas por Rosely Roth e acompanhadas de participantes de outros movimentos sociais, ocuparam o Ferro's Bar, em São Paulo, em resposta a agressões lesbofóbicas ocorridas lá algumas semanas antes.

Dia da Visibilidade Lésbica (29 de agosto)

A data refere-se ao dia em que se realizou o primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (Senale), em 1996, no Brasil. É um dia dedicado a se discutir e dar visibilidade à comunidade de lésbicas no país.

Dia da Visibilidade Bissexual (23 de setembro)

Este dia é uma chamada às pessoas bissexuais e suas famílias, amigos/as e aliados/as para reconhecer e celebrar a bissexualidade, a história, a comunidade e a cultura bissexual, bem como a vida das pessoas bissexuais. O dia começou a ser celebrado a partir de 1999.

Dia Internacional da Despatologização Trans (21 de outubro)

O Dia Internacional de Ação pela Despatologização Trans existe desde 2007, com manifestações em diversas cidades do mundo. Teve por objetivo promover a consciência de que as identidades trans ainda eram consideradas transtorno mental pela Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde – 10.^a revisão (CID-10), e exigir que as mesmas fossem despatologizadas, o que de fato ocorreu: na CID-11, que entrou em vigor em 1.^o de janeiro de 2022, foram retiradas as categorias relacionadas às pessoas trans da lista de Transtornos Mentais e Comportamentais.

Semana da Visibilidade Assexual (outubro)

Acontece sempre na última semana completa de outubro, começando no domingo. A data surgiu na Internet, em 2010, chamada também de Semana Ace, e tem o objetivo de trazer visibilidade para a Assexualidade.

Dia da Visibilidade Intersexo (26 de outubro)

A data surgiu a partir do dia 26 de outubro de 1996, quando integrantes da *Intersex Society of North America* protestaram publicamente após serem impedidos de apresentar seus trabalhos na Conferência Anual da Academia Americana de Pediatria, questionando a forma desrespeitosa com que pessoas intersexo eram submetidas a cirurgias “normalizadoras”.

Dia da Solidariedade Intersexo (8 de novembro)

A data, comemorada desde 2005, celebra o aniversário de Herculine Barbin, uma famosa pessoa Intersexo francesa, que teve suas memórias publicadas por Michel Foucault, primeiramente, em 1978.

Dia Internacional da Lembrança Trans (20 de novembro)

Criado em 1999, o dia é um momento para relembrar todas as pessoas que foram assassinadas devido à sua identidade de gênero.

Dia Mundial de Luta Contra Aids (1.º de dezembro)

Transformar o 1º de dezembro em Dia Mundial de Luta Contra a Aids foi uma decisão da Assembleia Mundial de Saúde, em outubro de 1987, com apoio da Organização das Nações Unidas. A data serve para reforçar a solidariedade, a tolerância, a compaixão e a compreensão com as pessoas infectadas pelo HIV/ Aids. A escolha dessa data seguiu critérios próprios das Nações Unidas. No Brasil, a data passou a ser adotada, a partir de 1988, por uma portaria assinada pelo Ministério da Saúde.

O laço vermelho é visto como símbolo de solidariedade e de comprometimento na luta contra a Aids. O projeto do laço foi criado, em 1991, pela Visual Aids, grupo de profissionais de arte de Nova Iorque que queriam homenagear amigos e colegas que haviam morrido ou estavam morrendo de Aids. O laço vermelho foi escolhido por causa de sua ligação ao sangue e à ideia de paixão (Universidade Federal Fluminense, 2013).



A9

BANDEIRAS E SÍMBOLOS

Bandeira do Orgulho LGBTI+

Criada por Gilbert Baker, em São Francisco, em 1978, foi usada pela primeira vez na *Gay and Lesbian Freedom Day March*.

Representa a diversidade humana e as cores significam: vermelho = vida; laranja = cura/saúde; amarelo = luz do sol; verde = natureza; azul = arte; lilás = espírito.



Bandeira do Orgulho dos Gays

Criada em 2018 para representar a vivência de homens gays e popularizada pela internet, suas cores têm os seguintes significados: o azul representa harmonia e paz, o branco simboliza igualdade e unidade, e o verde indica esperança e progresso.



Símbolos do Orgulho das Lésbicas

Signos de mulher entrelaçados: a união de dois desses signos, lado a lado, vem sendo usada para representar a comunidade lésbica desde a década de 1970.



Triângulo preto: afixado em suas roupas, o símbolo denotava “mulheres antissociais” nos campos de concentração do regime nazista. Isso incluía feministas, lésbicas, prostitutas e mulheres que se negavam a gerar filhos. O triângulo negro tornou-se um símbolo de orgulho e solidariedade entre as lésbicas.



Labrys: o machado de duas lâminas está associado a sociedades matriarcais ancestrais, às amazonas e à deusa grega Deméter. Hoje em dia, ele é um símbolo da força e da independência das lésbicas.





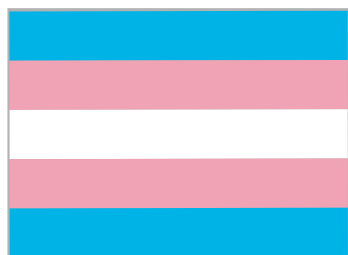
Bandeira do Orgulho das Lésbicas

A bandeira lésbica *sunset*, composta por cinco listras em tons de laranja, branco e rosa, foi criada em 2018. Embora não haja um registro claro de sua autoria, a arte reflete a beleza e diversidade da comunidade lésbica, evocando a imagem de um pôr do sol. Essa bandeira visa celebrar a identidade lésbica e promover a visibilidade dessa comunidade dentro do movimento LGBTI+.



Bandeira do Orgulho Bissexual

Criada por Michael Page em 1998, que explicou as cores assim: “A chave para compreender o simbolismo da bandeira do orgulho bi é saber que a faixa roxa cria uma transição suave entre as faixas rosa e azul, assim como no ‘mundo real’ os bissexuais se misturam suavemente tanto com as comunidades gays e lésbicas quanto com as comunidades heterossexuais.”



Bandeira do Orgulho das Pessoas Trans

Criada em 1999 por Monica Helm. As faixas azul-claro representam a cor tradicional dos bebês homens, e as faixas em rosa-claro representam a cor tradicional para bebês mulheres. As faixas brancas representam aqueles que são intersexo, estão em transição ou que se identificam com o gênero neutro ou não têm gênero definido.



Bandeira do Orgulho intersexo

Criada em 2013 pela Organização Internacional Intersexo (Austrália). Segundo o *website* da organização: “O círculo não tem quebras ou ornamentos, representando a inteireza e a completude, e nossas potencialidades. Nós ainda lutamos por autonomia corporal e integridade genital, e isso simboliza o direito de sermos quem e como nós quisermos”.

Bandeira do Orgulho Não Binário

Criada por Kye Rowan em 2014. Rowan é ativista e artista não binário que projetou a bandeira para representar e promover a visibilidade da identidade não binária dentro da comunidade LGBTI+. A bandeira possui listras amarelas, brancas, roxas e negras, refletindo de maneira simbólica a diversidade e a identidade não binária.



Bandeira do Orgulho Genderqueer

Criada por Marilyn Roxie em 2010 e consolidada em 2012, a faixa lavanda representa pessoas andróginas e a androginia, a faixa branca representa a neutralidade de gênero, e o verde representa identidades que se definem para além ou sem qualquer referência ao sistema binário de gênero (homem e mulher).



Bandeira do Orgulho Assexual

Criada em 2010 por meio da Asexual Visibility and Education Network [2026], a faixa negra representa a assexualidade, a cinza representa a área entre ser sexual e assexual, a faixa branca representa o desejo sexual, e a faixa roxa representa a comunidade.



Bandeira do Orgulho Arromântico

A bandeira Arromântica mais antiga foi criada em 2011, com a atual versão datando de 2014. A bandeira arromântica é composta por cinco faixas: duas faixas verdes em gradiente, uma faixa branca, uma faixa cinza e uma faixa preta.



As duas faixas verdes em gradiente significam o espectro arromântico, a faixa branca significa o amor platônico e relacionamentos, a faixa cinza representa todos os espectros da sexualidade humana, enquanto a faixa preta representa a arromanticidade estrita.



Bandeira do Orgulho Pansexual

A faixa azul representa a atração por homens, a faixa rosa representa a atração por mulheres, e o amarelo representa a atração por pessoas que se identificam como sem gênero, de ambos os gêneros ou de um terceiro gênero.



Bandeira Inclusiva e Progressista do Orgulho LGBTI+ (Progress Pride Flag)

A bandeira surgiu em 2018, com listras acrescidas à tradicional bandeira do arco-íris, a fim de ser mais inclusiva. As listras azul, rosa e branca vêm da bandeira trans. Já as listras marrom e preta representam a diversidade de raça/etnia. Em 2021, Valentino Vecchietti (*Intersex Equality Rights UK*) acrescentou o triângulo amarelo com círculo roxo da bandeira intersexo. A bandeira significa corpo, identidade de gênero, orientação sexual e interseccionalidades (Monsanto Brasil, 2019; ABGLT, 2010).



Referências - Seção A

ABGLT- Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos. **Manual de Comunicação LGBT**. Curitiba: ABGLT, 2010.

BENTO, B. A. de M. **O que é transexualidade?** Primeiros Passos, n. 328. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BLUMENFELD, W. J. (Ed.). **Homophobia: how we all pay the price**. Boston: Beacon Press, 1992.

BORRILLO, Daniel. A homofobia. In: L. T.; DINIZ, D. (Orgs.) **Homofobia e educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres, 2009.

BOTTON, Viviane B. Muxes: gênero e subjetivação, entre a tradição e as novidades. **Revista Ecopolítica**, n. 17, jan./abril, 2017, p.19-32. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/34563/23689>>. Acesso em: 09 ago. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. São Paulo: Difel, 2019.

FISCHER, André. **Manual Prático de Linguagem Inclusiva: Uma rápida reflexão**, 12 técnicas básicas e outras estratégias semânticas. São Paulo: [s.n.], 2020. Disponível em: https://irp-cdn.multiscreensite.com/87bdaac3/files/uploaded/manualplinguageminclusiva_neo.pdf. Acesso em: 07 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Portaria n.º 457, de 19 de agosto de 2008. Aprova a Regulamentação do Processo Transexualizador no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 ago. 2008. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto de 4 de junho de 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Dnn/Dnn12635.htm> Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria n.º 2803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS)**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 nov. 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Conteúdo para capacitação: conferências conjuntas de direitos humanos**. Brasília, 2016. Disponível em: <flacso.org.br/files/2016/08/CNDH_cartilha_capacitacao.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Caderno Globo 12. **Corpo: artigo indefinido**. São Paulo: Globo Comunicação e Participantes S.A., 2017.

CAÊ, Gioni. **Manual para uso da Linguagem Neutra em Língua Portuguesa**. Frente Trans Unileira, UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Brasil, 2022. Disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/informes/manual-de-linguagem-neutra/Manualdelinguagemneutraport.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2024.

CEPAC – Centro Paranaense da Cidadania. **Guia Agentes da Cidadania LGBT: conceitos, contextos, direitos humanos, políticas públicas, advocacy e participação social**. Curitiba: CEPAC, 2015.

CLAM/IMS/UERJ – Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos. **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2009.

CNS - Conselho Nacional de Saúde. **Amanhã (17) será celebrado o Dia Internacional contra a homofobia. Veja abaixo o manifesto da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABGLT)**. Brasília, 2014. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias/2014/05mai_16_lgbt.html>. Acesso em: 08 abr. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Parecer n.º 05/1985**. Brasília, 1985. Disponível em: <http://www.portalmédico.org.br/pareceres/cfm/1985/5_1985.htm> Acesso em: 18 ago. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução n.º 001/1999**. Brasília, 1999. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf> Acesso em: 18 ago. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução n.º 01/2018**. Disponível em: <<https://atosoficiais.com.br/cfp>> Acesso em 18 ago. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução n.º 175/2013**. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Brasília, 2013. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1754>>. Acesso em: 19 ago. 2022.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Parecer consultivo OC-24/17**: identidade de gênero, igualdade e não discriminação a casais do mesmo sexo: obrigações estatais em relação à mudança de nome, à identidade de gênero e aos direitos derivados de um vínculo entre casais do mesmo sexo. San José, 24 nov. 2017. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_24_por.pdf. Acesso em: 3 fev. 2026.

CROWN PROSECUTION SERVICE. **Hate Crime**. Disponível em: <<https://www.cps.gov.uk/crime-info/hate-crime>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

DEAN, C. J. **Sexuality and Modern Western Culture**. New York: Twayne Publishers, 1996.

EDUCAMAISBRASIL. **Tudo sobre EJA: o que é e como funciona?** 2018. Página Notícias. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/tudo-sobre-eja-o-que-e-e-como-funciona>>. Acesso em: 20 maio de 2023.

EQUAL EYES. Disponível em: <<http://www.equal-eyes.org>>. Acesso em: 07 fev. 2025.

FELICIANO, Kalyinka O. **Vozes silenciadas: a trajetória de vida das travestis e mulheres trans em situação de rua na cidade de Curitiba/PR e as respostas da política de assistência social do município. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso** (Bacharelado em Serviço Social) – Centro Universitário Internacional – UNINTER, Curitiba, 2025.

FÉRAY, J. C. **Une histoire critique du mot “homosexualité”**. Revue Arcadie, jan./av. 1981. Disponível em: <<http://ddata.over-blog.com/0/05/17/99/DOSSIER1/UNE-HISTOIRE-CRITIQUE-DU-MOT-HOMOSEXUALITE-JEAN-CLAUDE-FERA.pdf>>. Acesso em 18 ago. 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014. v. 1.

FRENTE BISSEXUAL BRASILEIRA. **Manifesto Bissexual Brasileiro**. 2021. Disponível em: <<https://www.frentebissexualbrasil.org/manifesto-bissexual-brasileiro>>. Acesso em: 30 jan. 2026.

FUX, L. Voto proferido no julgamento da ADPF 132 / ADI 4277. **Revista Trimestral de Jurisprudência. Brasília, V. 219, p. 246**, (jan./mar. 2012).

GLAAD. **Media Reference Guide 2016**. New York e Los Angeles, 2016. Disponível em: <<https://www.glaad.org/reference>>. Acesso em 18 ago. 2022.

GRASSI, P. R.; LAURENTI, R. Implicações da introdução da 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças em Análise de Tendência da Mortalidade por Causas. **IESUS**, v.II(3), Jul/Set, 1998. p.43-47. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-16731998000300005>. Acesso em 04 nov. 2022.

GROTH, A.N.; BIRNBAUM, H.J. **Adult sexual orientation and attraction to underage persons**. Archives of Sexual Behavior, v. 7, n. 3, 1978. p. 175-181.

HEGER, H. **The men with the pink triangles**. London: GMP Publishers Ltd., 1989.

HUNTER, S. et al. **Lesbian, Gay, and Bisexual Youths and Adults: Knowledge for Humans Services Practice**. Sage Publications. Thousand Oaks, CA, 1998.

ILGA – International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association. **State-Sponsored Homophobia Report**, 2020. Disponível em: <<https://ilga.org/state-sponsored-homophobia-report>> Acesso em: 18 ago. 2022.

JESUS, Jaqueline G. de. Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. **Revista Docência e Cibercultura (ReDoC)**, v. 3, n. 1, p. 250, Rio de Janeiro, 2019. e-ISSN 2594-9004

JESUS, Jaqueline G. de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos: guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. 2. ed. Brasília, 2012.

JONES, Peter. **O Deus do Seco**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2007.

JUNQUEIRA, R. D. **O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar**. In: RIBEIRO, P. R. C.; SILVA, M. R. S.; SOUZA, N. G. S.; GOELLNER, S. V.; SOUZA, J. F. (Orgs). Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas. Rio Grande: Editora da FURG, 2007, p. 59-69.

KINSEY, A. C; POMEROY, W. B; MARTIN, C. E. **Sexual Behavior in the Human Male**. Philadelphia; London: W. B. Saunders Co., 1948.

LANZ, L. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2015.

LOURO, G. L. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73072008000200003>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

LOURO, G. L. **Pedagogias da Sexualidade**. 2015. Disponível em: <<https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2015/07/01/pedagogias-da-sexualidade-guacira-lopes-louro/>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

MARSHALL CAVENDISH CORPORATION. **Sex and society**. 2010. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=YtsxeWE7VD0C&pg=PA593&lpg=PA593&dq=Pansexuality&source=bl&ots=YYqrMAWKKC&sig=ND-SUQUyuN7Bw6e7w-v9pBYmRk&hl=en&sa=X&ei=ct9rUPCoKOTO2AWN7-oHIAw&redir_esc=y#v=onepage&q=Pansexuality&f=false>. Acesso em: 18 ago. 2022.

MESTRE, M; CORASSA, N. Da **Ansiedade a Fobia**. **Revista Psicologia Argumento**. V. 18, n. 26, p. 105126, abr. 2000. Disponível em: <<http://www.medos.com.br/estudos-cientificos>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

MONSANTO BRASIL. Aliança LGBTA. **Cartilha LGBT+**. 2019. Disponível em: <https://www.bayer.com.br/sites/bayer_com_br/files/cartilha-blend-2023.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2024.

MURRAY, J. B. Psychological profiles of pedophiles and child molesters. **Journal of Psychology**, n. 134, p. 211-224, 2000.

NEUTROIS.COM. **Gender Concepts**. [201-?]. Disponível em: <<http://neutrois.com/definitions/concepts/>>. Acesso em: 04 nov. 2022.

OLIVEIRA, M. R. G. de. Por que você não me abraça? SUR – **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 15, n. 28, p. 167–179, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Nota Informativa**: Violações de Direitos Humanos das Pessoas Intersexo, 24 out. 2019. Disponível em: <https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/issues/discrimination/lgbt/BackgroundNoteHumanRightsViolationsagainstIntersexPeople_PR.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2026

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. “Cures” for an illness that does not exist. 2012. Disponível em: <http://new.paho.org/hq/index.php?option=com_docman&task=docview&gid=17703&Itemid>. Acesso em: 04 nov. 2022.

ORIENTANDO. Disponível em: <<https://orientando.org/>>. Acesso em: 7 fev. 2025.

OXFORD DICTIONARIES. **Oxford University Press**. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20180521235009/https://en.oxforddictionaries.com/definition/gay>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria de Educação. **Cá entre nós: guia de educação sexual integral em sexualidade entre jovens**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2012.

PRINCÍPIOS de Yogyakarta: **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. Yogyakarta, Indonésia, 2006.

REIS, N. dos; PINHO, R. **Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação**. Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 7-25, abr. 2016. ISSN 1982-9949. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/7045>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

REIS, T.; EGGERT, E. **Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros**. Educ. Soc., jan. 2017, vol.38, n.138, p.9-26. ISSN 0101-7330. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 ago. 2022.

ROSA, E. B. do P. R. Cisheteronormatividade como instituição total. **Pet de Filosofia UFPR**, v. 18, n. 2, Curitiba, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/petfilo/article/viewFile/68171/41349>>. Acesso em: 17 abr. 2024.

SANTOS, M. de M. R.; ARAUJO, T. C. C. F. de. Intersexo: o desafio da construção da identidade de gênero. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 17-28, jun. 2004. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582004000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 18 ago. 2022.

SANTOS, T. E. de C. dos.; MARTINS, R. A. Intersexo, identidade biopolítica e a educação. **Educação: Teoria e Prática**, [S. l.], v. 33, n. 66, p. e41[2023], 2023. DOI: 10.18675/1981-8106.v33.n.66.s17413. Disponível em: <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/17413>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

SOMOSGAY. **Manual LGBTI Paraguayo**. Assunção, Paraguai: SOMOSGAY, 2014. Disponível em: <<http://somosgay.org/publicaciones/manual-LGBTI+-paraguayo>>. Acesso em: 18 ago. 2020.

STF - Supremo Tribunal Federal. **Diário da Justiça Eletrônico**. N.º 52/2015. Brasília, DF, 18 mar. 2015, p. 156. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/servicos/dje/listarDiarioJustica.asp?tipoPesquisaDJ=AP&classe=RE&numero=846102#>> Acesso em: 07 fev. 2023.

STF - Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão n.º 26/DF**. Relator: ministro Celso de Mello. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADO26votoMAM.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2026.

THE ASEXUAL VISIBILITY & EDUCATION NETWORK. Disponível em: <<https://www.asexuality.org/>>. Acesso em: 7 fev. 2025.

THE BISEXUAL MANIFESTO. **Anything That Moves**, 1990. Disponível em: <<https://atm.silmemar.org/manifesto.html>>. Acesso em: 12 out. 2021.

UNAIDS – Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV e Aids. **Guia de Terminologia do UNAIDS**. Brasília: UNAIDS, 2017. Disponível em: <https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2017/09/WEB_2017_07_12_GuiaTerminologia_UNAIDS_HD.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2023.

UNHCHR - United Nations Human Rights. **Nascidos livres e iguais**: orientação sexual e identidade de gênero no regime internacional de direitos humanos. Tradução livre do UNAIDS Brasil. Brasília: UNAIDS Brasil, 2013. Título original: Born free and equal. Disponível em <http://www.ohchr.org/Documents/Publications/BornFreeAndEqualLowRes_Portuguese.pdf> Acesso em 18 ago. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **1.º de Dezembro: Dia Internacional de Luta contra a Aids**. Disponível em: <<http://www.dst.uff.br/arquivos-htm/bemfam.htm>> Acesso em: 04 nov. 2020.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

WILSON, A. How we find ourselves: identity and development and Two-Spirit people. **Harvard Educational Review**, v. 66, n. 2, p. 303–317, 1996.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The ICD-10 Classification of Mental and Behavioural Disorders**. Clinical descriptions and diagnostic guidelines, 1992. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/handle/10665/37958>> Acesso em: 08 abr. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **International Classification of Diseases – ICD-10**. Current version, 2010. Disponível em: <<http://apps.who.int/classifications/icd10/browse/2010/en#/F65.4>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

SEÇÃO

B

**FORMAS DE ATIVISMO
E MILITÂNCIA LGBTI+**

B1

HISTÓRICO DO MOVIMENTO LGBTI+

Pessoas LGBTI+ existem desde que o mundo é mundo, e nem sempre as coisas foram como são hoje. Neste capítulo, convidamos você a revisitar a memória de pessoas que, pelas semelhanças de vivências e experiências, podemos considerar hoje como parte da comunidade LGBTI+, desde a pré-história até a atualidade. Trata-se apenas de um breve relato, afinal, nossa história é muito maior do que caberia nestas páginas. Por isso, ao final da leitura, deixaremos recomendações de livros que aprofundam esse tema.

B1.1 – Histórico geral: da Antiguidade ao século XVIII

- **Pré-história** – A antropologia mostra que as relações homossexuais eram permitidas, desempenhando um papel importante nos rituais de passagem masculinos (em Papua-Nova Guiné, em Fiji e nas Ilhas Salomão, na Melanésia e no Oceano Pacífico).
- **2.400 a.C.** – Documentos egípcios revelam que a homossexualidade existia não somente entre os homens, mas também entre deuses, como Hórus e Seth. A bissexualidade dos homens era naturalmente aceita nesse período, no entanto, a homossexualidade passiva (ter o ânus como fonte de prazer sexual) não tinha a mesma aceitação.
- **3.000-1.400 a.C** – Grécia – Não havia discriminação das relações homossexuais. Era uma prática recomendável, que envolvia aquisição e transmissão de sabedoria, sendo vastamente considerada mais nobre que o relacionamento heterossexual. O casamento hétero era visto como uma maneira de assegurar uma descendência legítima e adquirir poder, não o objeto de convergência para o amor, afeto ou emoção.
- **1.700 a.C** – Mesopotâmia – Código de Hamurabi: nas civilizações antigas da Mesopotâmia, embora não existissem leis que proibissem ou concordassem com a prática homossexual, o Código de Hamurabi continha privilégios aos prostitutos e prostitutas que participavam dos cultos religiosos. Assim, os homens devotos poderiam ter relações com os “servos sagrados”.

- **1.122-156 a.C** – China – Relatos encontrados propagam a impressão clara de uma homossexualidade aberta na vida da corte. O casamento heterossexual era um elo de classe social e o amor romântico era vivido fora deste, fosse com homens ou mulheres.
- **500 a.C** – Ilha de Lesbos – Safo, poetisa passional e austera, concebe uma escola para moças onde leciona poesia, dança e música, e é aclamada por Platão como a décima musa. Hoje a palavra lésbica, que se referia apenas àquela que habitava a Ilha de Lesbos, representa alguém que, como Safo de Lesbos e suas seguidoras, ama e se relacionam com outras mulheres. A visibilidade de Safo foi resgatada nos tempos modernos.
- **Cerca de 69 a.C – Roma** – A homossexualidade era tolerada. O Imperador Júlio Cesar era conhecido como *“omnium virorum mulier, omnium mulierum virum”* – “mulher de todos os homens, homem de todas as mulheres”. A passividade na relação era rechaçada, sendo que o polo passivo da relação não possuía qualquer relevância social e era equiparado às pessoas escravizadas.
- **Meados de 533 d.C – Roma** – Com o advento do cristianismo em Roma, Justiniano edita uma lei que pune homossexuais com a fogueira e a castração, caminho que se segue durante as Idades Média e Moderna.
- **Idade Média** – A homossexualidade tomava força nos mosteiros e acampamentos militares ao mesmo tempo que era a Igreja a maior perseguidora dos pares do mesmo sexo. Qualquer ato sexual desprovido de função procriadora era caracterizado como pecado. As relações homossexuais receberam o sufixo “ismo” (“homossexualismo”) e passaram a ser consideradas, pela ciência e pela religião, uma anomalia da natureza; uma doença.
- **Período Renascentista** – Leonardo Da Vinci, Michelangelo, Shakespeare, Caravaggio, entre outros, tiveram notórias paixões homossexuais. Porém, a homossexualidade continuava na obscuridade.
- **1.587 d.C. – Brasil** – O *Tratado Descritivo do Brasil* registra a presença das (indígenas) Cudinas, um equivalente da identidade travesti ou de mulheres transexuais contemporâneas. O tratado em questão revela que as Cudinas recebiam o mesmo tratamento e exerciam as mesmas atividades que as mulheres cisgêneras (Oliveira, 2018).

B1.2 – Movimento LGBTI+ na Europa e nos Estados Unidos a partir do século XIX

1825-1895 – Karl Heinrich Ulrichs

Karl Heinrich Ulrichs foi um jurista alemão do século XIX, considerado um dos primeiros ativistas a defender os direitos dos homossexuais. Nascido em 1825, Ulrichs foi um dos pioneiros na luta por reconhecimento e aceitação das pessoas LGBTI+, desafiando as normas sociais e legais de sua época, inclusive ao assumir publicamente sua homossexualidade.



Fonte: Wikimedia Commons (2009).

Ulrichs cunhou o termo *Uranismus* (“uranismo”, baseado na deusa grega da astronomia, Urânia) para descrever homens que amam outros homens. A ideia foi abordar de forma inovadora a homossexualidade e evitar o uso de termos pejorativos.

Além disso, em 1864, Ulrichs publicou *Forschungen über das Rätsel der mannmännlichen Liebe* [tradução livre: *Pesquisas sobre o enigma do amor entre homens*], onde defendia a ideia de que a homossexualidade era uma condição inata e não uma escolha. O jurista desafiou abertamente as leis que criminalizavam a homossexualidade, defendendo a descriminalização e a igualdade para todos. Ainda que tenha enfrentado muitas dificuldades, o trabalho de Ulrichs inspirou gerações de ativistas LGBTI+ e ajudou a construir as bases do movimento moderno pelos direitos homossexuais.

1869 – Karóly Benkert

Karóly Benkert foi um médico húngaro que enviou uma carta ao Ministério da Justiça alemão expressando sua firme condenação ao recém-implementado código penal.

O artigo 175 desse código impunha a criminalização de atos sexuais consensuais entre homens adultos. Foi nessa carta que ele utilizou o termo que viria a definir uma identidade: “homossexual” — do grego *homos* (semelhante, igual) e do latim *sexu* (relativo ao sexo).

O Artigo 175 foi um dispositivo do Código Penal Alemão que criminalizava atos sexuais entre homens. Ele foi introduzido em 1871 e permaneceu em vigor, com algumas modificações, até 1994.

Na versão original de 1871, o artigo previa a punição com prisão dos “atos sexuais contra a natureza” entre dois homens e entre humanos e animais. Durante o regime nazista, intensificou-se a aplicação do Artigo 175, expandindo-se sua abrangência e aumentando-se as penas. Com isso, seriam punidos com pri-



Fonte: Wikimedia Commons (2019).

são também homens que cometessem atos sexuais ou permitissem ser abusados sexualmente por outros homens. Milhares de homens foram presos e enviados para campos de concentração sob essa lei.

O artigo permaneceu em vigor na Alemanha Ocidental e na Alemanha Oriental após a Segunda Guerra Mundial, embora sua aplicação tenha variado. Somente após a reunificação da Alemanha, em 1994, o Artigo 175 foi finalmente revogado.

Fonte: United States Holocaust Memorial Museum (2024).

1895 – Oscar Wilde

Oscar Wilde, escritor irlandês que escreveu *O retrato de Dorian Gray*, foi condenado a dois anos de trabalho forçado por seu envolvimento sexual com o filho de um aristocrata.



Oscar Wilde

*O amor
que não
ousa dizer
seu nome*

De Profundis · 1897
1854 — 1900



Fonte: United States Holocaust Memorial Museum *apud* Bryan-Quamina (2024).

1897 – Magnus Hirschfeld

Em 1897, surge na Alemanha o Comitê Científico-Humanitário, primeiro grupo dedicado à defesa dos direitos das pessoas LGBTI+. Um dos seus fundadores foi Magnus Hirschfeld, médico e sexólogo alemão, nascido em 1868, conhecido por ser um dos pioneiros na defesa dos direitos LGBTI+ e na pesquisa sobre diversidade sexual.

Além do Comitê, também participou da fundação da Liga Mundial pela Reforma Sexual e estabeleceu o primeiro instituto de sexologia do mundo em Berlim. Hirschfeld foi um defensor declarado das minorias sexuais e enfrentou perseguições tanto de fascistas quanto de nazistas devido a sua origem judaica e orientação sexual. Em 1933, precisou fugir do regime nazista, deixando para trás o Instituto Hirschfeld, que acabou sendo depredado e tendo seus livros e arquivos queimados em praça pública.

1933-1946 – Europa

O movimento LGBTI+ é desmobilizado pelo regime nazista e pela Segunda Guerra Mundial. No Holocausto, mais de 200 mil homossexuais são mortos. Mulheres com comportamentos “antissociais” (lésbicas, prostitutas e usuárias de métodos anticoncepcionais) também são perseguidas e mortas.

Pós-Segunda Guerra Mundial (a partir de 1945)

Após a Segunda Guerra Mundial, o movimento LGBTI+ começou a se reestruturar na Europa e nos Estados Unidos. Em 1946, foi fundado na Holanda o COC (Centro de Cultura e Lazer), a mais antiga ONG LGBTI+ em atuação no mundo.

Na Dinamarca, em 1948, Axel Lundahl-Madsen (1915-2011) fundou a *Kredsen af 1948* (“Círculo de 1948”, posteriormente conhecido como F-48), que depois veio a se chamar *LGBT Danmark*, nome pelo qual a ONG é conhecida hoje em dia. A associação foi um marco pioneiro do ativismo na Dinamarca, sendo sua fundação inspirada pela *Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)*, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) no mesmo ano (Veiga, 2019). Como explica a própria *LGBT Danmark*, ao final da guerra, apesar de a democracia voltar a estar no centro das discussões, os homossexuais não foram incluídos na DUDH, de forma que eles precisaram se organizar por conta própria para reivindicar seus direitos.

Na década de 50, surgiu o *Arcadie*, clube literário “homófilo” na França. O termo “homófilo” é um termo hoje considerado datado, mas que também faz referência à homossexualidade. Enquanto isso, nos Estados Unidos, surgiam a *The Daughters of Bilitis* (1955) e a *The Mattachine Society* (1950).

Na década de 60, os Estados Unidos viram anos de intensa mobilização LGBTI+. Em 1966, ocorreu uma carreata em Los Angeles em protesto contra a exclusão de homossexuais nas forças armadas. Nessa época surgiu também a Frente de Libertação Gay (FLG) e o movimento *hippie*, em meio ao contexto de contracultura americana.

Em 28 de junho de 1969, em Nova Iorque, aconteceu o que ficaria conhecido como a Rebelião de Stonewall. Esse dia é um grande ponto de referência para o movimento LGBTI+ no cenário mundial. Blakemore (2021) explica o episódio que deu origem a essa data marcante:

Em 1969, batidas policiais em bares gays na região de Manhattan, na cidade de Nova York, nos EUA, seguiam um padrão. Policiais invadiam o local, ameaçando e espancando funcionários e clientes do bar. Os clientes saíam para a rua e formavam filas para que a polícia pudesse prendê-los.

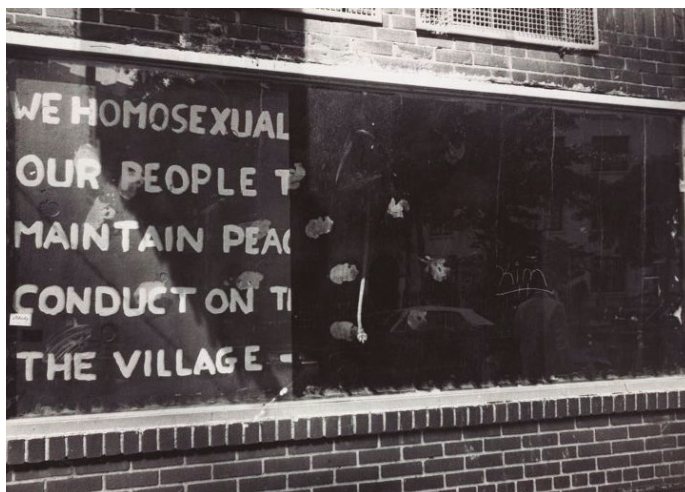
Mas não foi isso que aconteceu nas primeiras horas da manhã do dia 28 de junho de 1969, durante uma operação policial no bar Stonewall Inn. Clientes e curiosos reagiram — e a consequência foi uma confusão que durou dias e resultou em uma rebelião conhecida atualmente como a Revolta de Stonewall, um marco que ajudou a desencadear o movimento atual pelos direitos civis LGBTQ+.

Junho se tornou o Mês do Orgulho LGBTQ+, quando ocorrem desfiles e eventos para homenagear a história de Stonewall.

No ano seguinte, no primeiro aniversário da Rebelião de Stonewall, houve uma manifestação em Nova Iorque com 10 mil pessoas LGBTI+. A partir desse momento, o dia 28 de junho passou a ser reconhecido como o Dia Internacional do Orgulho LGBTI+.



Fonte: Davies (1969).



Fonte: Davies, Diana, 1938 - 1969-09

B1.3 – Movimento LGBTI+ no Brasil

O movimento LGBTI+ no Brasil possui uma história rica e complexa, marcada por lutas, conquistas e desafios contínuos. O antropólogo e historiador Luiz Roberto de Barros Mott, professor aposentado da Universidade Federal da Bahia e fundador do Grupo Gay da Bahia, é, hoje, uma das figuras centrais na recuperação e interpretação de personagens históricos LGBTI+ que lutaram durante o período do Brasil colônia. Seu trabalho se destaca especialmente pela análise de documentos inquisitoriais e de arquivos coloniais, que permitem reconstruir trajetórias silenciadas.

Entre suas contribuições mais conhecidas estão:



1. Tibira do Maranhão

Mott identificou, a partir do relato do frade Yves d'Évreux (1613–1614), um indígena tupinambá chamado por ele de “Tibira”, acusado de “pecado nefando”. Segundo o autor, Tibira teria sido executado — amarrado à boca de um canhão — como punição por práticas entendidas pelas autoridades coloniais como “sodomia”.

Mott interpreta esse episódio como o primeiro registro conhecido de morte por LGBTIfobia no Brasil, defendendo que o indígena deve ser reconhecido como mártir gay (Mott; Muricy, 2024).



2. Xica Manicongo

Conhecida nos documentos como Francisco Manicongo, tratava-se de uma pessoa escravizada oriunda do Reino do Congo, enviada à Bahia no século XVI. Registros inquisitoriais descrevem denúncias de “sodomia” e uso de roupas consideradas femininas.

Mott interpreta esses elementos como evidência de identidade trans/travesti na sociedade colonial, sendo Xica Manicongo frequentemente citada como a primeira pessoa trans documentada no Brasil. O pesquisador também organizou a exposição “Retrato Falado de Xica Manicongo”, buscando reconstruir simbolicamente sua presença histórica (Mott, 2024b).



3. Outras personalidades coloniais

Em seus estudos sobre a atuação da Inquisição no Brasil, Mott mapeou múltiplos casos de pessoas — homens e mulheres, inclusive pessoas escravizadas — acusadas de “sodomia”, contribuindo para a reconstrução histórica das práticas homoeróticas no período colonial. Entre elas, destaca-se Felipa de Souza, também referida como Filipa de Sousa, cujo processo inquisitorial foi analisado por Mott para discutir a perseguição de mulheres por práticas homoafetivas (Mott, 1988).

Décadas de 1970 e 1980

A partir da década de 1970 é que o movimento começou a se organizar de forma mais estruturada. As primeiras manifestações organizadas do movimento LGBTI+ no Brasil surgiram em um período de grande repressão durante a ditadura militar brasileira (1964–1985), que reprimiu severamente a liberdade sexual e as identidades de gênero dissidentes com vigilância, censura e perseguição.

Entre as décadas de 1970 e 1980, movimentos sociais importantes começaram a surgir. Um exemplo é o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), que desempenhou um papel crucial na luta por cidadania e reconhecimento no país.

Em 1977, um grupo de intelectuais, artistas e jornalistas homossexuais reuniu-se no Rio de Janeiro para discutir estratégias que ampliassem a visibilidade da população gay brasileira. O encontro ocorreu durante a visita do ativista Wiston Leyland, editor da revista *Gay Sunshine*, que buscava material para uma antologia latino-americana dedicada à literatura e à homossexualidade (Souto Maior Jr., 2021). Essa articulação inicial gerou as primeiras discussões sobre a necessidade de criar um veículo que tratasse abertamente de temas relacionados às homossexualidades no Brasil.

A iniciativa da reunião e da proposta de um jornal próprio teve origem nas mobilizações do advogado e ativista João Antônio Mascarenhas, cuja atuação foi central para organizar o grupo e dar forma ao projeto (Souto Maior Jr., 2021). As discussões avançaram ao longo de 1977 e resultaram, em abril de 1978, no lançamento do *Lampião da Esquina*, idealizado como uma publicação mensal, produzida por homossexuais e voltada ao debate de temas variados sob perspectivas até então marginalizadas (Trevisan, 2018).

Entre 1978 e 1981, o *Lampião da Esquina* consolidou-se como um importante espaço de comunicação e resistência, publicando 37 edições regulares e quatro números extras. Mesmo com sua circulação interrompida em 1981, o jornal permanece como referência histórica pela forma como articulou debates públicos, fortaleceu identidades e ampliou a visibilidade da comunidade homossexual em um período de repressão política (Gonçalves, 2025).



Publicações como o *Lampião da Esquina* e o *ChanacomChana* — boletim publicado pelo Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF) entre 1982 e 1987 sobre a vivência de mulheres lésbicas — desempenharam papel fundamental na construção de redes de solidariedade e de uma identidade coletiva, abordando temas como direitos humanos, saúde, cultura e denúncias de violência.

Essas iniciativas contribuíram para expandir repertórios políticos e fortalecer a resistência LGBTI+ em meio ao contexto autoritário brasileiro (Gonçalves, 2025; Trevisan, 2018).

Fonte: acervo pessoal (CEDOC LGBTI+).



Saiba mais

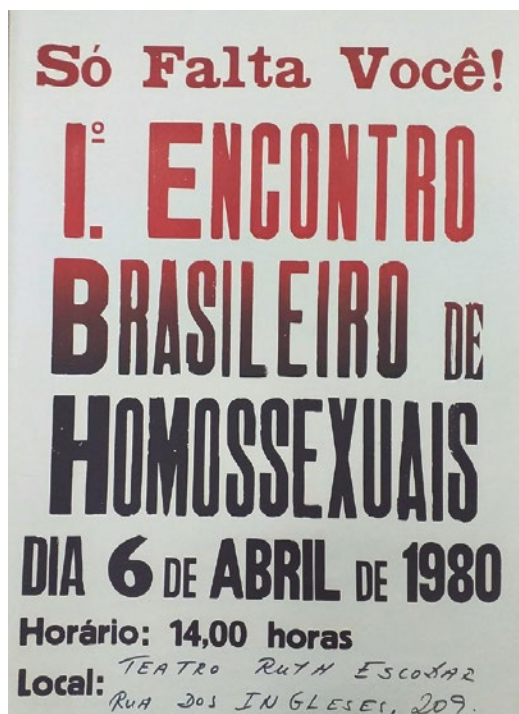
Acesse todos os volumes do *Lampião da Esquina* (1978–1981) no site do Centro de Documentação LGBTI+ Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC LGBTI+)

<https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/>

Em São Paulo, o Núcleo de Ação pelos Direitos Homossexuais torna-se o Somos – Grupo de Afirmação Homossexual, com atuação de 1978 a 1983. Outros marcos dessas décadas incluem:

- **1980** – Fundação do Grupo Gay da Bahia (GGB), considerada a mais antiga associação pela defesa e garantia dos direitos e cidadania LGBTI+ do país, cujo registro legal se deu três anos após a fundação por meio de um mandato judicial. O GGB viria a ser declarado como de utilidade pública municipal na cidade de Salvador (BA) sete anos após sua fundação. A instituição ainda está em funcionamento.

Ainda em 1980, no dia 6 de abril, ocorreu o 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais.



Fonte: acervo pessoal (CEDOC LGBTI+).

- **1984** – É publicado o livro *Erro de Pessoa, Joana ou João?* pela Record, de autoria de João Nery (1950–2018), homem trans e ativista.
- **1985** – O Conselho Federal de Medicina publicou um parecer instruindo que, ao atender homossexuais, médicos utilizassem o código V 62 do Código Internacional de Doenças (“Outras Circunstâncias Psicossociais”) em vez do CID 302.0, que enquadrava a homossexualidade como desvio ou transtorno sexual, sob a categoria de transtorno mental (CFM, 1985). Essa decisão foi um marco importante no sentido da despatologização de sexualidades dissidentes.
- **1986:** Durante o XXI Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em São Paulo (SP), foi apresentado um marco significativo para a ética jornalística no Brasil. O jornalista Antônio Carlos Tosta e o ativista gay João Antônio Mascarenhas propuseram a inclusão do termo “orientação sexual” no Código de Ética dos Jornalistas.

No mesmo ano, o Grupo Triângulo Rosa (RJ), o Grupo Gay da Bahia (BA) e o Libertos (SP) iniciavam campanha junto à Constituinte pela inclusão da proibição de discriminação por orientação sexual na Nova Constituição Federal. Em 1987 ocorreu a votação, com 130 votos a favor e 317 contra.

Década de 1990

A década de 90 foi um período marcado por avanços significativos nos direitos LGBTI+ no Brasil. Embora a homossexualidade não fosse criminalizada desde 1830, esse período destacou-se pela ampliação da visibilidade do movimento, pela consolidação de pautas relacionadas ao combate à discriminação e pela incorporação mais explícita de identidades como as de pessoas transexuais e bissexuais nas agendas do movimento social.

Em 1993, o Rio de Janeiro sediou o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados, evento que hoje é conhecido como ENTLAIDS. Outro marco importante foi a criação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) em 1995, durante o VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, em Curitiba. No mesmo ano, o Brasil foi anfitrião da XVII Conferência Internacional da ILGA, reforçando seu papel na luta global por direitos LGBTI+.



Fonte: acervo pessoal (CEDOC LGBTI+).

Em 1995, ocorreram manifestações pioneiras do orgulho gay no Brasil, incluindo atos públicos no Rio de Janeiro e em Curitiba. Essas iniciativas, ainda organizadas no formato de passeatas, marcaram a ocupação do espaço público por pautas LGBTI+, com forte caráter político e militante, antecedendo a consolidação das paradas do orgulho nos anos seguintes.

No ano seguinte, foi realizado no Rio de Janeiro o I Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE). Nele foi eleito o dia 29 de agosto como o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. No dia 28 de junho de 1997, ocorreu a primeira edição da Parada do Orgulho de São Paulo, que reuniu cerca de duas mil pessoas com o tema “Somos muitos, estamos em várias profissões”.

Século XXI: novas lutas e desafios

No século XXI, o movimento LGBTI+ tem enfrentado desafios persistentes, como a violência, a discriminação e a falta de representatividade política. Apesar disso, os últimos anos também foram marcados por conquistas importantes no campo dos direitos humanos e da cidadania.

Um marco significativo foi o lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia, em 25 de maio de 2004, que visou enfrentar a homofobia e promover a cidadania LGBTI+. Em 2008, o Sistema Único de Saúde (SUS) começou a realizar cirurgias de redesignação sexual para mulheres trans, ampliando o serviço em 2013 para homens trans.

Outras conquistas notáveis ocorreram no âmbito jurídico. Em 5 de maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 132, a união estável entre pessoas do mesmo sexo. Esse julgamento histórico criou jurisprudência que pressionou o Legislativo a atuar na proteção de direitos homoafetivos. A Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013, consolidou o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, permitindo também a conversão de união estável em casamento. Em 2015, outra decisão do STF garantiu o direito de adoção por casais homoafetivos, o Recurso Extraordinário (RE) 846102-PR.

Além das questões matrimoniais, direitos fundamentais das pessoas trans também foram ampliados. Em 2018, a ADI 4275 garantiu o direito à autodeclaração de gênero e a retificação de registros civis diretamente em cartórios, sem necessidade de laudos médicos ou cirurgias. Ainda em 2018, a Portaria nº 33 do Ministério da Educação (MEC) reconheceu o uso do nome social nos registros escolares, incluindo menores de 18 anos com consentimento de seus responsáveis.

Outro marco foi o reconhecimento da LGBTIfobia equiparada ao crime de racismo. Em 13 de junho de 2019, o STF, por meio da ADI por Omissão nº 26 e do Mandado de Injunção nº 4733, declarou a omissão do Congresso Nacional em legislar sobre o tema, classificando atos LGBTIfóbicos como crimes equivalentes ao racismo.

“Brasil lidera ranking mundial de homicídios e suicídios de LGBT+ em 2024”

O Brasil permaneceu, em 2024, como o país com maior número de homicídios e suicídios de pessoas LGBT+ no mundo. Foram registradas 291 mortes violentas, 34 casos a mais do que em 2023, um aumento de 8,83% em relação ao ano anterior (257 mortes). Uma morte violenta de LGBT a cada 30 horas. Nesse total estão incluídos 273 homicídios e 18 suicídios. Os dados foram divulgados pelo Grupo Gay Bahia (GGB), a mais antiga organização não governamental LGBTI+ da América Latina, que realiza esse levantamento desde 1980, há 45 anos.

Durante o período de 2020 a 2024, o movimento enfrentou diversas propostas legislativas que ameaçavam os direitos LGBTI+. Essas propostas buscavam principalmente:

- proibição de discussões sobre gênero e diversidade nas escolas;
- restrições ao uso do nome social e reconhecimento de identidade de gênero;
- limitação da participação de pessoas trans em esportes;
- proibição de banheiros unissex ou agênero e do uso de banheiros por pessoas trans de acordo com o gênero com o qual se identificam;
- restrições à participação de crianças e adolescentes nas Paradas do Orgulho LGBTI+ ou até mesmo a realização desses eventos;
- vetos ao uso de linguagem neutra; e
- reverter decisões do STF que garantiram direitos, como casamento igualitário, adoção e proteção contra LGBTIfobia.

No entanto, várias dessas leis foram derrubadas no STF, destacando-se, por exemplo, os casos das ADPFs 457 (Novo Gama, GO), 460 (Cascavel, PR) e 467 (Ipatinga, MG) — todas ligadas às chamadas “leis Escola Sem Partido”. Essas propostas buscavam proibir discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas, além de restringir outros direitos fundamentais.

Apesar de enfrentar retrocessos e resistência, o movimento LGBTI+ no Brasil continua a avançar. Por meio da articulação com o Judiciário, da contestação de proposições discriminatórias e da mobilização social, a luta pela igualdade segue forte. As conquistas do século XXI reforçam a importância de permanecer vigilante, construindo um futuro mais inclusivo.



B2

INTRODUÇÃO AO ATIVISMO E À MILITÂNCIA LGBTI+

A história dos movimentos sociais é um mosaico de lutas, resistências, conquistas e transformações, tudo em prol de uma mesma causa. No entanto, não existe apenas uma forma de se organizar politicamente. Cada pessoa e cada grupo possuem maneiras e estratégias diferentes de ativismo e de militância. Assim, nesta seção, vamos apresentar ambos os conceitos, mostrando suas diferenças, práticas, nuances e formas de engajamento. Além disso, veremos como se manifestam no contexto do movimento LGBTI+, bem como a importância de se posicionar de alguma maneira para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e equitativa para todas as pessoas.

B2.1 – Definição de ativista e militante

O ativismo e a militância sempre foram fundamentais nas lutas sociais brasileiras, especialmente nas mobilizações LGBTI+. Embora frequentemente considerados sinônimos, esses dois termos possuem significados e práticas diferentes, que se complementam para gerar mudanças. Vamos à definição:

Ativismo

Vem da junção da palavra “ativo”, que significa agir ou fazer, com o sufixo “-ismo”, que indica doutrina, sistema ou prática. Então, trata-se de uma prática efetiva, movida pela vontade de contribuir para a formação da sociedade e a transformação da realidade.

Militância

Vem da junção da palavra em latim *militare*, que significa “ser soldado”, com o sufixo “-ância”, que indica a ação ou o resultado dessa ação. Portanto, envolve tanto a defesa de uma causa quanto de um partido ou de uma organização, demonstrando engajamento e participação na busca por transformação social.

Fonte: adaptado de Chérolet (2023).

São termos muito parecidos. Para ficar mais fácil de entender as diferenças entre os conceitos, vamos fazer algumas comparações:

	Ativismo	Militância
Foco	A pessoa ativista se concentra em uma causa específica, seja um direito humano, uma questão ambiental ou outro tema de importância coletiva	A pessoa militante está mais ligada a um partido político ou a um movimento social organizado, com objetivos, princípios, visão e valores bem definidos
Ações	Suas ações podem ser mais amplas e diversificadas, incluindo manifestações, campanhas <i>on-line</i> , produção de conteúdo, arte, educação e outras formas de expressão	Suas ações são mais direcionadas à organização política, à mobilização de massas e à defesa de projetos, programas ou iniciativas específicos
Abordagem	Os métodos do ativismo tendem a ser mais flexíveis e adaptáveis às diferentes situações, valorizando a criatividade e a experimentação	Os métodos da militância tendem a ser mais estruturados e disciplinados, seguindo diretrizes e estratégias pré-definidas, comuns à instituição, ao partido, à organização...
Organização	A organização dos ativistas pode ser mais descentralizada e horizontal, com foco em redes e colaborações	A organização dos militantes é geralmente mais hierarquizada e centralizada, com uma estrutura de liderança definida

Fonte: adaptado de IDIS (2022) e Ferreira e Oliveira (2021).

Os movimentos sociais podem se expressar de diferentes maneiras, conforme o contexto e as pessoas envolvidas. Eles podem surgir como organizações formalizadas, a exemplo das organizações da sociedade civil (OSCs), associações e fundações, ou ainda de forma mais flexível e autônoma, como coletivos informais e redes digitais de ativismo, entre outros. Cada formato possui dinâmicas próprias de decisão, autonomia e engajamento, refletindo as transformações da sociedade civil (IDIS, 2022; Ferreira; Oliveira, 2021). De forma prática, podemos dizer que:

- Ativismo** → atuação descentralizada, autônoma e mais fluida
- Militância** → engajamento estruturado, duradouro e institucional

B2.2 – A importância do movimento LGBTI+

A população LGBTI+ ainda enfrenta limitações ao exercício pleno da cidadania devido à violência, à discriminação, ao preconceito e a desigualdades estruturais. A LGBTIfobia, o racismo, o machismo e outras formas de violência não apenas violam direitos, mas também ferem a dignidade humana, garantida pelo artigo 1º da Constituição Federal. Nesse contexto, a participação coletiva em movimentos sociais se configura como uma das formas mais eficazes de resistência, transformação e conquista de direitos (Souza; Pereira, 2018).

Engajar-se em um movimento social vai além de um ato político: é uma demonstração de pertencimento e solidariedade; um gesto de quem acredita que as mudanças são alcançadas por meio da ação coletiva (Souza; Pereira, 2018).

Os movimentos sociais podem ser compreendidos como formas de ação coletiva organizadas por diferentes grupos e OSCs, voltadas à defesa de direitos, à promoção da justiça social e da igualdade ou, em alguns casos, à preservação de conquistas já alcançadas. São espaços onde a sociedade se mobiliza para participar ativamente da transformação e democratização da vida social (Souza; Pereira, 2018).

O movimento LGBTI+ é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, pois atua em diversas frentes que atravessam tanto o campo jurídico quanto o cultural e o comunitário. Sua importância pode ser observada no enfrentamento à discriminação, uma vez que homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia ainda marcam profundamente as experiências de pessoas LGBTI+, seja por meio da violência física, da exclusão social ou da negação de direitos básicos (ILGA, 2023). Ao mesmo tempo, esse movimento busca a promoção da igualdade, reivindicando que todas as pessoas tenham garantidos os mesmos direitos e oportunidades, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. No Brasil, conquistas como o reconhecimento da união estável homoafetiva (STF, 2011), a criminalização da homofobia e da transfobia (STF, 2019) e a possibilidade de retificação facilitada de prenome e gênero nos documentos, sem a necessidade de processo judicial (STF, 2018), são resultados diretos da atuação das organizações LGBTI+.

Outro aspecto relevante é a luta pela visibilidade e pela representatividade. A presença de pessoas LGBTI+ na mídia, na política e em outros espaços públicos contribui para o rompimento de estereótipos, a redução do preconceito e a construção de referências positivas, sobretudo para jovens que estão em processo de afirmação de sua identidade (Miskolci, 2012). Além disso, o movimento também se destaca na construção de comunidades, criando espaços seguros de acolhimento e solidariedade que fortalecem vínculos e possibilitam o compartilhamento de experiências e estratégias de enfrentamento às violências estruturais (Facchini, 2005). Essas práticas coletivas mostram que o movimento não se restringe a pautas legais, mas também atua na transformação sociocultural e no fortalecimento de redes de apoio.

A influência sobre a legislação e sobre o debate público reforça a centralidade do movimento LGBTI+ na ampliação da cidadania. Como apontam Facchini e França (2021), a disputa por direitos sexuais e de gênero no Brasil revela tensões entre setores conservadores e progressistas, e são justamente as OSCs que garantem que os avanços sejam conquistados e preservados. Nesse sentido, como defende Butler (2003), a luta da população LGBTI+ não é apenas por reconhecimento individual, mas por condições universais de vida digna. Assim, ao enfrentar a discriminação, promover a igualdade, assegurar visibilidade, construir comunidades e influenciar políticas públicas, o movimento LGBTI+ reafirma seu papel não apenas para essa população específica, mas para toda a sociedade, ao fortalecer os valores de cidadania, pluralidade e direitos humanos.



B3

PREPARANDO-SE PARA O ATIVISMO E A MILITÂNCIA

O ativismo e a militância são uma jornada transformadora, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade. No entanto, para que essa jornada seja eficaz e sustentável, é fundamental estar preparado. Nesta seção, exploraremos os aspectos essenciais da preparação para o ativismo e a militância LGBTI+, desde a reflexão sobre o momento certo para se assumir até a construção de redes de apoio e o desenvolvimento de habilidades de liderança.

B3.1 – Quando devo me assumir?

No Brasil, a questão de como, quando e porque uma pessoa deve se assumir LGBTI+ é complexa e enraizada em um contexto histórico de repressão e luta por direitos. A jornada de autoaceitação e a decisão de tornar pública a própria identidade são experiências intrinsecamente ligadas a fatores sociais, políticos e individuais. A diversidade que compõe a comunidade LGBTI+ implica que não existe uma fórmula única para “se assumir”; as circunstâncias variam dependendo da orientação sexual, da identidade de gênero e do ambiente social, familiar, cultural, religioso e profissional, além das vivências pessoais de cada indivíduo.

Para compreender a profundidade dessa questão no cenário brasileiro, podemos explorar as perspectivas de figuras de grande importância histórica que, através de seu ativismo e militância, sua produção acadêmica e suas narrativas pessoais, moldaram o debate e a experiência do “assumir-se”.





Fonte: Companhia das Letras (2022).

João Silvério Trevisan

Escritor, cineasta, dramaturgo e ativista LGBTI+ nascido em 1944, em Ribeirão Bonito, interior de São Paulo. Seu primeiro longa-metragem, *Orgia ou o homem que deu cria* (1971), foi censurado pela ditadura civil-militar, levando-o ao exílio no México e depois na Califórnia, onde consolidou sua posição anarquista. De volta ao Brasil em 1974, tornou-se pioneiro do ativismo LGBTI+. Em 1978, cofundou o jornal *Lampião da Esquina*, primeira publicação voltada ao público homossexual brasileiro, e o Grupo SOMOS de Afirmação Homossexual. Entre suas obras, destaca-se *Devassos no Paraíso*, referência fundamental sobre a história da homossexualidade no Brasil. Atualmente, segue ativo como escritor e consultor do Museu da Diversidade Sexual em São Paulo, sendo reconhecido como um dos mais importantes ativistas LGBTI+ do país (João [...], [c2025]).

Saiba mais

ARAÚJO, Mateus. “Chega de gente falando em nosso nome e se apossando da nossa voz”, diz João Silvério Trevisan. **Diadorim**, [Brasil], 11 jan. 2021. Disponível em: <https://adiadorim.org/entrevistas/2021/01/chega-de-gente-falando-em-nosso-nome-e-se-apossando-da-nossa-voz-diz-joao-silverio-trevisan/> Acesso em: 1 maio 2025.

JOÃO Silvério Trevisan fala sobre movimento LGBTQ+, Grupo Somos, Lampião da Esquina e mais! Diacast. [S. l.: s. n.], 13 set. 2023. 1 vídeo (122 min). Publicado pelo canal DiaTV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YVGTvZFSRgE>. Acesso em: 1 maio 2025.



Fonte: Muniz (2024).

Jovanna Baby

Travesti, ativista pelos direitos de pessoas trans e profissionais do sexo, nascida em Mucuri, Bahia, nos anos 1960. Aos 13 anos, ingressou no trabalho sexual no Espírito Santo, no qual enfrentou violência policial e criminalização. Participou da fundação da Associação das Damas da Noite, denunciando abusos e lutando contra a perseguição. No Rio de Janeiro, cofundou a ASTRAL (Associação de Travestis e Liberados), primeira entidade trans do Brasil e da América Latina. Sua militância estendeu-se ao enfrentamento

da misoginia e do feminicídio e à defesa dos direitos de pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo pessoas vivendo com HIV. Atualmente, ocupa o cargo de Coordenadora Municipal de Direitos Humanos em Picos, Piauí, onde segue atuando na capacitação de mulheres e na defesa dos direitos LGBTI+. Por toda a sua luta, Jovanna Baby é reconhecida como uma das mais importantes ativistas trans do Brasil (Ribeiro, 2020).

Saiba mais

FONATRANS. **Documentário Jovanna Baby**: uma trajetória do Movimento de Travestis e Trans no Brasil. [S. l.: s. n.], 31 jan. 2020. 1 vídeo (16 min). Publicado pelo canal Fórum Black Trans Brasil – FONATRANS. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uy7FfY66YqM> Acesso em: 2 dez. 2025.

SILVA, Jovanna Baby Cardoso da. **Bajubá Odara**: resumo histórico do nascimento do movimento de travestis no Brasil. 1. ed. Picos, PI: FONATRANS, 2021.

Keila Simpson

Travesti, ativista pelos direitos humanos, nascida em 1965, no Maranhão, é uma das principais lideranças do movimento trans no Brasil. Na adolescência, rompeu com a família devido aos conflitos entre sua identidade de gênero e as normas sociais, circulando pelo Nordeste e ingressando no trabalho sexual para sobreviver. Nos anos 1990, durante a epidemia de HIV/AIDS, desenvolveu ações comunitárias de prevenção e apoio a travestis e pessoas trans em parceria com o Grupo Gay da Bahia. Em 1995, fundou a Associação de Travestis de Salvador, consolidando sua atuação no movimento social. Também é fundadora da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), que reúne mais de 127 instituições pelo país e atua na formulação de políticas públicas, como a Resolução nº 12/2015 do Conselho Nacional LGBT. Keila também criou a campanha “Travesti e Respeito” (2004), que deu origem ao Dia Nacional da Visibilidade Trans, celebrado em 29 de janeiro.



Fonte: Leite (2024).

É a primeira travesti brasileira a receber o título de Doutora Honoris Causa pela UERJ, e foi agraciada com o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, sendo reconhecida por sua contribuição à cultura, educação e direitos humanos no Brasil (Bento; Brito, 2020; Brasil, 2024).

Saiba mais

ALCÂNTARA, Fernanda. “A nossa primeira reivindicação neste Dia da Visibilidade Trans é viver, e a segunda é sobreviver”. **MST**, 29 jan. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/01/29/a-nossa-primeira-reivindicacao-neste-dia-da-visibilidade-trans-e-viver-e-a-segunda-e-sobreviver/> Acesso em: 1 maio 2025.

MÊS da Visibilidade Transexual e Travesti com Keila Simpson | Bem Viver. [S. l.: s. n.], 29 jan. 2022. 1 vídeo (28 min). Publicado pelo canal Rede TVT. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1vf_04DLTec. Acesso em: 1 maio 2025.

Luiz Mott

Antropólogo, historiador e um dos principais ativistas LGBT do Brasil, nascido em 1946, em São Paulo. Formou-se em Ciências Sociais pela USP (1968), fez mestrado em Etnologia na Sorbonne e doutorado em Antropologia na Unicamp. Foi professor da UFBA, onde se tornou titular em 2000. Criou bancos de dados pioneiros sobre processos de sodomia da Inquisição portuguesa e assassinatos de pessoas LGBT no Brasil, tornando-se referência na história da sexualidade. Após sofrer uma agressão homofóbica em Salvador, fundou o Grupo Gay da Bahia em 1980, primeira organização com o termo “gay” no nome no Brasil. Liderou campanhas fundamentais pela despatologização da homossexualidade e pela criminalização da homofobia, consolidando-se como figura central do movimento LGBTI+ brasileiro. Atualmente aposentado, permanece ativo como pesquisador sênior do CNPq e militante (Mott, 2018).



Fonte: Mott (2024a).

Saiba mais

PARA ONDE caminha a comunidade LGBT? | Entrevista com LUIZ MOTT, do Grupo Gay da Bahia. [S. l.: s. n.], 16 abr. 2024. 1 vídeo (30 min). Publicado pelo canal CartaCapital. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CbvOJrkZuQA>. Acesso em: 10 maio 2025.



Fonte: Marisa Fernandes ([c2025]).

Marisa Fernandes

Historiadora, pesquisadora em gênero e sexualidade e militante lésbica e feminista, nasceu em 1953, no município de Santo André, no ABC Paulista. Sofreu muita rejeição por parte de sua família devido a sua orientação sexual, o que a levou a fugir de casa aos 18 anos. Atuante no movimento estudantil, aprofundou-se na militância LGBTI+ em 1978, quando, junto a outras mulheres lésbicas, entrou em contato com o Grupo SOMOS de Afirmação Homossexual, dentro do qual criaram a Faccão Lésbico Feminista (LF). Posteriormente, esse grupo se desvinculou do SOMOS e assumiu o nome Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF), que esteve no centro do levante que ficou conhecido como “Stonewall brasileiro”, em que mulheres lésbicas se manifestaram no Ferro’s Bar contra a proibição do boletim Chana com Chana.

Marisa protagonizou diversas ações políticas pelos direitos LGBTI+ em plena ditadura civil-militar no Brasil e até hoje luta contra a discriminação e a violência e pela visibilidade lésbica, tendo sido vanguarda no movimento lésbico feminista em tempos de escassez de informação e referências positivas para a comunidade (Ferro’s Bar, [c2025]; Fernandes, 2021; Marisa Fernandes, [c2025]).

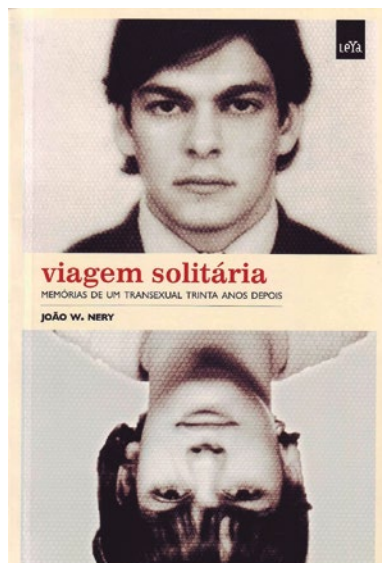
Saiba mais

FERNANDES, Marisa. O amor entre mulheres e a dona Loló. **Libertárias**, São Paulo, n. 3, p. 47-49, 1998.

FERNANDES, Marisa (org.). **Lésbicas no Brasil**: contribuição para avaliação da década da mulher, 1985–1995. São Paulo: Coletivo de Feministas Lésbicas, 1994.

João W. Nery

Psicólogo, escritor e ativista pelos direitos humanos, em especial das pessoas trans, é considerado o primeiro homem trans (ou transhomem, segundo ele próprio) a realizar o que se entende por cirurgias de redesignação de sexo no Brasil — em plena ditadura militar, décadas antes de esses procedimentos serem legalizados. Sua primeira autobiografia, *Erro de Pessoa: João ou Joana*, publicada em 1984, conta como João precisou deixar sua profissão e sua formação para trás para conseguir assumir uma identidade masculina, que representava como se sentia desde criança.



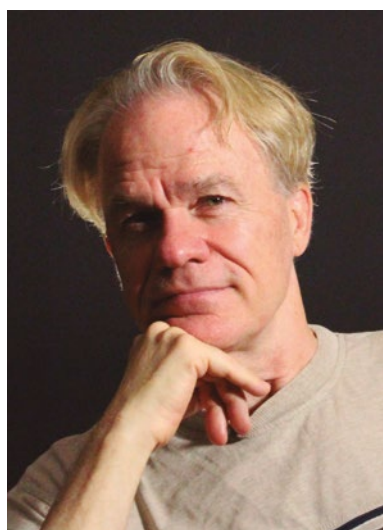
Fonte: Nery (2011).

Nery desempenhou um papel fundamental na visibilização de pessoas transmasculinas e na quebra de padrões e estigmas na sociedade, como a masculinidade hegemônica e a patologização da transexualidade. É tido como um dos maiores ícones do movimento trans brasileiro, e sua história segue inspirando gerações de militantes e ativistas ainda hoje (Nery, 2014; Morre [...], 2018)

Saiba mais

NERY, João W. **Viagem solitária**: memórias de um transexual 30 anos depois. Lisboa: Leya, 2011.

TEDESCO, Caio. **Não se nasce homem, torna-se**: a emergência das transmasculinidades e o espaço biográfico de João Walter Nery (1950-1988). 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.



Fonte: James [...] ([c2025]).

James Naylor Green

Historiador brasileiro, professor e ativista LGBTI+ nascido em 22 de novembro de 1951, em Baltimore, Estados Unidos. Iniciou sua militância política no fim dos anos 1960 na luta contra a Guerra do Vietnã. Integrante de um grupo *Quaker* que estudava conflitos políticos na América Latina, elegeu o Brasil como foco de seus estudos e passou a atuar no *Committee Against Repression in Brazil*, grupo de oposição à ditadura brasileira.

Participou do movimento de emancipação homossexual nos Estados Unidos e, em 1975, mudou-se para São Paulo, onde foi um dos fundadores do Grupo SOMOS de Afirmação Homossexual, primeiro núcleo homossexual organizado dentro da esquerda brasileira.

Estudou Ciência Política na USP, atuou no movimento estudantil e militou na Convergência Socialista. Professor e pesquisador na Brown University, em Providence, é reconhecido por suas importantes contribuições à historiografia do movimento LGBTI+ brasileiro (James [...], [c2025]).

Saiba mais

GREEN, James Naylor. **Escritos de um viado vermelho**. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2024.

João Antônio de Sousa Mascarenhas

Advogado e ativista LGBTI+ nascido em 24 de outubro de 1927, em Pelotas, Rio Grande do Sul. Bacharel em Direito, radicou-se no Rio de Janeiro, onde viveu até sua morte em 1998. Foi um dos fundadores do jornal *Lampião da Esquina* (1978) e colaborou com o antropólogo Peter Fry no processo de despatologização da homossexualidade, que resultou na decisão do Conselho Federal de Medicina em 1985. Participou ativamente dos debates para a elaboração da Constituição Federal de 1988, sendo o primeiro homossexual brasileiro convidado a discursar na Assembleia Nacional Constituinte, defendendo a inclusão do termo “orientação sexual” no artigo 3º, inciso IV. Apesar da rejeição da proposta por 429 dos 559 representantes, sua atuação foi decisiva para a consolidação do movimento LGBTI+ brasileiro. Em sua homenagem, foi criado o Centro de Memória LGBT João Antônio Mascarenhas na Universidade Federal de Pelotas (Memórias [...], 2021).

Saiba mais

Site do Centro de Memória LGBT João Antônio Mascarenhas (Universidade Federal de Pelotas):

<https://wp.ufpel.edu.br/memoriaslgbti/>



Fonte: acervo pessoal.



Assim, não há uma fórmula única. A decisão de se assumir é individual e é influenciada por uma interação de fatores pessoais, sociais e políticos. As perspectivas dessas importantes figuras nos mostram que:

- a autoaceitação é fundamental;
- ter um ambiente de segurança e apoio é crucial;
- assumir-se tem dimensões individuais e coletivas;
- para pessoas trans e negras, a questão se cruza com outras formas de opressão;
- a história e a cultura moldam a forma como vivenciamos e expressamos nossas identidades;
- o bem-estar psicológico é um aspecto-chave a ser considerado.

O que se faz mais necessário é que cada pessoa LGBTI+ tenha o direito de decidir se, quando e como compartilhar sua identidade, em um ambiente de respeito e acolhimento.

B3.2 – Estilos de liderança

Existem diversos estilos de liderança, cada um com suas características e aplicações específicas. A escolha do estilo de liderança mais adequado depende de diversos fatores, como a cultura organizacional, o tipo de equipe, a situação e os objetivos a serem alcançados. É necessário destacar que nenhum estilo de liderança é superior aos demais. Nesse sentido, a escolha do mais adequado depende do contexto e dos objetivos que se deseja alcançar. Por isso, a flexibilidade é uma qualidade essencial: lideranças eficazes sabem adaptar sua postura de acordo com a situação.

Saber identificar esses estilos ajudará uma liderança e sua equipe a atingir seus objetivos com maior consciência do ambiente em que se encontram. Tente aplicar o que se adequar melhor à sua personalidade e/ou à situação em suas relações interpessoais ao participar de projetos de ativismo e militância.

Alguns dos principais estilos de liderança são:

- **Autocrática:** centraliza as decisões, determina as tarefas e controla as atividades da equipe. Esse estilo, segundo Northouse ([2018]), pode ser eficaz em situações que exigem decisão rápida ou controle rigoroso; contudo, pode limitar a autonomia, a criatividade e a satisfação das pessoas lideradas.
- **Democrática:** incentiva a participação da equipe na tomada de decisões, valoriza as ideias e opiniões de membros e estimula a colaboração. Esse estilo tende a aumentar o engajamento e a motivação da equipe, mas pode tornar o processo decisório mais lento, especialmente em situações que demandam agilidade.
- **Laissez-faire (ou “deixar fazer”):** adota postura mais distante — delega decisões e responsabilidades à equipe, atuando como facilitadora. Esse estilo pode funcionar bem com equipes autônomas e altamente competentes, mas corre o risco de falta de direção, comprometimento e supervisão, se não houver clareza de metas ou cooperação.

- **Transformacional:** inspira e motiva membros a alcançarem resultados excepcionais, estimulando o desenvolvimento individual e coletivo além do esperado. Caracteriza-se por comunicação de visão e propósito, estímulo intelectual, apoio individualizado e exemplo pessoal — fatores que promovem compromisso, inovação e crescimento da equipe.
- **Servidora:** coloca as necessidades da equipe em primeiro lugar, focando no bem-estar, no crescimento e no desenvolvimento de cada pessoa. Esse estilo privilegia empatia, escuta, apoio e construção de relações de confiança, promovendo um ambiente de colaboração, respeito e engajamento.
- **Situacional:** adapta seu estilo conforme a situação, as tarefas, as necessidades e as habilidades da equipe, ou seja, varia de acordo com o contexto. Essa flexibilidade permite ajustar a liderança a diferentes desafios, tarefas e pessoas.

Fonte: adaptado de Northouse [2018].

É importante ressaltar que nenhum estilo de liderança é superior aos demais, pois a escolha do mais adequado depende do contexto e dos objetivos a serem alcançados. O desenvolvimento de habilidades de liderança também é um processo contínuo, exigindo que as lideranças busquem constantemente seu aprimoramento para adaptar seu estilo às mudanças do ambiente de trabalho.

Para escolher o estilo de liderança mais adequado, é fundamental conhecer a si mesmo e a equipe — identificando pontos fortes, fragilidades, necessidades e expectativas —, analisar a situação para compreender o contexto, os desafios e as oportunidades, e definir claramente os objetivos e resultados desejados. Ao alinhar essas dimensões, torna-se possível adotar um estilo de liderança capaz de promover um ambiente de trabalho mais produtivo, motivador e engajador.

B3.3 – Criar uma rede de pessoas aliadas

Construir uma rede de pessoas aliadas é fundamental para o sucesso de qualquer movimento. Essa rede oferece apoio, fortalece o trabalho realizado, amplia o alcance das ações, disponibiliza mais ferramentas e meios de comunicação e possibilita iniciativas conjuntas — afinal, juntos somos mais fortes.



Como criar uma rede de pessoas aliadas:

1 Defina seus objetivos, missão, visão e valores

2 Identifique seus aliados

- Identifique pessoas em seu círculo pessoal que compartilham seus valores e estão dispostas a se engajar
- Encontre grupos e organizações que atuam em causas semelhantes às suas
- Busque nas redes sociais e outras plataformas

3 Estabeleça conexões genuínas

- Tenha uma comunicação aberta sobre seus objetivos e valores
- Exercite a escuta ativa e demonstre interesse pelas vivências e objetivos de outras pessoas
- Colabore em projetos, programas e outras iniciativas

4 Fortaleça laços

- Promova eventos, encontros, *workshops*, reuniões, entre outros
- Mantenha contato regular com parceiros, seja por e-mail, mensagens, chamadas ou presencialmente
- Celebre as conquistas de sua rede de apoio

5 Expanda sua rede

- Participe de eventos, manifestações, encontros, entre outros
- Estabeleça parcerias estratégicas com outras organizações e movimentos sociais
- Adote ferramentas virtuais de comunicação, como grupos e comunidades

Para construir uma rede de alianças forte, é essencial priorizar a diversidade, reunindo pessoas de diferentes idades, gêneros, raças, orientações sexuais e experiências de vida. O respeito deve orientar todas as interações, valorizando as diferenças e opiniões de cada integrante. Da mesma forma, a confiança é um elemento central, garantindo que cada pessoa se sinta segura para compartilhar ideias e vivências. A liderança compartilhada fortalece o senso de pertencimento, incentivando a participação coletiva nas decisões. Além disso, a adaptabilidade é fundamental, permitindo que a rede incorpore novas ideias e ajuste suas estratégias conforme necessário.

Para facilitar esse processo, é possível recorrer a diversas ferramentas: redes sociais como Facebook, Instagram, Twitter e LinkedIn para ampliar conexões; plataformas de comunicação como WhatsApp e Telegram para manter o contato constante; ferramentas de gerenciamento de projetos como Trello e Asana para organizar ações conjuntas; e plataformas de financiamento coletivo como Kickstarter e Catarse para apoiar iniciativas colaborativas.

Lembre-se: Construir uma rede de pessoas aliadas é um processo contínuo que requer tempo, dedicação e esforço. Ao investir na construção de uma rede forte, você fortalecerá sua luta por um mundo mais justo e igualitário.

B3.4 – Respondendo a perguntas fundamentais

Ao se preparar para o ativismo e a militância LGBTI+, é essencial ter clareza sobre seus objetivos e desafios. Algumas perguntas que podem te guiar:

Sobre você e sua relação com a causa:

- Por que você se identifica com a causa LGBTI+ e o que te motiva a se tornar um ativista e/ou militante?

Compreender suas motivações pessoais é fundamental para manter acesa a chama do ativismo e/ou da militância.

- Quais são seus conhecimentos sobre a história e os desafios da comunidade LGBTI+?

Quanto mais você souber sobre a luta, mais eficaz será sua atuação.

- Qual é o seu nível de conforto em discutir temas relacionados à sexualidade e à identidade de gênero?

É importante se preparar para lidar com diferentes reações e opiniões.

- Quais são seus limites e como você pretende cuidar de sua saúde mental durante o ativismo e a militância?

O ativismo e a militância podem ser emocionalmente desgastantes, por isso é necessário estabelecer limites e buscar apoio.

Sobre a comunidade e o contexto:

- Quais são as principais necessidades da comunidade LGBTI+ na sua região?
Identificar as demandas locais é crucial para direcionar suas ações.

- Quais são os principais desafios enfrentados pela comunidade LGBTI+ no Brasil e no mundo?
Acompanhar a realidade da comunidade te ajudará a entender as lutas e as estratégias de enfrentamento.

- Quais são os grupos e organizações que atuam em defesa dos direitos LGBTI+ na sua região?
Conectar-se com outras pessoas e grupos pode fortalecer o movimento.

- Como você pretende alcançar as pessoas que não fazem parte da comunidade LGBTI+?
É fundamental construir pontes com forças aliadas e com potencial de se tornarem aliadas.

Sobre as suas ações:

- Quais são seus objetivos a curto, médio e longo prazo?
Definir metas claras te ajudará a traçar um plano de ação.
- Que tipo de ações você pretende realizar?
Existem diversas formas de ativismo e militância, desde a organização de eventos até o *advocacy*.
- Como você pretende medir o impacto do seu trabalho?
É necessário avaliar seus resultados para aprimorar as estratégias.
- Quais são os seus maiores medos e como você pretende superá-los?
O medo é natural, mas não pode te paralisar.

Sobre a construção de redes:

- Quem são suas forças aliadas e como você pode fortalecê-las?
Construir uma rede de apoio é fundamental para o sucesso do ativismo e da militância.
- Como você pretende ampliar sua rede de contatos?
Participar de eventos, grupos *on-line* e organizações são ótimas formas de conhecer novas pessoas.
- Como você pode colaborar com outras organizações e movimentos sociais?
As parcerias podem ampliar o alcance do seu trabalho.

Outras perguntas que podem te ajudar:

- Quais são seus valores e como eles se conectam com a causa LGBTI+?
Se eles estão ligados à defesa de populações em vulnerabilidade, à garantia e promoção da cidadania e dos direitos humanos e/ou à redução e ao combate a violências e desigualdades sociais, seus valores podem estar ligados à causa LGBTI+.
- Como você lida com o preconceito e a discriminação?
Procure por grupos e organizações na sua região para obter apoio, utilize as redes sociais para se conectar com outras pessoas da comunidade LGBTI+ e participe de atividades coletivas.
- Quais são as suas maiores fontes de inspiração?
Observe se entre essas fontes estão pessoas, organizações e/ou histórias relacionadas com a garantia, defesa e promoção de direitos humanos e/ou vivências de exemplos positivos de pessoas LGBTI+. Tais exemplos impulsionarão você para que siga fazendo a diferença.

B4

NÃO LUTE SÓ

A luta pela equidade de direitos e pela cidadania da população LGBTI+ é atravessada por desafios estruturais, como o preconceito, a discriminação e a violência. Nesse contexto, a união e a construção de espaços coletivos tornam-se elementos centrais para a resistência, o cuidado mútuo e a promoção de ambientes onde as pessoas possam viver suas identidades com dignidade. Reconhecer a diversidade de trajetórias, experiências e formas de atuação dentro do movimento LGBTI+ também é parte fundamental desse processo, fortalecendo a ação coletiva sem apagar singularidades. Como versa o dito popular: *“Quem caminha sozinho pode até chegar mais rápido, mas aquele que vai acompanhado com certeza vai mais longe.”*

B4.1 – A importância da coletividade

A coletividade tem um papel estratégico na luta contra o preconceito e a exclusão vivenciados pela população LGBTI+. Ao se organizarem em grupos, coletivos, movimentos sociais ou OSCs, pessoas LGBTI+ constroem redes de apoio, ampliam sua visibilidade social e fortalecem sua capacidade de incidência política.

Estar em coletivo permite que experiências individuais, muitas vezes marcadas pelo isolamento e pelo sofrimento, sejam reconhecidas como parte de um contexto social mais amplo. Esse reconhecimento contribui para o fortalecimento do senso de pertencimento e para a construção de respostas coletivas frente às violências e desigualdades.

Além disso, a atuação coletiva potencializa a circulação de informações sobre direitos, saúde, educação e políticas públicas, facilitando o acesso a recursos e serviços. Também possibilita a organização de ações públicas — como campanhas, eventos, formações e manifestações — que ampliam o debate social e desafiam estigmas historicamente associados às identidades LGBTI+.

Participar de espaços coletivos pode, ainda, favorecer o empoderamento individual, ao fortalecer a autoestima, a autonomia e a percepção de que a transformação social é construída de forma compartilhada, e não de maneira isolada.

Exemplos de ações coletivas incluem:

- **Paradas do Orgulho:** celebrações que visam à promoção e à visibilidade da diversidade LGBTI+.
- **Grupos de apoio:** espaços seguros para troca de experiências e fortalecimento emocional.

- **Organizações não governamentais:** instituições que atuam na defesa dos direitos da comunidade LGBTI+.
- **Movimentos sociais:** ações coletivas que visam transformar a sociedade e garantir a igualdade para todos.

B4.2 – Escolhendo espaços que te acolham

Encontrar espaços seguros e acolhedores é essencial para o bem-estar emocional e para a saúde mental das pessoas LGBTI+. Ambientes onde seja possível existir com autenticidade, sem medo de julgamento ou violência, contribuem para o fortalecimento da identidade, da autoestima e do senso de pertencimento.

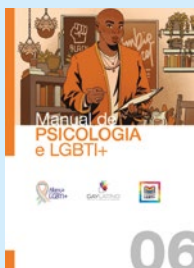
Esses espaços podem assumir diferentes formas: grupos e coletivos que promovem encontros e atividades comunitárias, centros culturais e comunitários, OSCs, eventos públicos como a Parada do Orgulho, além de ambientes de convivência e socialização que se posicionam de forma explícita como inclusivos. No contexto digital, redes sociais, fóruns e comunidades *on-line* também podem funcionar como importantes espaços de apoio e conexão, especialmente para quem enfrenta isolamento em seu território.

Identificar se um espaço é, de fato, seguro e acolhedor exige atenção a alguns aspectos, como a forma como as identidades são respeitadas, a naturalidade das interações e o posicionamento do local diante da diversidade. Conversar com outras pessoas LGBTI+ que já frequentam esses ambientes pode ajudar a compreender melhor como funcionam suas dinâmicas de acolhimento.

Ao conhecer um novo espaço, é importante respeitar os próprios limites. Ir na companhia de alguém de confiança, aproximar-se de forma gradual e reconhecer sinais de desconforto são estratégias que ajudam a preservar o bem-estar. Caso o ambiente não se mostre seguro, sair é sempre uma escolha legítima.

Buscar e construir espaços de acolhimento faz parte do cuidado consigo e com a coletividade. Nessa jornada, podem ser úteis recursos como:

- **aplicativos de relacionamento:** existem aplicativos específicos para a comunidade LGBTI+ que facilitam a conexão com outras pessoas.
- **redes sociais:** plataformas como o Instagram e o Facebook possuem grupos e páginas dedicados à comunidade LGBTI+.
- **organizações da sociedade civil:** muitas OSCs oferecem serviços de apoio e orientação para pessoas LGBTI+.



Saiba mais

O *Manual de Psicologia e LGBTI+*, volume 6 da Enciclopédia LGBTI+, é um recurso importante para refletir sobre a saúde mental e conhecer canais de ajuda, além de estratégias para mitigar o estresse de minoria vivenciado pela comunidade LGBTI+. A saúde mental também é fundamental quando falamos de pertencimento e coletividade.



Acesse:

<https://aliancalgbti.org.br/wp-content/uploads/2025/02/ManualdeManualPsicologiaeLGBTI-Ver.Digital-Final-1.pdf>



O *Manual de Visibilidade Massiva e LGBTI+*, volume 18 da Enciclopédia LGBTI+, aborda formas de engajar o público e ampliar a visibilidade da pauta LGBTI+, sendo um importante recurso para fortalecer ações coletivas e lembrar que essa luta não precisa ser solitária.



Acesse:

<https://aliancalgbti.org.br/wp-content/uploads/2025/02/ManualdeVisibilidadeMassivaeLGBTI.pdf>

B4.3 – Não desqualifique militantes

A militância LGBTI+ é um movimento diverso e complexo, composto por pessoas com diferentes trajetórias, experiências e formas de atuação. Nesse contexto, é fundamental que haja respeito e valorização das múltiplas expressões de ativismo, evitando a desqualificação de outras pessoas que também atuam na militância.

A luta por direitos exige uma pluralidade de estratégias. Deslegitimar determinadas formas de atuação pode limitar a capacidade do movimento de alcançar seus objetivos e enfraquecer sua atuação coletiva. A união e a colaboração entre os diversos grupos e indivíduos que compõem o movimento LGBTI+ são essenciais para ampliar seu impacto social e político.

A desqualificação de militantes ou abordagens distintas tende a gerar divisões e conflitos internos, fragilizando o movimento como um todo. Cada pessoa traz consigo mo-

tivações, saberes e vivências singulares, e o reconhecimento dessas diferenças é central para a construção de um movimento verdadeiramente inclusivo e democrático.

Para fortalecer a união e o respeito no interior do movimento LGBTI+, é necessário reconhecer a diversidade de práticas militantes e a pluralidade de opiniões existentes. Promover o diálogo aberto e respeitoso contribui para a construção de pontes entre diferentes perspectivas, valorizando as contribuições de cada indivíduo, independentemente de sua trajetória ou posição.

Combater o individualismo e atuar de forma coletiva em torno de objetivos comuns fortalece a comunidade como um todo. Além disso, investir em ações de formação e educação em direitos humanos e diversidade sexual é fundamental para enfrentar o preconceito e a discriminação em suas diferentes expressões.

Diante de situações de desqualificação entre militantes, algumas estratégias podem ser adotadas, como buscar o diálogo e explicitar os impactos negativos dessas atitudes. Em ambientes virtuais, denunciar conteúdos ofensivos aos responsáveis pelas plataformas também é uma medida importante. Oferecer apoio às pessoas que sofrem ataques reforça a solidariedade e contribui para um ambiente mais acolhedor.

Por fim, valorizar conquistas, ações bem-sucedidas e avanços do movimento ajuda a construir um clima mais positivo e colaborativo. A militância LGBTI+ é um processo coletivo e contínuo, e o fortalecimento do movimento depende do trabalho conjunto, do respeito às diferenças e da valorização das contribuições de todas as pessoas na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.



B5

FORTALECENDO O MOVIMENTO LGBTI+

Como visto anteriormente, a luta pela defesa e pela garantia de direitos assume diferentes formas de organização. Algumas iniciativas atuam como entidades formalizadas, com CNPJ e diretoria eleita, enquanto outras se estruturam de maneira individual ou em formatos não institucionalizados, como coletivos, redes informais, frentes digitais ou projetos específicos. Embora apresentem características próprias, todas compartilham o objetivo de defender direitos, promover a igualdade e reafirmar o compromisso com a justiça social.

A criação de uma organização voltada à população LGBTI+ é um passo importante para ampliar a promoção de direitos, a inclusão e o bem-estar dessa comunidade. No Brasil, as OSCs têm desempenhado papel decisivo no enfrentamento da discriminação e na oferta de espaços de acolhimento, apoio e articulação política.

Para transformar uma iniciativa coletiva em uma organização estruturada, é necessário planejamento cuidadoso. O processo começa pela reunião de pessoas comprometidas com objetivos comuns. A partir daí, definem-se a missão, a visão de futuro e os valores que orientarão a prática institucional. Também é essencial delimitar objetivos, área de atuação e público-alvo, além de desenvolver um plano de ação capaz de antecipar desafios e orientar decisões.

A formalização contribui para fortalecer a sustentabilidade e a credibilidade das ações, mas não atua sozinha. Construir conexões com outras organizações — tanto do movimento LGBTI+ quanto de áreas afins — amplia a rede de apoio, favorece parcerias e potencializa a incidência política e comunitária.

Para apoiar esse processo, apresentamos a seguir quatro eixos práticos que podem ser utilizados por organizações formalizadas, coletivos ou ativistas autônomos:

1. **Desenvolvimento organizacional:** estrutura interna, governança, sustentabilidade financeira e planejamento.
2. **Advocacy e políticas públicas:** estratégias de diálogo, participação social e incidência junto ao poder público.
3. **Vínculo com a comunidade:** escuta ativa, mobilização, formação de lideranças e ações coletivas.

4. Comunicação estratégica: planejamento comunicacional, campanhas e estratégias de visibilidade.

Embora inspirados em modelos de gestão, esses eixos foram adaptados para diferentes realidades de grupos LGBTI+, independentemente de seu tamanho ou grau de formalização. A proposta é oferecer ferramentas acessíveis para fortalecer lideranças, melhorar o planejamento e ampliar o impacto das iniciativas.

Eles podem ser aplicados isoladamente ou de maneira integrada, conforme as prioridades de cada grupo. O mais importante é que funcionem como instrumentos de autonomia e fortalecimento coletivo, acompanhando a diversidade de formas de militância que compõem o movimento LGBTI+ no Brasil.

B5.1 – Desenvolvimento organizacional

O desenvolvimento organizacional é o processo de fortalecimento da estrutura, da cultura e das práticas de uma organização ou movimento social. Ele envolve planejar, avaliar e aprimorar continuamente a forma de atuação, garantindo que as ações sejam coerentes com os objetivos do grupo e capazes de gerar impacto real.

Nos movimentos sociais LGBTI+, o desenvolvimento organizacional vai além da formalização administrativa: trata-se de fortalecer a base coletiva, ampliar a capacidade de articulação, garantir a continuidade das ações e promover ambientes de trabalho e militância colaborativos. Nesse processo, é importante compreender alguns conceitos-base, como “governança” e “estrutura organizacional”.

Governança em movimentos sociais

A governança pode ser entendida como o conjunto de princípios, regras e processos que orienta como uma organização é conduzida e monitorada, com o objetivo de gerar valor sustentável a longo prazo para sua causa, para as pessoas que a integram e para a sociedade como um todo (IBGC, 2023).

Estrutura organizacional — coletivos e associações

A estrutura organizacional refere-se à forma como uma organização distribui funções, responsabilidades, níveis de decisão e formas de coordenação para alcançar seus objetivos. Ela define quem faz o quê, como as decisões são tomadas e como as pessoas se articulam entre si, podendo assumir formatos mais horizontais ou mais hierarquizados, dependendo do propósito e do contexto do grupo.

No caso de coletivos e associações, essa estrutura costuma se organizar de maneira colaborativa. Esses grupos reúnem pessoas em torno de objetivos comuns e atuam sem fins lucrativos. Suas decisões estratégicas geralmente são tomadas em assembleias, que elegem — e, quando necessário, podem substituir — a coordenação, assegurando um processo decisório democrático e transparente (Mussoi, 2023).

Mesmo grupos informais, como coletivos, frentes digitais ou projetos comunitários, podem se beneficiar desse processo, utilizando ferramentas simples de planejamento, comunicação e gestão compartilhada para tornar seu trabalho mais sustentável e eficiente.

A seguir, apresentamos orientações para estruturar uma organização, definir práticas e ferramentas de gestão, organizar a liderança, distribuir responsabilidades e fortalecer a base de um movimento social.

B5.1.1 – Como se compõe uma organização: estruturas básicas

Uma organização, seja um coletivo informal ou uma entidade formalizada, é composta por três elementos fundamentais que se inter-relacionam:

- **Pessoas:** são o coração de qualquer organização. Incluem desde pessoas fundadoras, coordenadoras e voluntárias até a comunidade que é impactada pelas ações. A diversidade de habilidades e experiências fortalece o coletivo (Mussoi, 2023).
- **Propósito:** é a razão de existir do grupo. O propósito responde à pergunta "por que nos reunimos?". No movimento LGBTI+, isso geralmente está ligado à defesa de direitos, ao acolhimento, à visibilidade ou ao enfrentamento de violências. Um propósito claro guia todas as ações e decisões (Mussoi, 2023).
- **Processos:** são as formas como o trabalho é organizado. Incluem desde como as decisões são tomadas (democrática, horizontal, por consenso) até como as tarefas são distribuídas e comunicadas (Mussoi, 2023).

Além disso, toda organização deve definir com clareza sua **missão**, sua **visão** e seus **valores**, que expressam sua identidade institucional e orientam o planejamento estratégico. Esses elementos contribuem para o alinhamento interno e fortalecem a confiança pública na atuação do grupo (IBGC; FONIF, 2020).



Missão

A missão traduz a razão de existir da organização. Define o que ela faz, para quem e com qual propósito. Ela deve ser clara, inspiradora e refletir o compromisso com o bem comum (IBGC; FONIF, 2020).

Visão

A visão expressa o futuro desejado — o horizonte para o qual a organização caminha. Representa o ideal que se quer construir coletivamente, oferecendo um norte para o planejamento de médio e longo prazo (IBGC; FONIF, 2020).

Valores

Os valores são os princípios éticos e comportamentais que orientam todas as decisões e relações. Eles sustentam a coerência entre discurso e prática, sendo especialmente importantes para movimentos sociais e organizações de base comunitária (IBGC; FONIF, 2020).

Resumindo:

- Missão → o que fazemos e por que existimos
- Visão → onde queremos chegar
- Valores → como agimos para chegar lá

B5.1.2 – Ética, compliance e gestão financeira

A **ética** é a base da confiança dentro e fora da organização. Mesmo que um coletivo ou associação ainda não tenha condições de implantar um sistema formal de *compliance*, é importante adotar boas práticas de integridade desde o início (IBGC; FONIF, 2020). Isso inclui agir com transparência, seguir as leis e normas vigentes e estabelecer regras claras de conduta para todas as pessoas envolvidas — integrantes da equipe, voluntárias, parceiras e financiadoras.

A transparência é um fator muito relevante para a organização pois ela cumpre um serviço de caráter social e que é de interesse público. Não se trata de uma empresa, que tem como objetivo atender aos interesses de quem ocupa o cargo mais alto. A transparência sobre as ações realizadas, os processos cumpridos e a aplicação dos recursos ajudam a garantir que a sociedade tenha confiança nas ações da organização e aumenta a sua credibilidade. É interessante publicar no *site* ou nas redes sociais da organização os balanços financeiros, as prestações de contas de projetos, os processos de contratação e outros dados que busquem promover a transparência.

Compliance é o processo de assegurar que a instituição “cumpra as regras”, tanto as externas (legislação e regulamentações) quanto as internas (códigos de conduta e diretrizes internas).

Um exemplo é o sistema de integridade e *compliance* do Grupo Dignidade, que disponibiliza em sua página institucional o modelo adotado pela instituição para orientar práticas de transparência, ética e governança.



Para saber mais:

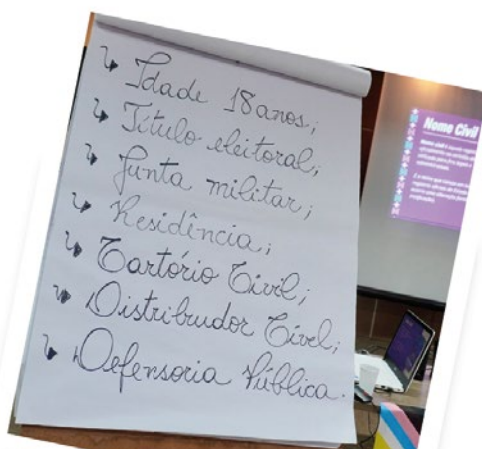
<https://www.grupodignidade.org.br/integridade-e-compliance/>

A **gestão financeira** busca cuidar bem dos recursos, registrar todas as movimentações e seguir as normas contábeis do país (IBGC; FONIF, 2020). Ela garante que a organização consiga manter suas atividades mesmo diante dos “altos e baixos” da realidade financeira e política de um país em tempos de crise.

Boas práticas envolvem:

- Ter um código de conduta que defina comportamentos esperados e situações inaceitáveis (como discriminação, assédio ou mau uso de recursos).
- Garantir transparência nas decisões e no uso de recursos.
- Promover uma cultura de responsabilidade e prestação de contas regular, com pessoas associadas, apoiadoras e órgãos públicos.
- Evitar conflitos de interesse, assegurando que decisões não sejam tomadas em benefício pessoal.
- Contar, sempre que possível, com profissional de contabilidade com habilitação para realizar o controle minucioso dos registros financeiros, a emissão de relatórios e a garantia de conformidade com a legislação.

Fonte: adaptado de IBGC e FONIF (2020).



Mesmo que o coletivo não tenha renda ou patrimônio próprios, é importante registrar movimentações — como doações, eventos e despesas —, pois isso facilita o planejamento e demonstra responsabilidade social (IBGC; FONIF, 2020).

B5.1.3 – Sustentabilidade e captação de recursos

A **sustentabilidade**, para coletivos e organizações sociais LGBTI+, envolve pensar não apenas em recursos financeiros, mas também no apoio de pessoas, materiais e instituições que possam fortalecer as ações do grupo (IBGC; FONIF, 2020). É fundamental diversificar as fontes de apoio e manter transparência e coerência com os valores do grupo. Algumas formas de garantir sustentabilidade são:

Tipo de apoio	Exemplos práticos	Como implementar	Cuidados e boas práticas
Recursos financeiros diretos	Vaquinhas virtuais, rifas, bazares, festas culturais, editais de apoio.	Definir objetivo e valor; prestar contas publicamente após o evento.	Manter transparência total nas arrecadações e nos gastos; não utilizar os recursos para fins pessoais.
Parcerias institucionais	Apoio de universidades, outras OSCs, órgãos públicos e empresas que possam oferecer apoio logístico, espaços físicos, materiais ou serviços profissionais.	Formalizar por e-mail, ofício ou protocolo específico; explicar como o apoio será usado.	Manter coerência com os valores do grupo; evitar vínculos que comprometam a autonomia.
Infraestrutura e espaço físico	Uso de salas comunitárias, centros culturais, espaços cedidos.	Solicitar uso gratuito ou em parceria; planejar manutenção e logística.	Cuidar do espaço e manter o nome do coletivo em boa reputação.
Apoio comunitário	Mobilização da comunidade LGBTI+ e de pessoas aliadas para contribuir com trabalho voluntário, doações de materiais, empréstimo de equipamentos, transporte ou divulgação.	Fazer campanhas de doação e agradecer publicamente.	Registrar entradas e saídas; zelar pela transparência e honestidade.
Campanhas e eventos solidários	Realizar bazares, eventos culturais, feiras, vaquinhas virtuais, rifas e atividades artísticas que arrecadem fundos e também fortaleçam o sentimento de pertencimento e visibilidade da causa.	Envolver a comunidade e divulgar nas redes sociais.	Garantir segurança e acessibilidade para todas as pessoas.
Projetos e editais	Inscriver-se em chamadas públicas ou privadas que apoiem iniciativas de direitos humanos, diversidade, cultura e educação.	Acompanhar editais de órgãos públicos, fundações, e plataformas como o Prosas.	É essencial manter atualizados os relatórios de histórico de atividades, as informações financeiras e demais documentos da instituição.

Assim, a **captação de recursos** não envolve apenas valores financeiros, mas também parcerias, doações de roupas, itens de higiene, alimentos e outros materiais, além da

oferta de espaços, do trabalho voluntário e do fortalecimento do vínculo com a comunidade (IBGC; FONIF, 2020).

Lembre-se:

- *Comece pequeno, com ações locais e parcerias solidárias.*
- *Registre tudo o que entra e sai, mesmo que não envolva dinheiro.*
- *Mantenha transparência e gratidão pública: agradecer, divulgar e prestar contas.*
- *Sustentabilidade é mais do que arrecadar: é criar vínculos de confiança.*

B5.1.4 – Como montar a diretoria da sua organização

Para a formalização de uma OSC e a criação de um CNPJ, é obrigatória a definição de uma diretoria e de um conselho fiscal, ambos com composição tripartite, conforme a legislação vigente. Além disso, a constituição de uma OSC implica obrigações como a prestação de contas periódica à Receita Federal, a entrega da declaração de imposto de renda e o cumprimento de outros requisitos legais e administrativos. Já os coletivos não possuem um formato jurídico definido, podendo organizar sua direção e seus processos de tomada de decisão de maneira mais flexível, de acordo com suas necessidades e princípios de funcionamento.

Montar uma diretoria é um passo crucial para conferir solidez, legitimidade e capacidade de ação a uma organização ou coletivo. Uma diretoria bem-estruturada possibilita a distribuição adequada de responsabilidades, assegura o cumprimento da visão, dos valores e da missão institucional e fortalece os processos de tomada de decisão, bem como a transparência perante a comunidade e os parceiros (Mussoi, 2023).

Na prática, a diretoria é quem “segura as pontas” e garante que o navio continue navegando, mesmo quando as tempestades ou a rotina desgastante chegarem.

Para montar sua diretoria:

1º. Defina as funções necessárias – nem toda organização precisa de todos os cargos. Pense nas funções essenciais para o seu grupo funcionar. Um modelo simples e eficaz é o tripé básico da gestão (Mussoi, 2023):

- **Coordenação geral ou presidência:** é uma função de visão estratégica e representação. A pessoa nesta posição é responsável por facilitar processos, mediar conflitos e ser a porta-voz principal da organização. Sua pergunta-chave é: “para onde estamos indo e por quê?”.

- **Secretaria:** é o coração da organização interna. Quem ocupa este cargo é responsável pela documentação (atas, registros), pela comunicação formal e pela manutenção da memória institucional. Sua pergunta-chave é: “o que foi combinado e onde está registrado?”.
- **Tesouraria ou gestão financeira:** é uma função de transparência e sustentabilidade. A pessoa tesoureira é responsável por controlar entradas e saídas de recursos, prestar contas à comunidade e aos doadores e zelar pela saúde financeira do grupo. Sua pergunta-chave é: “de onde vem e para onde vai o nosso recurso?”.

Além dessas três funções, nas organizações formalizadas com CNPJ, é obrigatória a criação de um **conselho fiscal**, composto por no mínimo três pessoas. Esse conselho, que atua de forma independente, tem como finalidade fiscalizar a gestão financeira e patrimonial da organização, examinando documentos e relatórios para garantir a correta aplicação dos recursos. Sua atuação assegura transparência, integridade e credibilidade perante associados, doadores e órgãos públicos (IBGC, 2023).

2º. Estabeleça os critérios para escolha – a seleção da diretoria deve ser um processo claro e democrático, evitando conflitos e garantindo legitimidade. É fundamental definir critérios que vão além da simples disponibilidade, como (IBGC, 2023):

- **Comprometimento com o propósito:** a pessoa realmente acredita na causa LGBTI+ e atua de acordo com ela?
- **Tempo e dedicação:** é preciso avaliar com realismo a disponibilidade. Fazer parte da diretoria exige muito mais tempo do que um trabalho voluntário comum.
- **Habilidades e competências:** é importante alinhar as aptidões da pessoa às demandas do cargo. Exemplo: alguém com boa capacidade de organização pode assumir a secretaria; alguém com familiaridade com números pode ser responsável pela tesouraria.
- **Diversidade e representatividade:** a diretoria deve refletir, na medida do possível, a diversidade da comunidade que representa, considerando raça/etnia, identidade de gênero, orientação sexual e território.

3º. Realize o processo eleitoral – para grupos formais com estatuto, o processo é definido por esse documento. Para coletivos e grupos informais, um processo eleitoral simples garante a participação de todas as pessoas. Este processo pode incluir (Mussoi, 2023):

- **Chamada pública:** divulgar amplamente as vagas e os critérios para toda a base de membros e pessoas voluntárias.
- **Indicações e autoindicações:** criar um espaço seguro para que as pessoas possam se candidatar ou indicar outras.
- **Votação democrática:** realizar uma assembleia ou consulta para que todas as pessoas integrantes possam votar.

- **Mandato com tempo definido:** estabelecer um período de atuação (ex.: 1, 2 ou 4 anos), com possibilidade de recondução, garantindo renovação de energia e oportunidades.

4º. Formalize e documente – a posse da nova diretoria deve ser formalizada para garantir transparência e publicidade ao processo. Isso é feito por meio de uma ata de eleição e posse, documento que registra quem foi eleito, para qual cargo e por qual período — informação fundamental para a prestação de contas e para a memória institucional. Após aprovada, a ata deve ser registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Diretoria expandida

Conforme a organização cresce, novas funções podem ser criadas para distribuir responsabilidades. É possível incluir, por exemplo:

- **Coordenação de projetos:** responsável pelo planejamento, acompanhamento e execução das atividades.
- **Coordenação de comunicação:** encarregada das redes sociais, produção de conteúdo e relação com a mídia.
- **Coordenação de mobilização comunitária:** voltada a garantir que a base seja ouvida, participativa e envolvida nas ações.

Novas funções não precisam, necessariamente, constar na ata de eleição da diretoria; elas podem ser definidas internamente, conforme as necessidades e a dinâmica da organização. É importante lembrar que, seja em um tripé básico ou em uma estrutura expandida, o que sustenta uma boa diretoria é a confiança, a comunicação clara e o compromisso coletivo com o propósito (Mussoi, 2023).

B5.1.5 – Documentos essenciais e formalização da organização

Assembleias e processos eleitorais

Para a realização de assembleias e processos eleitorais, é indispensável (IBGC, 2023):

- **Editais de convocação:** comunicação formal que antecede a assembleia, contendo data, horário, local e pauta completa dos assuntos a serem tratados.
- **Lista de presença:** documento que comprova a participação das pessoas na ocasião, devendo conter, no mínimo, o nome completo, o número do documento de identificação e a assinatura de cada participante.
- **Ata da assembleia:** registro oficial das deliberações e decisões tomadas, incluindo o resultado das votações e, quando for o caso, a composição da nova diretoria. O documento deve conter: identificação completa da organização; data, horário e local da reunião; nome de quem estiver na presidência e na secretaria da sessão; número de participantes e verificação de quórum; relato objetivo de todas as deliberações; resultados das votações, incluindo o número de votos favoráveis,

contrários e abstenções; assinaturas da presidência e da secretaria da assembleia; e registro fotográfico e de divulgação.

Recomenda-se manter registro fotográfico ou em vídeo dos principais eventos e assembleias, sempre com a devida autorização das pessoas participantes. A divulgação prévia das assembleias deve ser feita através de múltiplos canais: redes sociais, e-mail, cartazes físicos e outros meios habituais de comunicação da organização.

Estatuto

É o documento mais importante de uma organização formalizada, funcionando como sua “constituição interna”. Ele exige a assinatura de uma pessoa advogada e deve conter (Mussoi, 2023):

- denominação e sede da organização;
- finalidade e objetivos institucionais;
- disposições sobre os sócios (categorias, direitos e deveres);
- estrutura organizacional (diretoria, conselho fiscal e demais órgãos, quando houver);
- patrimônio e fontes de recursos; e
- disposições gerais, incluindo regras para alterações estatutárias e para a dissolução da organização.

Personalidade jurídica

Para a organização passar a existir legalmente como uma entidade própria, ou seja, configurar-se como pessoa jurídica. Para isso, normalmente é necessário: 1) elaborar e aprovar o estatuto em assembleia; 2) registrar o estatuto em cartório (ou na Junta Comercial, dependendo do tipo de organização); e então 3) solicitar o CNPJ na Receita Federal.

Para realizar o registro, recomenda-se (IBGC, 2023):

- procurar o Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sua cidade para conhecer os documentos, informações e formatos obrigatórios para o registro;
- solicitar a relação completa de exigências específicas do cartório;
- verificar se é necessária alguma revisão ou adequação do estatuto social conforme as normas locais; e
- consultar sobre prazos, taxas e custos envolvidos no processo de registro.

A regularização perante os órgãos competentes assegura plena capacidade jurídica à organização, permitindo a abertura de conta bancária, celebração de convênios, firmção de contratos e captação de recursos de maneira regularizada (IBGC, 2023).

Com a estrutura organizacional definida e os documentos essenciais compreendidos, **vamos para o próximo passo!**



B5.1.6 – Planejamento estratégico

O **planejamento estratégico** é essencial para converter os objetivos da instituição em ações práticas e resultados mensuráveis. Por meio dele, é possível estabelecer direções, otimizar recursos e ampliar o impacto das iniciativas implementadas (IBGC, 2023).

O **plano de ação anual**, por sua vez, operacionaliza o planejamento estratégico por meio de atividades concretas. A seguir, apresentamos algumas ferramentas úteis que podem ser utilizadas para construir o seu plano:

Ferramenta 5W2H

Trata-se de uma metodologia que organiza o pensamento e a execução a partir de sete perguntas fundamentais (Mussoi, 2023):

1. **What?** (O quê?): qual é a atividade ou ação específica a ser realizada?
2. **Why?** (Por quê?): qual é a justificativa e o objetivo dessa ação?
3. **Where?** (Onde?): em qual local ou ambiente a ação acontecerá?
3. **When?** (Quando?): qual é o prazo para a realização?
4. **Who?** (Quem?): quem é a pessoa responsável por executar e/ou coordenar a atividade?
5. **How?** (Como?): quais são as metodologias, as etapas e os passos que devem ser seguidos para realizar a ação?
6. **How much?** (Quanto?): quais são os recursos financeiros, materiais e humanos necessários?

Veja a seguir um exemplo hipotético:

What? (O quê?)	Congresso de Saúde Mental LGBTI+: evento presencial com programação de painéis, mesas-redondas, <i>workshops</i> e apresentações de trabalhos.
Why? (Por quê?)	Promover diálogo, formação e troca de conhecimentos; fortalecer a atuação institucional; ampliar visibilidade e impacto da comunidade LGBTI+; atender demandas acadêmicas, científicas e comunitárias.
Where? (Onde?)	Centro de convenções ou universidade – João Pessoa (PB).
When? (Quando?)	Abril de 2026.
Who? (Quem?)	Presidência: Rubia Coordenação geral: Cleide Coordenação executiva: Giulia
How? (Como?)	Definição do tema e dos eixos de discussão; elaboração de orçamento e cronograma; captação de recursos; contratação de serviços como locação do espaço, equipamentos de áudio e vídeo, <i>catering</i> , transmissão e fotografia; formação das equipes responsáveis pela comissão científica, pela logística, pela comunicação, pelo financeiro, pelo credenciamento, pela recepção e pelo voluntariado; abertura da chamada para o voluntariado; construção da programação científica; gestão das inscrições e da submissão e avaliação de trabalhos; articulação e confirmação de palestrantes, incluindo logística de viagem e hospedagem; produção dos materiais gráficos e digitais, como programa, crachás, certificados e peças de divulgação; montagem e operação da infraestrutura no dia do evento; execução das atividades conforme a programação; e, por fim, avaliação e elaboração do relatório pós-evento, sistematizando dados, indicadores e recomendações.
How much? (Quanto?)	Total estimado (com contingência de 10%) = R\$ 36.300

Análise FOFA (forças, oportunidades, fraquezas e ameaças)

Também conhecida como SWOT (em inglês), é uma ferramenta estratégica que permite mapear fatores internos e externos que afetam a organização. As “forças” e “fraquezas” são fatores internos, como recursos, capacidades e limitações da própria organização. As “oportunidades” e “ameaças” são fatores externos, como tendências sociais, políticas públicas, cenário econômico e relações com parcerias que podem influenciar o trabalho da organização (IBGC, 2023).

Esta ferramenta fornece uma base para a tomada de decisão estratégica e ajuda a organização a posicionar-se de forma mais eficaz em seu ambiente de atuação. A seguir, apresentamos um modelo de análise FOFA com perguntas norteadoras:

Fatores internos	Fatores externos
Forças: o que sua organização ou grupo faz bem? Quais são seus recursos? Quais são suas vantagens? O que fortalece vocês?	Oportunidades: quais tendências podem beneficiar sua causa? Quais possibilidades existem? Quais parcerias podem ser desenvolvidas? Quais são os apoios que vocês já têm?
Fraquezas: o que precisa ser melhorado? Quais são as limitações do grupo? Quais são os pontos fracos?	Ameaças: quais mudanças no contexto podem prejudicar seu trabalho? Quais são os desafios externos?

Enquanto o 5W2H é uma ferramenta poderosa para organizar a execução detalhada das ações — definindo o quê, por quê, onde, quando, quem, como e quanto —, a análise FOFA oferece a leitura de contexto que orienta prioridades, riscos e potencialidades, servindo de base para decisões que posteriormente serão detalhadas pelo 5W2H. Assim, as duas ferramentas não se contrapõem — **elas se complementam, atuando em níveis distintos do planejamento** (Mussoi, 2023).

Embora possam ser utilizadas separadamente, um plano de ação bem-estruturado perde eficácia se não considerar os desafios e oportunidades do ambiente externo ou se não for construído com consciência das capacidades e limitações internas da organização (IBGC, 2023).

Por exemplo: se o FOFA identifica uma oportunidade, como a abertura de um novo edital de financiamento para projetos de cultura LGBTI+, essa informação pode gerar uma decisão estratégica (“vamos submeter um projeto”). A partir daí, o 5W2H entra em ação para detalhar essa decisão: qual será o projeto (what), por que ele é relevante (why), quem será responsável (who), quais as etapas (how) etc.

Da mesma forma, se o FOFA identifica uma fraqueza, como a falta de experiência da equipe em prestação de contas, isso gera outra decisão estratégica (“precisamos de formação interna”). Novamente, o 5W2H será utilizado para planejar essa ação: qual curso será realizado, quando, quem participará, quanto custará etc. (Mussoi, 2023).

B5.2 – Advocacy e políticas públicas

B5.2.1 – O que é advocacy e sua importância para o movimento LGBTI+

O *advocacy* é um processo político, organizado e estratégico, voltado a influenciar a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas, com o objetivo de garantir e promover direitos. Trata-se de uma ferramenta essencial para transformar demandas sociais em conquistas concretas (Reis; Cazal, 2021). Sua atuação se dá de maneira diplomática, coordenada e focada diretamente nos três Poderes do Estado:

- **Legislativo:** propondo, acompanhando e pressionando pela aprovação ou rejeição de projetos de lei.
- **Executivo:** influenciando a criação de programas, a destinação de verbas e a implementação de ações por parte de prefeituras, governos estaduais e do governo federal.
- **Judiciário:** atuando por meio da litigância estratégica para que os tribunais garantam direitos negados pelos outros poderes ou protejam a população contra abusos.

Para o movimento LGBTI+, o *advocacy* é fundamental porque:

- **enfrenta a “lei do silêncio”**, mecanismo social e político que marginaliza a população LGBTI+, apagando suas existências e excluindo-a dos espaços onde as decisões são tomadas;
- **traduz demandas** — necessidades urgentes da comunidade — em direitos efetivos, materializados em políticas públicas, programas governamentais, alocação de orçamento e mudanças na legislação; e
- **concretiza o lema “nada sobre nós sem nós”**, garantindo que as vozes e perspectivas das pessoas LGBTI+ sejam consideradas de forma direta e protagonista nos espaços de poder.

B5.2.2 – Pilares do advocacy

Para que o *advocacy* seja efetivo, é necessário que se apoie em três pilares fundamentais: **controle social, litigância estratégica e accountability**. O domínio dessas três frentes permite que a defesa de direitos aconteça de forma articulada e abrangente, alcançando todos os espaços onde decisões são tomadas (Reis; Cazal, 2021).

Controle social

É o pilar que assegura a participação da sociedade civil na fiscalização e na formulação de políticas públicas. Representa o exercício direto da cidadania na relação com o Estado. Seu objetivo principal é garantir que o poder público seja transparente e que suas ações atendam de fato às necessidades da comunidade. Na prática, funciona por meio de:

- **participação em conselhos:** atuação em conselhos de direitos (nacional, estaduais e municipais de educação, de saúde, etc.), que são espaços oficiais de diálogo entre governo e sociedade;
- **incidência em conferências:** envolvimento nas conferências de direitos humanos, saúde, assistência social e outras, que definem as prioridades e diretrizes para as políticas públicas; e
- **acompanhamento de orçamento:** monitoramento do orçamento público para verificar se estão sendo destinados recursos para políticas LGBTI+ e se o dinheiro está sendo efetivamente aplicado.

Litigância estratégica

É o uso do sistema de justiça (Poder Judiciário) como ferramenta para provocar mudanças sociais de grande impacto, beneficiando toda a comunidade LGBTI+, e não apenas resolvendo um caso individual (Reis; Cazal, 2021). Seu objetivo principal é utilizar as cortes para avançar na interpretação das leis, preencher lacunas legislativas, garantir a implementação de políticas públicas e proteger a população LGBTI+. Na prática, ocorre por meio de:

- **ações coletivas:** proposição de ações judiciais com potencial para estabelecer jurisprudência, ou seja, interpretações da lei que sirvam de base para casos futuros;
- **advocacy em casos simbólicos:** atuação como *amicus curiae* (amigo da corte) em processos relevantes, fornecendo argumentos e subsídios técnicos aos juízes, visando influenciar decisões favoráveis aos direitos LGBTI+; e
- **enfrentamento à violência e falhas do Estado:** judicialização de casos de violência LGBTIfóbica e de omissões do poder público, responsabilizando tanto os agressores quanto o Estado.

Accountability

É o mecanismo de monitoramento, cobrança, prestação de contas, transparência e responsabilização social do Estado, da gestão pública e de representantes que a população elegeu pelos compromissos assumidos e pelas obrigações que têm com a população LGBTI+. O objetivo principal é criar um ciclo virtuoso de transparência e responsabilidade, em que governantes saibam que haverá cobrança pública por sua atuação (ou omissão) em relação aos direitos LGBTI+. Na prática, ocorre por meio de:

- **monitoramento:** acompanhamento das promessas feitas por pessoas candidatas durante as eleições e cobrança, após a posse, para a sua efetivação;
- **solicitação de prestação de contas:** exigência de que governos e órgãos públicos expliquem como, quando e por que uma determinada política foi ou não implementada; e
- **denúncia de omissões:** comunicação a órgãos de controle, como o Ministério Público e os Tribunais de Contas, sobre situações de descumprimento da lei, má aplicação de recursos ou violação de direitos.

B5.2.3 – Como planejar ações

Transformar a indignação em uma ação de *advocacy* eficaz requer planejamento e método. Seguir um passo a passo estruturado aumenta significativamente as chances de sucesso da sua incidência política. Para isso, apresentamos a seguir seis passos essenciais para o planejamento de suas ações:

- 1º. Identificação clara do problema e da solução desejada** – consiste em transformar uma demanda ampla (ex.: precisamos melhorar a situação das pessoas LGBTI+) em algo específico, concreto e acionável, como uma política pública, uma alteração normativa, um protocolo, um serviço ou uma prática institucional (ex.: “aprovar o Projeto de Lei nº 672/2019 que tipifica a LGBTIfobia como crime de racismo”).
- 2º. Análise do contexto e mapeamento de atores-chave** – consiste em compreender o cenário em que a proposta será inserida e identificar quem são os principais agentes envolvidos. Isso inclui reconhecer pessoas tomadoras de decisão (quem tem poder para resolver o problema), aliadas (quem pode apoiar a pauta) e opositoras (quem tende a se posicionar contra) e públicos impactados (quem será diretamente beneficiado ou afetado). Para aprofundar esse mapeamento, pode-se utilizar a análise FOFA.
- 3º. Definição da estratégia e dos pilares de atuação** – consiste em escolher quais caminhos serão mais eficazes para enfrentar o problema identificado. Isso inclui definir quais pilares de atuação serão utilizados — controle social, litigância estratégica, *accountability* — e selecionar as táticas mais adequadas para alcançar o objetivo. Essas táticas podem envolver, por exemplo, realizar uma reunião com vereanças, ingressar com uma ação judicial, promover uma campanha nas redes sociais ou realizar pressão política em conselhos e espaços de participação social.
- 4º. Elaboração de mensagens-chave e materiais** – consiste em desenvolver argumentos claros, objetivos e consistentes, ajustados às necessidades de cada público-alvo (pessoas com poder de decisão, imprensa, comunidade, movimentos sociais). Também envolve a criação de materiais de apoio que reforcem essas mensagens, como pôsteres, notas técnicas, apresentações, *posts* para redes sociais e outros recursos comunicacionais que fortaleçam a estratégia de *advocacy*.
- 5º. Plano de ação e cronograma** – consiste em organizar, de forma estruturada, todas as atividades necessárias para executar a estratégia de *advocacy*, definindo responsáveis, prazos e recursos. Pode-se utilizar a metodologia 5W2H para garantir clareza e viabilidade em cada etapa.
- 6º. Monitoramento e avaliação** – envolve definir indicadores e métodos para acompanhar a execução das ações e medir seus resultados. O objetivo é avaliar o impacto da estratégia, identificar avanços, corrigir rumos quando necessário e registrar aprendizados para ações futuras.



Saiba mais

O *Manual de Advocacy, Litigância Estratégica, Controle Social e Accountability LGBTI+*, volume 11 da Enciclopédia LGBTI+, aprofunda conceitos, metodologias e estratégias desses pilares, além de reunir exemplos de projetos de lei que podem ser apresentados nas casas legislativas.

Acesse:

<https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2022/01/11-Manual-de-Advocacy-Litigancia-Estrategica-Controle-Social-e-Accountability-LGBTI.pdf>



B5.3 – Vínculo com a comunidade LGBTI+

O vínculo comunitário é a rede de confiança, apoio mútuo e escuta ativa que uma organização ou coletivo constrói com as pessoas do território onde atua. Mais do que uma estratégia, trata-se de um processo contínuo de construção de relações significativas que fortalecem tanto o movimento quanto as pessoas envolvidas (MDS, 2011).

Por que esse vínculo é tão importante para o movimento LGBTI+?

- **Para compreender as necessidades reais:** a comunidade conhece os problemas cotidianos que muitas vezes passam despercebidos. A escuta ativa garante que as pautas do movimento reflitam as urgências vividas pela população LGBTI+ local (AIC, 2020).
- **Para fortalecer a legitimidade:** uma causa ganha mais força quando quem é diretamente afetado por ela também a defende publicamente. A fala de uma pessoa trans sobre emprego, por exemplo, tem um poder de sensibilização e transformação que nenhum discurso técnico substitui (Cidade Escola Aprendiz, 2014), além de promover representatividade para outras pessoas da comunidade.
- **Para construir poder coletivo:** pessoas isoladas são mais vulneráveis; pessoas organizadas criam força para transformar realidades. A mobilização só acontece quando existe uma base de confiança sólida e bem-establishada (AIC, 2023).
- **Para garantir sustentabilidade:** um movimento com raízes profundas na comunidade resiste melhor às mudanças políticas, à rotatividade natural de ativistas e aos momentos de escassez de recursos (MDS, 2011).

Em resumo, o vínculo comunitário é o que garante que o movimento LGBTI+ não se transforme em uma “bolha” de ativistas, e sim em uma representação verdadeira das lutas, dores e sonhos de sua base. É a diferença entre falar **sobre** a comunidade e falar **com** a comunidade (AIC, 2023).

B5.3.1 – Estratégias para mobilizar a comunidade

Construir uma base comunitária sólida é um processo contínuo que segue três etapas interligadas: **conectar, engajar e manter**. Cada fase exige abordagens específicas para transformar um primeiro contato em uma relação de confiança duradoura (AIC, 2020).

Conectar – a conexão inicial deve ser construída de forma respeitosa e genuína, priorizando sempre a escuta. Para isso:

- **Mapeie o território:** identifique os espaços onde pessoas LGBTI+ já se reúnem — centros de referência, bares, grupos de apoio, universidades, eventos culturais e serviços de saúde (MDS, 2011).
- **Realize uma abordagem acolhedora:** chegue sem imposições. Apresente-se, explique o trabalho do movimento e demonstre interesse real em ouvir. Utilize linguagem inclusiva e garanta um ambiente seguro (AIC, 2023).
- **Pratique a escuta ativa:** promova rodas de conversa, entrevistas informais e pesquisas comunitárias para compreender as principais demandas, anseios e potencialidades do território (AIC, 2020).

Engajar – após o primeiro contato, é necessário criar oportunidades concretas de participação. Para isso:

- **Crie pontos de encontro:** estabeleça atividades regulares e de baixa complexidade que funcionem como portas de entrada, como cineclubes temáticos, oficinas práticas ou grupos de conversa sobre temas específicos (Cidade Escola Aprendiz, 2014).
- **Ofereça ações práticas e visíveis:** mobilize a comunidade em torno de iniciativas que gerem benefícios diretos e tangíveis, como mutirões de documentação, orientações sobre nome social ou campanhas de arrecadação de alimentos. Essas ações demonstram a força da mobilização coletiva (AIC, 2023).
- **Atribua responsabilidades:** conforme a confiança se consolida, convide as pessoas a assumir tarefas específicas de acordo com suas habilidades e disponibilidade. Isso fortalece o sentimento de pertencimento e corresponsabilidade (AIC, 2020).

Manter – a manutenção do vínculo é o que garante a sustentabilidade do movimento. Para isso:

- **Comunique os resultados:** sempre dê retorno à comunidade sobre as lutas em andamento e as conquistas alcançadas, mesmo as parciais. A transparência gera credibilidade e evidencia que a participação de todos foi fundamental (AIC, 2023).
- **Invista no cuidado coletivo:** crie espaços de acolhimento para compartilhar dificuldades e celebrar vitórias. O ativismo é desgastante; práticas de cuidado ajudam a prevenir o *burnout* e fortalecem a resiliência do grupo (MDS, 2011).
- **Celebre junto:** reconheça publicamente as contribuições de todas as pessoas envolvidas. Celebrações coletivas, mesmo simples, reforçam a identidade do grupo e a sensação de que “juntos somos mais fortes” (MDS, 2011).

A comunicação é uma das ferramentas mais poderosas para construir e manter vínculos genuínos dentro da comunidade LGBTI+. Uma comunicação feita **com e para** as pessoas fortalece a confiança, amplia a participação e reforça o senso de pertencimento (AIC, 2023). A seguir, apresentamos algumas orientações e sugestões:

1º. **Adote uma linguagem acolhedora, acessível e inclusiva**

- **Evite “juridiquês” e academicismos:** fale a língua do cotidiano. Explique conceitos complexos de maneira simples, sem perder a precisão. A clareza é um ato de inclusão (Cidade Escola Aprendiz, 2014).
- **Use linguagem afirmativa:** valorize a autoidentificação. Utilize corretamente pronomes, nome social e formas de tratamento. Pergunte com gentileza, ajuste-se quando necessário e trate eventuais erros com naturalidade, criando um ambiente seguro (AIC, 2023).
- **Seja visual:** inclua imagens, *memes*, *gifs* e elementos gráficos que representem a diversidade do movimento. Uma comunicação visual atrativa facilita a identificação e mantém o interesse (AIC, 2023).

2º. **Utilize os canais que a comunidade realmente usa**

- **WhatsApp:** crie grupos temáticos — como “Grupo de Ação” ou “Grupo de Divulgação” — para garantir comunicação rápida e organizada. Defina combinados para evitar sobrecarga de mensagens (AIC, 2020).
- **Redes sociais com propósito:** utilize as plataformas mais populares na região (Instagram, TikTok, Facebook, entre outras) para contar histórias reais, divulgar conquistas e promover eventos de forma leve e acessível (Cidade Escola Aprendiz, 2014).
- **Comunicação “porta a porta”:** valorize também o contato presencial. Panfletos em locais estratégicos e conversas diretas continuam sendo eficazes para alcançar quem não está no ambiente digital (AIC, 2020).

3º. **Mantenha transparência e diálogo constante**

- **Prestação de contas comunitária:** mostre, de forma simples e visual, como os recursos foram utilizados (quando houver) e quais resultados foram alcançados. Isso reforça a credibilidade e a seriedade do trabalho (AIC, 2023).
- **Feedback é uma via de mão dupla:** utilize enquetes, formulários rápidos ou perguntas diretas — “O que vocês acharam?” “O que podemos melhorar?” — para garantir que a comunidade se reconheça como parte ativa do processo (Cidade Escola Aprendiz, 2014).
- **Celebre coletivamente:** aproveite os canais de comunicação para agradecer publicamente voluntários, apoiadores e parceiros. Pequenos gestos de reconhecimento fortalecem vínculos e motivam a continuidade do engajamento (MDS, 2011).

Construir vínculos é um processo contínuo que exige manutenção ativa e cuidado coletivo. Um movimento que cuida de sua base e de suas lideranças garante não apenas sua sustentabilidade, mas também sua capacidade de resistência e renovação (MDS, 2011). A seguir, apresentamos algumas orientações e sugestões:

1º. **Cuidado como estratégia política**

- **Reconheça o desgaste do ativismo:** a luta por direitos em um contexto de opressão é emocionalmente desgastante. Reconhecer esse fato de forma aberta é o primeiro passo para consolidar uma cultura de cuidado (MDS, 2011).
- **Crie rituais de cuidado coletivo:** estabeleça momentos específicos para compartilhar dificuldades e celebrar conquistas — como rodas de conversa descontraídas ou encontros sem pauta fixa. Esses espaços fortalecem a resiliência do grupo (MDS, 2011).
- **Estabeleça limites saudáveis:** enfrente a cultura do “ativismo 24 horas”. Respeite o tempo de descanso, incentive férias e evite sobrecarga de responsabilidades. Um ativista esgotado não fortalece a luta (AIC, 2020).

2º. **Sustentabilidade das relações**

- **Planeje a transição de lideranças:** a rotatividade é natural nos movimentos sociais. Crie processos de formação contínua e organize a transição de responsabilidades para evitar a perda de conhecimento (AIC, 2020).
- **Descentralize o conhecimento:** evite concentrações de informação em poucas pessoas. Documente processos, compartilhe contatos e senhas, e construa sistemas acessíveis a todas as pessoas envolvidas (AIC, 2020).
- **Celebre para renovar energias:** não espere grandes vitórias para comemorar. Valorize pequenos avanços, processos bem-executados e o esforço coletivo. A celebração é combustível para a continuidade da luta (MDS, 2011).

3º. **Fortalecimento do sentimento de pertencimento**

- **Valorize todas as contribuições:** reconheça publicamente diferentes formas de participação — desde quem organiza um evento até quem divulga nas redes ou prepara o café. Cada gesto fortalece o conjunto (Cidade Escola Aprendiz, 2014).
- **Construa identidade coletiva:** crie símbolos, rituais e tradições que reforcem o sentimento de “nós”. Pode ser uma camiseta, um *slogan*, um encontro fixo no mês ou um grito de mobilização (AIC, 2023).
- **Mantenha a escuta ativa:** mesmo com vínculos consolidados, continue ouvindo a comunidade. As necessidades mudam, e o movimento precisa se adaptar para seguir relevante e conectado (MDS, 2011).

B5.3.4 – Gestão de pessoas e voluntariado

A gestão de pessoas e de voluntários é uma parte essencial do vínculo entre o coletivo e a comunidade. No contexto dos movimentos LGBTI+, ela diz respeito ao cuidado com as relações humanas, à valorização de quem colabora e à construção de um ambiente acolhedor, ético e participativo. Quando o grupo se organiza para cuidar das pessoas que o compõem, fortalece não apenas sua estrutura interna, mas também sua presença social (IBGC; FONIF, 2020).

Acolhimento e cuidado

O acolhimento é o primeiro passo para criar um ambiente seguro e inclusivo. Toda pessoa que se aproxima para colaborar deve compreender o propósito, os valores e as formas de atuação do coletivo. É recomendável realizar uma conversa inicial de apresentação e escuta, explicando como o grupo funciona, quais atividades existem e quais são as expectativas de participação. Reconhecer e valorizar o trabalho voluntário também é fundamental. Mesmo gestos simples, como agradecer publicamente, destacar contribuições nas redes sociais ou oferecer certificados simbólicos, reforçam o sentimento de pertencimento e fortalecem os vínculos (IBGC; FONIF, 2020).

Papéis e responsabilidades

Definir funções e responsabilidades de forma clara é essencial para o bom funcionamento do coletivo. Quando cada pessoa entende suas tarefas, evitam-se sobrecarga, confusões e conflitos. Essas definições podem abranger quem organiza eventos, quem cuida da comunicação, quem realiza o acolhimento de novas pessoas e quem responde por decisões administrativas. Os papéis devem ser estabelecidos coletivamente e revisados periodicamente, garantindo equilíbrio e participação democrática. Uma gestão transparente contribui para que o grupo cresça com harmonia e eficiência (IBGC; FONIF, 2020).

Formação e desenvolvimento

Fortalecer as pessoas é fortalecer a instituição. A formação contínua amplia o conhecimento, motiva a equipe e garante que o grupo atue de forma crítica, consciente e solidária. As atividades formativas podem ser simples e adaptadas à realidade local, como oficinas sobre direitos humanos, diversidade e *advocacy*; rodas de conversa sobre saúde, bem-estar e autocuidado; trocas de experiências com outros coletivos; e capacitações em temas práticos, como gestão de mídias sociais ou organização de eventos. Essas ações estimulam o aprendizado coletivo e reforçam a autonomia das pessoas envolvidas (IBGC; FONIF, 2020).

Comunicação e transparência

A comunicação interna é a base da convivência saudável e da confiança entre as pessoas do coletivo. Manter canais de diálogo abertos — como reuniões regulares, grupos de mensagens, formulários anônimos ou rodas de conversa — fortalece a cooperação e o senso de pertencimento. A transparência interna implica compartilhar informações sobre decisões, recursos e prioridades do grupo.

Quando as pessoas compreendem como e por que as ações acontecem, o engajamento aumenta e o coletivo se torna mais coeso e participativo. Diferenças e conflitos devem ser tratados com empatia, escuta ativa e respeito à diversidade, princípios fundamentais da militância LGBTI+ (IBGC; FONIF, 2020).

Resumindo:

Acolhimento e cuidado	→	receba bem quem chega, apresente os valores do coletivo e escute suas motivações
Papéis e responsabilidades	→	defina funções claras, de forma democrática e revisável
Formação e desenvolvimento	→	promova espaços de aprendizado e troca de saberes
Comunicação e transparência	→	mantenha o diálogo aberto e o compartilhamento de informações

B5.4 – Comunicação estratégica

A **comunicação estratégica** representa uma evolução fundamental na forma como os movimentos sociais se relacionam com a sociedade. Diferente da comunicação espontânea ou meramente informativa, ela envolve um processo contínuo de planejamento, implementação e avaliação sistemática de ações comunicacionais para construir relacionamentos duradouros, influenciar opiniões públicas e alcançar objetivos institucionais de maneira consistente e mensurável (Flores; Cangussu, 2017). A comunicação estratégica é crucial porque:

- 1°. Constrói legitimidade:** uma comunicação bem-estruturada e profissional fortalece significativamente a credibilidade do movimento perante diversos públicos — incluindo a sociedade em geral, potenciais parceiros institucionais e o poder público (UFJF, 2023).

Exemplo: um coletivo que mantém transparência em suas ações, comunica regularmente seus resultados e adota um posicionamento claro e fundamentado conquista confiança para influenciar políticas públicas locais e estabelecer parcerias estratégicas.

- 2°. Amplifica vozes:** esta função vai além da simples divulgação, permitindo que demandas específicas e urgentes da comunidade LGBTI+ transcendam os círculos já convencidos do ativismo e alcancem setores mais amplos da sociedade. Através de estratégias bem-planejadas, é possível educar, sensibilizar e engajar pessoas que normalmente não teriam contato com essas pautas (AIC, 2023).

Exemplo: campanhas como “nome social é direito” conseguem sensibilizar a população geral sobre a importância do respeito à identidade de gênero através de histórias reais e linguagem acessível, rompendo a bolha informativa do movimento.

- 3º. Mobiliza recursos e apoios:** uma comunicação estratégica eficaz não apenas informa, mas convence e motiva à ação. Ela é instrumental para atrair um voluntariado comprometido, conquistar fontes de doação consistentes e mobilizar a base para ações de pressão e *advocacy* junto às pessoas tomadoras de decisão (Flores; Cangussu, 2017).

Exemplo: uma campanha bem-planejada e bem-executada nas redes sociais, com narrativas claras, pode aumentar significativamente as doações para um projeto de acolhimento a pessoas LGBTI+ em situação de rua e recrutar um voluntariado qualificado.

B5.5 – Construindo um plano de comunicação

1º. Diagnóstico e definição de públicos (O QUE e para QUEM)

- **Análise situacional:** esta etapa inicial é fundamental para entender o ponto de partida. Envolve um exercício honesto de avaliar: onde estamos atualmente? Qual é a imagem e a reputação que o movimento possui junto a diferentes públicos? Quais são nossos pontos fortes a serem potencializados e fraquezas a serem superadas — metodologia FOFA (UFJF, 2023).

Exemplo: ao realizar uma análise de situação, um coletivo pode perceber que, embora tenha forte reconhecimento entre jovens LGBTI+ urbanos, sua presença é quase inexistente entre pessoas LGBTI+ mais velhas ou em comunidades rurais, indicando uma área importante para expansão.

- **Definição de públicos-alvo:** esta não é uma lista genérica, mas um exercício estratégico de segmentação. Liste e priorize os diferentes públicos considerando sua relevância para os objetivos do movimento. Para cada público, adaptamos o que queremos comunicar e qual resposta esperamos (UFJF, 2023).

Exemplos: (1) jovens LGBTI+ da periferia: requer linguagem jovem e acessível e canais como TikTok e WhatsApp; (2) lideranças parlamentares da comissão de direitos humanos: demanda tom formal, argumentação técnica e canais como e-mail e reuniões presenciais; (3) imprensa local especializada em direitos humanos: necessita de releas objetivas, com dados concretos e fontes qualificadas para entrevistas.

2º. Definição de objetivos e mensagens-chave (POR QUE e O QUE DIZER)

- **Objetivos claros** em vez de objetivos vagos como “aumentar a visibilidade”, formule metas que sejam:
 - específicas: deixe claro exatamente o que se quer alcançar;
 - mensuráveis: inclua números ou formas concretas de medir o resultado;

- atingíveis: seja realista com os recursos e o tempo disponíveis;
- relevantes: certifique-se de que a meta é importante para os objetivos do movimento; e
- com prazo definido: estabeleça um período de tempo claro para realização.

Exemplo: “aumentar em 30% o engajamento no Instagram (medido por curtidas, comentários e compartilhamentos) em 3 meses, publicando 3 conteúdos por semana sobre direitos LGBTI+” ou “recrutar 50 novos voluntários para o projeto de alfabetização de pessoas trans em 6 meses, usando depoimentos reais em uma campanha digital.”

- **Mensagens centrais:** desenvolva um conjunto conciso (3 a 5) de frases curtas, memoráveis e poderosas que encapsulam o posicionamento essencial do movimento. Essas mensagens devem ser consistentemente reforçadas em todas as comunicações, criando uma identidade narrativa coesa (AIC, 2023).

Exemplo: “respeito é direito, não favor”; “diversidade nos fortalece como sociedade”; “nossa existência é resistência / nossa resistência é existir”; “direitos LGBTI+ são direitos humanos”.

3º. Escolha de canais e estratégias (ONDE e COMO)

- **Seleção de canais:** a escolha deve ser intencional, baseada no comportamento de cada público-alvo, e não na preferência pessoal da equipe de comunicação (Cidade Escola Aprendiz, 2014).

Exemplo: para alcançar LGBTI+ mais jovens, priorize plataformas visuais e dinâmicas como TikTok e Instagram Reels; para diálogo com gestores públicos e possíveis parceiros institucionais, utilize e-mail profissional e LinkedIn; para mobilização rápida da base já engajada, grupos segmentados no WhatsApp são mais eficientes.

- **Cronograma editorial:** esta ferramenta operacionaliza o plano, garantindo constância (frequência regular de publicação) e qualidade (conteúdo relevante e diversificado) (UFJF, 2023).

Exemplo: criar um calendário mensal detalhado que inclua: posts educativos sobre direitos (quartas-feiras), datas comemorativas e de conscientização do movimento LGBTI+ (como Dia da Visibilidade Trans), chamadas para ações específicas (como abaixo-assinados ou protestos) e conteúdos que mostrem o trabalho “nos bastidores” do movimento para humanizar a organização.

4º. Execução, monitoramento e ajustes (FAZER, MEDIR e APRENDER)

- **Implementação:** execute o plano com disciplina, mas mantenha flexibilidade estratégica para capitalizar oportunidades inesperadas ou responder a crises (Flores; Cangussu, 2017).

Exemplo: se um tema relacionado aos direitos LGBTI+ ganha relevância inesperada no debate público nas redes sociais, é possível e desejável adaptar o conteúdo programado para abordá-lo, conectando-o à pauta do movimento.

- **Monitoramento contínuo:** acompanhe de perto um conjunto definido de métricas de desempenho para entender o que está funcionando (UFJF, 2023).

Exemplo: verificar semanalmente não apenas o crescimento do número de seguidores, mas principalmente as taxas de engajamento (curtidas, comentários, compartilhamentos) por tipo de conteúdo, o horário de melhor performance e o perfil demográfico do público que mais interage.

- **Avaliação e aprendizado:** esta etapa fecha o ciclo do planejamento. Periodicamente (ex.: trimestralmente), revise o plano como um todo à luz dos dados coletados (Flores; Cangussu, 2017).

Exemplo: se os dados mostraram consistentemente que vídeos curtos e depoimentos pessoais tiveram desempenho significativamente melhor que textos longos ou postagens institucionais, a estratégia de conteúdo deve ser ajustada para investir mais recursos na produção do formato mais eficaz.

B5.6 - Estratégias avançadas para fortalecer o movimento

- **Construção de marca e identidade visual:** investir em uma identidade visual profissional e coerente não é vaidade: é estratégia. Ela transmite seriedade, facilita o reconhecimento instantâneo e constrói confiança (Flores; Cangussu, 2017).

Exemplo: desenvolver um manual de marca acessível que defina com clareza o uso da logo, a paleta de cores, as fontes tipográficas e o tom de voz, garantindo uniformidade e profissionalismo desde posts em redes sociais até materiais impressos como cartazes e relatórios anuais.

- **Gestão de relacionamento com a mídia (assessoria de imprensa):** relacionamentos sólidos com a imprensa são construídos com profissionalismo e consistência, não apenas com pedidos em momentos de crise (UFJF, 2023).

Exemplo: manter um cadastro atualizado de jornalistas de diferentes veículos que cobrem pautas de direitos humanos e cidadania; enviar releases bem escritos e com informações relevantes sobre conquistas e eventos do movimento; e, prontamente, se posicionar como fonte especializada e confiável para entrevistas sobre projetos de lei ou casos que afetem a comunidade LGBTI+.

B5.7 - Como medir o sucesso da sua comunicação

- **Métricas de processo:** através das métricas, é possível avaliar de forma precisa a implementação dos planos e seus resultados, sejam eles positivos ou negativos (UFJF, 2023).

Exemplo: verificar se 80% do conteúdo previsto no cronograma editorial foi efetivamente publicado; se as ações planejadas para cada público-alvo foram realizadas; e se os prazos estabelecidos foram cumpridos.

- **Métricas de impacto:** avaliam se a comunicação está gerando os efeitos desejados no mundo real, além das telas (Flores; Cangussu, 2017).

Exemplo: aumento mensurável de 40% na participação em uma audiência pública após uma campanha focada de mobilização nas redes e WhatsApp; a conquista de uma pauta positiva em um veículo de grande circulação; um aumento significativo no número de assinaturas em um abaixo-assinado on-line importante; ou um crescimento no número de organizações parceiras em uma coalizão.



B6

OUTRAS FORMAS DE SE POSICIONAR

Diante dos desafios enfrentados pela população LGBTI+ no Brasil — como a discriminação estrutural, a violação contínua de direitos humanos fundamentais e a falta de reconhecimento pleno de sua cidadania, que afetam o bem-estar individual e coletivo dessa população —, cada pessoa contribui nas lutas sociais a partir de suas possibilidades, contextos, interesses e trajetórias.

Não existe uma única maneira de se posicionar politicamente. Algumas pessoas atuam diretamente em OSCs, como mencionado no capítulo anterior; outras produzem conhecimento acadêmico, se manifestam nas mídias sociais, participam de momentos formativos, promovem debates em seus espaços de atuação ou fortalecem iniciativas culturais, eventos e premiações LGBTI+. Todas essas formas de engajamento são válidas e fundamentais.

Ainda que nem todas as pessoas desejem se filiar a uma organização, atuar como voluntárias ou realizar doações financeiras, é essencial que se mantenham informadas sobre os direitos da população LGBTI+, os avanços conquistados pelo movimento e, sobretudo, os principais desafios que ainda persistem. Informar-se é, em si, uma forma de posicionamento político, pois permite reconhecer injustiças, enfrentar a desinformação e fortalecer ações coletivas.



Saiba mais

Para aprofundar seus conhecimentos e apoiar esse processo de engajamento, recomenda-se a consulta aos seguintes materiais:

Manual de Direitos e LGBTI+ – Volume 3 da Enciclopédia: apresenta os direitos conquistados pelo movimento LGBTI+ e os principais desafios ainda enfrentados.

<https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2024/05/Manual-Direitos-LGBTI.pdf>



Resolução PR 002/2025, de 7 de abril de 2025: reúne orientações e sugestões da Aliança Nacional LGBTI+ do Paraná para o enfrentamento a ataques à cidadania LGBTI+. Acesse: https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2025/04/resolucao_2_2025_enfrentamento_a_ataques_a_cidadania_LGBTI.pdf

Engajar-se nas pautas LGBTI+ também envolve atitudes cotidianas, como apoiar iniciativas de visibilidade, compartilhar informações confiáveis, participar de espaços de formação e diálogo e exercer o direito ao voto de maneira consciente, escolhendo candidaturas comprometidas com a defesa dos direitos humanos e da cidadania da população LGBTI+. Essas ações, somadas, contribuem para a consolidação de uma sociedade mais democrática, plural e justa.

Assim, este capítulo apresentará diferentes formas de posicionamento político e social, destacando estratégias como a produção e divulgação de artigos acadêmicos, a atuação nas mídias sociais, a participação em momentos formativos e a valorização de eventos e premiações LGBTI+. O objetivo é ampliar o entendimento de que o engajamento pode assumir múltiplas expressões e que todas elas têm impacto na luta por direitos.

B6.1 – Artigos acadêmicos

A busca por artigos acadêmicos é fundamental para ampliar o conhecimento sobre a temática e subsidiar a produção científica, bem como embasar análises, debates e a formulação de ações. Diversas plataformas e bases de dados podem auxiliar as pessoas que se dedicam a pesquisas nesse processo de investigação, tais como:

- **SciELO:** biblioteca eletrônica que reúne periódicos científicos brasileiros de diversas áreas do conhecimento, incluindo as ciências sociais e humanas.
- **Portal de Periódicos da CAPES:** plataforma que disponibiliza acesso a periódicos científicos nacionais e internacionais, indexados e avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
- **Repositórios institucionais de universidades:** muitas universidades mantêm bases de dados próprias com artigos, dissertações e teses produzidas por sua própria comunidade acadêmica. Esses repositórios costumam estar disponíveis nos sites das bibliotecas das instituições.
- **Revistas científicas especializadas:** periódicos como *Cadernos Pagu*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *Revista de Sociologia e Política*, *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura (REBEH)*, *Revista Periódicus*, *Cadernos de Gênero e Diversidade*, *Revista Bagoas – Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades* e *Revista Transviades*, entre outros, publicam com frequência artigos relacionados à diversidade sexual e de gênero.
- **Google Acadêmico (Google Scholar):** ferramenta gratuita que permite realizar

buscas avançadas em diferentes bases de dados, incluindo artigos, teses e livros. Recomenda-se o uso de palavras-chave combinadas com o termo LGBTI+, como: discriminação, direitos humanos, homofobia, transfobia, Brasil (ou outro país de interesse), entre outras.

Recomenda-se a utilização de termos de pesquisa os mais específicos possíveis, pois isso contribui para que os resultados encontrados sejam mais próximos do objeto de investigação. A combinação de diferentes palavras-chave, incluindo sinônimos e variações terminológicas, também amplia o alcance da busca.

O uso de operadores booleanos, como AND (em português, “e”) e OR (em português, “ou”), auxilia no refinamento dos resultados — por exemplo: “discriminação LGBTI+ AND Brasil AND políticas públicas”. Além disso, a consulta às referências bibliográficas de artigos relevantes pode indicar outros trabalhos fundamentais sobre o tema. Em casos de dificuldade para localizar produções específicas, o contato direto com especialistas da área pode ser uma estratégia importante para a obtenção de indicações qualificadas.

Saiba mais

O *Manual de Pesquisa e LGBTI+*, volume 20 da Enciclopédia, aprofundará as discussões sobre a pesquisa envolvendo a população LGBTI+ e sua importância para a própria comunidade, destacando a necessidade de produções científicas eticamente comprometidas, não utilitaristas e alinhadas às demandas, vivências e questionamentos da comunidade LGBTI+.



O material ficará disponível no *site* da Aliança Nacional LGBTI+, juntamente com os demais volumes já lançados da Enciclopédia LGBTI+: <https://aliancagbti.org.br/enciclopedia-lgbti/>

Centro de Documentação LGBTI+ Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC LGBTI+)

O CEDOC LGBTI+ tem como missão investigar, preservar e difundir a memória LGBTI+ enquanto expressão histórica e cultural no Brasil, em diálogo com outras instituições que atuam na mesma temática.

O Centro dedica-se à preservação e à difusão de acervos e conteúdos relacionados a lésbicas, gays, bissexuais, pessoas transgêneras, travestis e intersexo, entre outras identidades de gênero e orientações sexuais, bem como a temas como educação sexual, direitos humanos, HIV/AIDS, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), saúde, educação, política, cultura e outros assuntos correlatos, que dialogam com a história, as lutas e as produções do movimento LGBTI+.

Com o objetivo de democratizar o acesso à informação e subsidiar a produção acadêmica em todo o país, o acervo encontra-se em processo de digitalização e publicação em formato digital.



Para saber mais sobre a história e a memória do movimento LGBTI+, acesse o *site* do CEDOC LGBTI+:

<https://cedoc.grupodignidade.org.br/colecoes/>

Ou agende uma visita presencial através do *e-mail* cedoc@grupodignidade.org.br

B6.2 – Mídias sociais

A crescente influência das mídias sociais tem redefinido a dinâmica dos movimentos sociais em escala global, e com a comunidade LGBTI+ não tem sido diferente. Essas plataformas digitais se estabeleceram como espaços amplos, capazes de impulsionar a visibilidade, fomentar a conexão e facilitar a mobilização em prol dos direitos e da inclusão. Contudo, essa mesma arena virtual também apresenta desafios consideráveis, que demandam uma análise crítica e estratégica por parte da comunidade e pessoas aliadas. Compreender o impacto das mídias sociais nos movimentos LGBTI+ é, portanto, essencial para navegar o presente e construir um futuro mais justo e equitativo.

B6.2.1 – O Papel das Mídias Sociais no Movimento LGBTI+

As mídias sociais exercem um impacto significativo no movimento LGBTI+, atuando como uma ferramenta versátil com potencial tanto para o avanço quanto para a exposição a desafios. Em termos de visibilidade, essas plataformas oferecem um espaço crucial para que indivíduos LGBTI+ compartilhem suas narrativas, superem estereótipos e tornem a comunidade mais presente no debate público. A capacidade de conexão proporcionada por redes como Facebook, Instagram e TikTok transcende fronteiras geográficas, fomentando o surgimento de redes de apoio e fortalecendo o senso de comunidade entre pessoas que, de outra forma, poderiam se sentir isoladas.

A mobilização também é facilitada pelas mídias sociais, que permitem a rápida organização de eventos, campanhas e protestos em torno de causas relevantes para a comunidade. Além disso, a disseminação de *posts*, vídeos e *hashtags* contribui para a conscientização de um público amplo acerca dos direitos LGBTI+. O empoderamento é outro aspecto relevante, pois as mídias sociais concedem voz àquelas pessoas que historicamente foram marginalizadas, permitindo-lhes expressar-se livremente e defender seus direitos. Adicionalmente, as plataformas digitais podem ser utilizadas como um instrumento eficaz no combate à desinformação e aos discursos de ódio direcionados à comunidade LGBTI+. Apesar dos benefícios, as mídias sociais também apresentam desafios e limitações para os movimentos LGBTI+.



Fonte: acervo pessoal.

B6.3 – Momentos formativos

Os momentos formativos são fundamentais para o fortalecimento do movimento LGBTI+, pois promovem conscientização, empoderamento e qualificação política da comunidade. Esses espaços contribuem para a disseminação de informações sobre direitos, o enfrentamento aos preconceitos e a construção de redes de apoio e solidariedade. Além disso, possibilitam a formação e o fortalecimento de lideranças, ampliam a visibilidade das pautas LGBTI+ e favorecem a incidência em processos de transformação social e política.

A proliferação de *haters* e discursos de ódio expõe indivíduos a ataques e assédio *on-line*. As bolhas de filtro, inerentes ao funcionamento de muitos algoritmos de redes sociais, podem restringir o contato com diferentes perspectivas, dificultando o diálogo com quem possui opiniões divergentes. A dependência tecnológica emerge como outra preocupação, podendo gerar ansiedade e isolamento, além de criar uma ilusão de comunidade que nem sempre se traduz em apoio real fora do ambiente virtual.

No futuro, as mídias sociais provavelmente manterão um papel central nos movimentos sociais LGBTI+. Contudo, é imperativo que a comunidade esteja preparada para enfrentar os desafios inerentes a essas plataformas, buscando estratégias para utilizá-las de maneira mais eficaz e consciente. Em suma, as mídias sociais representam um instrumento poderoso na luta pelos direitos LGBTI+, conectando pessoas, promovendo a visibilidade e impulsionando a mobilização, sendo cruciais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. No entanto, é fundamental reconhecer seus desafios e empregar essas plataformas de forma crítica e responsável.

B6.3.1 – Projeto Somos Mais

O Projeto *Somos Mais*, realizado pela Aliança Nacional LGBTI+ ao longo de 2025, teve abrangência nacional e contou com ações desenvolvidas nos estados do Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais e Distrito Federal, por meio de emendas parlamentares. O projeto teve como objetivo formar lideranças LGBTI+ para incidir no enfrentamento à violência LGBTIfóbica, com ênfase nos conceitos e práticas de *advocacy*, litigância estratégica, participação e controle social e *accountability*, nos municípios e regiões de residência das pessoas participantes, assim como no âmbito estadual.

Além disso, o projeto buscou fortalecer a incidência junto aos poderes Executivo e Legislativo nos territórios de atuação das lideranças formadas, bem como junto ao Ministério Público, à Defensoria Pública e às respectivas repartições no âmbito estadual, contribuindo para o avanço de políticas e ações de enfrentamento à violência LGBTIfóbica.

Uma das atividades desenvolvidas durante o curso foi a Dinâmica do Carrossel, cujo objetivo foi estimular a troca de experiências, o compartilhamento de estratégias e a construção coletiva de respostas a desafios centrais relacionados à organização, à sustentabilidade, à visibilidade e à liderança no movimento LGBTI+.



Fonte: acervo pessoal.

Apresentam-se, a seguir, as contribuições e reflexões das pessoas cursistas, sistematizadas com o intuito de apoiar processos de estudo, formação e atuação militante a partir deste material.

Dinâmica do Carrossel

1. **Como organizar e fortalecer uma organização LGBTI+**

Uma organização LGBTI+ se fortalece a partir de um propósito claro, da definição de eixos de atuação e do alinhamento entre valores, metodologia e plano de trabalho. É fundamental investir na formalização institucional (estatuto, CNPJ, normativas internas), na construção de uma estrutura organizacional democrática e na formação contínua de lideranças e equipes. O planejamento estratégico, o mapeamento de atores e indicadores sociais, a análise de cenários (como a matriz FOFA) e a criação de vínculos afetivos e políticos entre as pessoas envolvidas são elementos centrais. Parcerias com universidades, poder público, iniciativa privada e outros movimentos sociais ampliam a capacidade de incidência e a legitimidade da organização.

2. **Como garantir sustentabilidade política, técnica, financeira e estrutural**

A sustentabilidade organizacional exige planejamento de médio e longo prazo, diversificação de fontes de recursos e fortalecimento institucional contínuo. Estratégias como a participação em editais públicos e privados, a articulação para obtenção de emendas parlamentares, o financiamento coletivo, a realização de eventos beneficentes e as parcerias com a iniciativa privada foram apontadas como caminhos possíveis. Destacam-se também a importância da capacitação técnica das equipes, do assessoramento contábil e jurídico, da construção de credibilidade pública, da participação em espaços de controle social e da inserção em redes e fóruns regionais e nacionais. A despersonalização da organização, o cuidado com o meio ambiente e a atenção à saúde mental das equipes aparecem como aspectos estratégicos para a longevidade do trabalho.

3. **Como dar visibilidade à organização, às lideranças e à causa LGBTI+**

A visibilidade é construída por meio de estratégias de comunicação planejadas e alinhadas ao território e ao público-alvo. O uso qualificado das redes sociais, a produção de materiais gráficos e informativos, a criação de *podcasts*, cartilhas e conteúdos educativos, bem como a ocupação de espaços públicos e institucionais, foram apontados como ações relevantes. A participação em conselhos, conferências, audiências públicas, meios de comunicação (rádio, TV e mídias comunitárias) e eventos culturais amplia o alcance das pautas LGBTI+. Valorizar a diversidade interna, garantir acessibilidade, fomentar novas lideranças e dialogar com artistas, pessoas comunicadoras e influenciadoras digitais também fortalece a presença pública da causa.

4. Como exercer a liderança e estar em sintonia com as demandas da comunidade LGBTI+

A liderança no movimento LGBTI+ demanda formação contínua, escuta ativa, ética, empatia e compromisso político. As contribuições destacam a importância de compreender o território, dialogar com diferentes segmentos da comunidade, compartilhar saberes e dividir espaços de fala. Planejamento, organização, comunicação não violenta, capacidade de delegar tarefas e cuidado com a saúde mental são práticas fundamentais. Manter-se sempre em dia com dados, pesquisas e políticas públicas voltadas à população LGBTI+ fortalece a argumentação e a incidência política. Pensar globalmente e agir localmente, inspirar-se em lideranças consolidadas e investir em processos coletivos de formação são caminhos para uma atuação mais consistente, democrática e representativa.

B6.3.2 – Outras organizações e iniciativas:



1. **Museu da Diversidade Sexual** – São Paulo: oferece cursos de capacitação profissional, eventos de formação e *networking* e uma feira de empreendedorismo para a comunidade LGBTI+. <https://www.museudadiversidadesexual.org.br/>



2. **Escola Virtual Gov:** oferece o curso *on-line* “Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTI+”, com foco em identidade de gênero, orientação afetivo-sexual e políticas públicas. <https://www.escolavirtual.gov.br/>



3. **Fundação Perseu Abramo:** oferece o curso “Cidadania LGBT e respeito à diversidade”, que discute interseccionalidades e ferramentas para representação política. <https://fpabramo.org.br/>

B6.4 – Eventos e premiações LGBTI+

O movimento LGBTI+ é marcado por eventos históricos que simbolizam a luta por direitos, dignidade e igualdade. Para além da resistência cotidiana e da incidência política, é fundamental reconhecer a importância de momentos de celebração, confraternização e reconhecimento coletivo. Eventos e premiações cumprem um papel estratégico ao fortalecer o vínculo com a comunidade, valorizar trajetórias e trabalhos desenvolvidos em prol dos direitos da população LGBTI+ e consolidar redes de apoio e colaboração.

Essas iniciativas contribuem para o fortalecimento das relações entre ativistas, organizações, instituições parceiras e aliadas, além de ampliarem a visibilidade das ações realizadas e promoverem a socialização em rede. Celebrar conquistas também é uma forma de resistência, cuidado coletivo e afirmação da existência e da potência da comunidade LGBTI+.



Fonte: acervo pessoal.



Nesse sentido, o *Prêmio Aliad@s pela Cidadania LGBTI+*, conferido periodicamente desde 2005, tem como objetivo reconhecer e agradecer os esforços de pessoas e organizações aliadas à promoção da cidadania das pessoas LGBTI+ em Curitiba e no Paraná. Realizado tradicionalmente no mês de março, em comemoração ao aniversário do Grupo Dignidade, o prêmio reafirma a importância do reconhecimento público como ferramenta de fortalecimento do movimento e de suas alianças.



Fonte: acervo pessoal (Parada de SP).



De forma semelhante, o *Prêmio Parada SP de Cidadania LGBTI+* é uma iniciativa da Associação da Parada do Orgulho LGBTI+ de São Paulo, organização responsável pela maior Parada do Orgulho LGBTI+ do mundo. Criado em 2001, o prêmio reconhece e valoriza pessoas e instituições que contribuem para a promoção dos direitos humanos e da cidadania da população LGBTI+ no Brasil. Seu objetivo é celebrar conquistas, destacar avanços sociais e incentivar a continuidade da luta por mais respeito, igualdade e justiça social.



Saiba mais em:

<https://premio.paradasp.org.br/>



Referências - Seção B

ALCÂNTARA, Fernanda. "A nossa primeira reivindicação neste Dia da Visibilidade Trans é viver, e a segunda é sobreviver". **MST**, 29 jan. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/01/29/a-nossa-primeira-reivindicacao-neste-dia-da-visibilidade-trans-e-viver-e-a-segunda-e-sobreviver/>. Acesso em: 1 maio 2025.

ARAÚJO, Mateus. "Chega de gente falando em nosso nome e se apossando da nossa voz", diz João Silvério Trevisan. **Diadorim**, [Brasil], 11 jan. 2021. Disponível em: <https://adiadorim.org/entrevistas/2021/01/chega-de-gente-falando-em-nosso-nome-e-se-apossando-da-nossa-voz-diz-joao-silverio-trevisan/>. Acesso em: 1 maio 2025.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO. **Apostila Comunicação Periferia Viva Mulher**. [S. l.]: AIC, 2023. Disponível em: https://aic.org.br/uploads/2023/04/Apostila_Comunicacao-Periferia-Viva-Mulher.pdf. Acesso em: 9 nov. 2025.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO. **Apostila de mobilização e articulação social**. [S. l.]: AIC, 2020. Disponível em: <https://aic.org.br/uploads/2020/08/Apostila-de-mobilizacao-e-articulacao-social.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2025.

BENTO, Chastinet; BRITO, Luciana. Biografia de Keila Simpson. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 14, n. supl., p. 107-113, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/130032884/Biografia_de_Keila_Simpson. Acesso em: 5 fev. 2026.

BLAKEMORE, Erin. Revolta de Stonewall deu origem ao movimento atual pelos direitos LGBTQ+.
National Geographic, [S. l.], 24 jun. 2021. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2021/06/gay-lgbt-revolta-de-stonewall-movimento-atual-pelos-direitos-lgbtqia>. Acesso em: 11 mar. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Keila Simpson é a primeira travesti brasileira a receber título de doutora Honoris Causa pela UERJ. **Gov.br**, [Brasil], 18 abr. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/abril/keila-simpson-e-a-primeira-travesti-brasileira-a-receber-titulo-de-doutora-honoris-causa-pela-uerj>. Acesso em: 5 fev. 2026.

BRYAN-QUAMINA, Gabrielle. Magnus Hirschfeld and the Institute for Sexual Science. **Science Museum Blog**, [S. l.], 29 fev. 2024. Disponível em: <https://blog.sciencemuseum.org.uk/magnus-hirschfeld-and-the-institute-for-sexual-science/>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHÉROLET, Brenda. Quais as diferenças entre os termos militância e ativismo? **EducaMais Brasil**, [Brasil], 29 maio 2023. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/quais-as-diferencas-entre-os-termos-militancia-e-ativismo>. Acesso em: 26 nov. 2025.

CIDADE ESCOLA APRENDIZ. **Tecnologias do bairro escola**: comunicação comunitária. [Brasil]: Cidade Escola Aprendiz, 2014. Disponível em: https://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Tecnologias-do-bairro-escola_Vol3_Comunicacao-Comunitaria.pdf. Acesso em: 9 nov. 2025.

COMPANHIA DAS LETRAS. **João Silvério Trevisan**. 1 abr. 2022. 1 fotografia, cedida gratuitamente pelo próprio escritor. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:J_S_T_home.jpg. Acesso em: 26 nov. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **PC/CFM/Nº 05/1985**. Brasília, DF: CFM, 1985. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/pareceres/BR/1985/5_1985.pdf. Acesso em: 29 dez. 2025.

DAVIES, Diana. **Stonewall Inn**. New York, 1969. 1 fotografia. New York Public Library Digital Collections, ID: 1582272.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. **Direitos em disputa**: tensões e negociações em torno das políticas de sexualidade e gênero no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERNANDES, Marisa. Marisa Fernandes: “Seguimos em resistência”. Entrevista cedida a Thais Eloy. **Casa1**, São Paulo, 13 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.casaum.org/marisa-fernandes-seguimos-em-resistencia/>. Acesso em: 11 fev. 2026.

FERNANDES, Marisa. O amor entre mulheres e a dona Loló. **Libertárias**, São Paulo, n. 3, p. 47-49, 1998.

FERNANDES, Marisa (org.). **Lésbicas no Brasil**: contribuição para avaliação da década da mulher, 1985–1995. São Paulo: Coletivo de Feministas Lésbicas, 1994.

FERREIRA, Priscylla Ramalho Dias; OLIVEIRA, Sebastião Everton de. **Juventudes e participação política**. Belo Horizonte: Fino Traço: Observatório da Juventude da UFMG, 2021. Disponível em: <https://observatoriodajuventude.ufmg.br/wp-content/uploads/2022/10/Juventudes-e-a-participacao-politica-1.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2025.

FERRO'S BAR. **Memorial da Resistência**, São Paulo, [c2025]. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.sp.org.br/lugares/ferros-bar/>. Acesso em: 11 fev. 2026.

FLORES, C. M.; CANGUSSU, A. M. **Comunicação estratégica e gestão de organizações sociais**: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: [s. n.], 2017.

FONATRANS. **Documentário Jovanna Baby**: uma trajetória do Movimento de Travestis e Trans no Brasil. [S. l.: s. n.], 31 jan. 2020. 1 vídeo (16 min). Publicado pelo canal Fórum Black Trans Brasil – FONATRANS. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uy7FfY66YqM>. Acesso em: 2 dez. 2025.

GONÇALVES, Alisson. **Jornal Lampião da Esquina (1978–1981)**: a luz da identidade gay no Brasil ditatorial. Cachoeirinha: Fi, 2025.

GREEN, James Naylor. **Escritos de um viado vermelho**. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2024.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2024**. Salvador: GGB, 2025. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/mortes-violentas-de-lgbt-no-brasil-2024/>. Acesso em: 2 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Governança para entidades sem fins lucrativos**: guia de orientação às organizações da sociedade civil. São Paulo: IBGC, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA; FÓRUM NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS. **Guia das melhores práticas para organizações do terceiro setor**. São Paulo: IBGC: FONIF, 2020. Disponível em: https://fonif.org.br/wp-content/uploads/2020/06/GUIA_3SETOR_IBGC_WEB.pdf. Acesso em: 9 nov. 2025.

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL. OSCs, OSCIPs e OS: o que são e como se diferenciam? **IDIS**, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.idis.org.br/oscs-oscip-e-os-o-que-sao-e-como-se-diferenciam/>. Acesso em: 9 nov. 2025.

INTERNATIONAL LESBIAN, GAY, BISEXUAL, TRANS, AND INTERSEX ASSOCIATION. **State-Sponsored Homophobia Report**. Geneva: ILGA, 2023.

JAMES Naylor Green. **Memorial da Resistência**, São Paulo, [c2025]. Disponível em: <https://>

memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/james-naylor-green/. Acesso em: 11 fev. 2026.

JOÃO Silvério Trevisan fala sobre movimento LGBTQ+, Grupo Somos, Lâmpião da Esquina e mais! Diacast. [S. l.: s. n.], 13 set. 2023. 1 vídeo (122 min). Publicado pelo canal DiaTV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YVGTvZF5RgE>. Acesso em: 1 maio 2025.

JOÃO Silvério Trevisan. **Memorial da Resistência**, São Paulo, [c2025]. Disponível em: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/joao-silverio-trevisan/>. Acesso em: 4 fev. 2026.

LEITE, Matheus. [Sem título]. 2024. 1 fotografia. Disponível em: <https://english.elpais.com/international/women-leaders-of-latin-america/2024-03-28/the-veteran-lgbtq-activist-who-defies-statistics-and-dreams-of-becoming-a-centenarian.html>. Acesso em: 27 nov. 2025.

MARISA FERNANDES. **Memorial da Resistência**, São Paulo, [c2025]. Disponível em: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/marisa-fernandes/>. Acesso em: 19 nov. 2025.

MELLO, Antonio. Oscar Wilde: o amor que não ousa dizer seu nome – frases famosas. **Revista Fórum**, [Brasil], 14 abr. 2024. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/cultura/2024/4/14/oscar-wilde-o-amor-que-no-ousa-dizer-seu-nome-frases-famosas-157287.html>. Acesso em: 19 nov. 2025.

MEMÓRIAS e narrações do ativismo LGBTI. Pelotas, RS: Centro de Memória LGBTI João Antônio Mascarenhas, 2021. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/memoriaslgbti/2021/09/30/memorias-e-narracoes-do-ativismo-lgbti/>. Acesso em: 6 fev. 2026.

MÊS da Visibilidade Transexual e Travesti com Keila Simpson | Bem Viver. [S. l.: s. n.], 29 jan. 2022. 1 vídeo (28 min). Publicado pelo canal Rede TVT. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1vf_04DLTec. Acesso em: 1 maio 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Caderno de concepção do fortalecimento de vínculos**. Brasília, DF: MDS, 2011. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/concepcao_fortalecimento_vinculos.pdf. Acesso em: 9 nov. 2025.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume, 2012.

MORRE João W. Nery, 1º homem transexual operado do Brasil, aos 68 anos. **CLAUDIA**, São Paulo, 26 out. 2018. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/noticias/morre-joao-w-nery/>. Acesso em: 4 fev. 2026.

MOTT, Luiz. **O sexo proibido**: virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição. Campinas: Papirus, 1988.

MOTT, Luiz. [Entrevista]. Entrevista cedida ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2018. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/entrevistados/luiz-mott>. Acesso em: 5 fev. 2026.

MOTT, Luiz. **Crônicas de um gay assumido**. Rio de Janeiro: Record, 2003. Disponível em: <https://luizmottblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/03/32-cronicas-gay-assumido1.pdf>. Acesso em: 1 maio 2025.

MOTT, Luiz. Como erradicar os crimes homotransfóbicos no Brasil. **Divulga-CI**: Revista de Divulgação Científica em Ciência da Informação, [Brasil], v. 2, n. 6, jun. 2024a. Disponível em: <https://www.divulgaci.labcilabci.online/v-2-n-6-jun-2024/editorial-como-erradicar-os-crimes-homotransfobicos-no-brasil-por-luiz-mott/>. Acesso em: 1 maio 2025.

MOTT, Luiz. **O retrato falado de Xica Manicongo**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2024b. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/o-retrato-falado-de-xica-manicongo/>. Acesso em: 18 nov. 2025.

MOTT, Luiz; MURICY, Sérgio. **Tibira do Maranhão**: 1º mártir da homofobia no Brasil, 1613. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2024.

MUNIZ, Rubson. [Sem título]. 2024. 1 fotografia. Disponível em: https://midianinja.org/wp-content/uploads/2024/01/photo_2024-01-25_15-05-40.jpg. Acesso em: 27 nov. 2025.

MUSSOI, Fernando. **Como criar uma ONG**: guia completo com passo a passo. [S. l.: s. n.], 2023.

NERY, João W. **De viagem solitária ao ativista**. [S. l.]: Biblioteca Viva, 2014.

NERY, João W. **Viagem solitária**: memórias de um transexual 30 anos depois. Lisboa: Leya, 2011.

NORTHOUSE, Peter G. **Leadership**: theory and practice. 8. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, [2018].

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Por que você não me abraça? Reflexões a respeito da invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros. **Sur**: Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 15, n. 28, p. 167-179, 2018. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-megg-rayara-gomes-de-oliveira.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2026.

PARA ONDE caminha a comunidade LGBT? | Entrevista com LUIZ MOTT, do Grupo Gay da Bahia. [S. l.: s. n.], 16 abr. 2024. 1 vídeo (30 min). Publicado pelo canal CartaCapital. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CbvOJrkZuQA>. Acesso em: 10 maio 2025.

REIS, Toni; CAZAL, Simón (org.). **Manual de advocacy, litigância estratégica, controle social e accountability LGBTI+**. Curitiba, PR: IBDSEX, 2021. (Enciclopédia LGBTI+ v. 11). Disponível em: <https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2022/01/11-Manual-de-Advocacy-Litigancia-Estrategica-Controle-Social-e-Accountability-LGBTI.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2025.

RIBEIRO, Edda. “Quem me perseguia passou a me respeitar”, diz Jovanna Baby sobre trajetória. **Alma Preta**, [Brasil], 20 jul. 2020. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/jovanna-baby-quem-me-perseguiu-passou-a-me-respeitar/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

SILVA, Jovanna Baby Cardoso da. **Bajubá Odara**: resumo histórico do nascimento do movimento de travestis no Brasil. 1. ed. Picos, PI: FONATRANS, 2021.

SOUTO MAIOR JR., Paulo R. Assumir? Por quê? O dispositivo de confissão das homossexualidades no Brasil nas páginas do Jornal Lampião da Esquina (1978-1981). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 14, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/download/1127/pdf/352353784>. Acesso em: 1 maio 2025.

SOUZA, Cláudio André de; PEREIRA, Carla Galvão. **Movimentos sociais**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2018. E-book. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32591>. Acesso em: 9 nov. 2025.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4275**. Brasília, DF: STF, 2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão n. 26 e Mandado de Injunção n. 4733**. Brasília, DF: STF, 2019.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Ações Diretas de Inconstitucionalidade n. 4277 e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 132**. Brasília, DF: STF, 2011.

TEDESCO, Caio. **Não se nasce homem, torna-se**: a emergência das transmasculinidades e o espaço biográfico de João Walter Nery (1950-1988). 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Objetiva, 2021.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. O parágrafo 175 e a campanha nazista contra a homossexualidade. **Enciclopédia do Holocausto**, Estados Unidos, 2024. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/paragraph-175-and-the-nazi-campaign-against-homosexuality>. Acesso em: 17 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Manual de comunicação pública e cidadania**. Juiz de Fora: UFJF, 2023. Disponível em: <https://www.ufjf.br/>. Acesso em: 9 nov. 2025.

VEIGA, Edison. A história do 1º casal gay “de papel passado” do mundo, que ficou junto até a morte. **BBC News Brasil**, [Brasil], 7 jun. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48528087>. Acesso em: 11 mar. 2025.

WIKIMEDIA COMMONS. Karl Heinrich Ulrichs (from Kennedy). **Wikipédia**, [S. l.], 24 out. 2009. Domínio público. Enviado por James Steakley. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Karl_Heinrich_Ulrichs_\(from_Kennedy\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Karl_Heinrich_Ulrichs_(from_Kennedy).jpg). Acesso em: 18 nov. 2025.

WIKIMEDIA COMMONS. Kertbeny Karl Maria (1824-1882). **Wikipédia**, [S. l.], 6 jan. 2019. Domínio público. Digitalização por Kimsaka. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Kertbeny_Karl_Maria_\(1824-1882\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Kertbeny_Karl_Maria_(1824-1882).jpg). Acesso em: 18 nov. 2025.

SEÇÃO

C

**INFORMAÇÕES
COMPLEMENTARES**

C1

HISTÓRICO DE ATUAÇÃO DE ENTIDADES JUNTO À POPULAÇÃO LGBTI+

Para a elaboração do *Manual de Formas de Ativismo e Militância LGBTI+*, diversas entidades parceiras foram contatadas por e-mail e WhatsApp, sendo solicitado o envio de um breve histórico de suas atuações junto à população LGBTI+ para integrar a publicação. Apresentamos, a seguir, as organizações que responderam ao convite dentro do prazo estabelecido de 20 de janeiro de 2025.

C1.1 – Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (ABRAFH)



Histórico e missão

A ABRAFH, fundada em 2015, destaca-se como uma entidade fundamental na promoção e na defesa dos direitos das famílias homotransafetivas no contexto brasileiro. Com atuação proativa, a ABRAFH busca representar os interesses dessas famílias, que frequentemente enfrentam desafios específicos e situações de discriminação em diversos setores da sociedade.

A entidade desenvolve ações de *advocacy* de forma sistemática e incisiva, utilizando sua atuação para sensibilizar a opinião pública, contribuir para a formulação de políticas públicas e enfrentar o preconceito. Além disso, a ABRAFH desempenha papel relevante na conscientização da sociedade acerca da diversidade familiar, promovendo a inclusão e o respeito.

Por meio de eventos, campanhas educativas e parcerias estratégicas, a associação amplia a visibilidade das histórias, desafios e conquistas das famílias homotransafetivas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao articular ações e fortalecer redes, a ABRAFH consolida-se como uma voz representativa e ativa na luta pelo reconhecimento e pela garantia dos direitos das famílias que compõem a diversidade do cenário social brasileiro.

Atuação e população atendida

A ABRAFH desenvolve ações de *advocacy* em âmbito nacional, com respaldo estatutário para uma atuação ampla na defesa dos direitos das famílias homotransafetivas em todo o Brasil.

Parcerias institucionais

A ABRAFH atua em parceria com órgãos e entidades de alcance nacional na execução de ações de *advocacy* em defesa dos direitos das famílias homotransafetivas no Brasil.

Contato e redes

Site: <https://www.abrafh.org.br/>

Instagram: @abrafh.oficial

C1.2 – Aliança Nacional LGBTI+



Histórico e missão

A Aliança Nacional LGBTI+ é uma organização da sociedade civil, pluripartidária e sem fins lucrativos. Teve seu registro formal em 2003 e, em 30 de maio de 2009, passou a atuar como uma rede, inicialmente na forma de uma lista de discussão na internet. Em 2016, deu início à organização sistemática de seu trabalho de promoção e defesa dos direitos humanos e da cidadania, especialmente da comunidade LGBTI+, nos estados brasileiros, por meio de parcerias com pessoas físicas e jurídicas.

A Aliança Nacional LGBTI+ atua em âmbito nacional com pessoas LGBTI+ e aliadas, bem como com organizações das mais diversas naturezas interessadas em apoiar a causa LGBTI+, com o objetivo de articular os diversos atores interessados em colaborar com essa luta. Sua missão é “atuar na promoção e na defesa dos direitos humanos e da cidadania da comunidade LGBTI+”.

Atuação e população atendida

A Aliança possui uma atuação ampla e capilarizada, contando com coordenações em todos os estados da federação e no Distrito Federal, além de presença em mais de 300 municípios. Seu público-alvo é diverso, tendo como foco o fortalecimento do *advocacy* e da incidência política.

Principais ações e projetos

A Aliança executa o projeto Somos Mais, voltado à formação em *advocacy* e ativismo. O projeto já foi desenvolvido em diversos estados de diferentes regiões do Brasil, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Goiás, além de contar com uma edição de abrangência nacional.

Parcerias institucionais

A Aliança mantém um longo histórico de parcerias, sobretudo com órgãos e entidades de caráter nacional. Foram realizadas ações em conjunto com diversos ministérios, destacando-se os Ministérios da Saúde, dos Direitos Humanos e da Cidadania e do Trabalho e Emprego, bem como o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União, entre outros.

Acervo e materiais

Além da publicação de resoluções, notas públicas e cartas informativas, a área de educação e pesquisa da Aliança produz materiais informativos e educativos sobre temas emergentes de interesse da população LGBTI+, disponibilizando todo o conteúdo em seu *site*.

Contato e redes

Site: <https://aliancagbti.org.br/>

E-mail: aliancagbti@gmail.com

Instagram: @aliancagbti

C1.3 – Articulação Brasileira Não-Binária (ABRANB)



Histórico e missão

Fundada em junho de 2021, a Articulação Brasileira Não-Binária (ABRANB) é uma rede de atuação nacional dedicada à promoção da visibilidade, do reconhecimento e da garantia de direitos das pessoas não binárias no Brasil. Surgiu da necessidade de articular demandas específicas dessa população, reunir informações, produzir referências políticas e técnicas e coordenar ações de incidência social e institucional. Atualmente, a ABRANB conta com integrantes em 18 estados brasileiros, atuando de forma descentralizada para fortalecer seções estaduais e ampliar sua presença nos debates públicos.

Atuação e população atendida

Atua na defesa dos direitos das pessoas não binárias, com foco em políticas públicas, saúde, educação, linguagem inclusiva, reconhecimento jurídico e combate à discriminação. Atende pessoas não binárias em âmbito nacional, além de dialogar com instituições públicas, universidades e organizações da sociedade civil.

Principais ações, projetos e incidências

- Elaboração da *Síntese de Pautas da População Não-Binária*, composta por 12 itens.
- Produção coletiva de pareceres sobre retificação de registro civil, linguagem inclusiva e uso de banheiros e vestiários.
- Tradução e adaptação de artigos científicos da área da saúde para linguagem acessível.
- Produção e distribuição de cartilha sobre acolhimento em saúde, especialmente em UBSs.
- Participação em fóruns nacionais e internacionais, incluindo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional.
- Reuniões e articulações com universidades e coletivos sobre acesso ao ensino superior.

Parcerias institucionais e articulações

Articulação com organizações como Coletive NB da Paraíba, IBRAT, ABGLT e Aliança Nacional LGBTI+.

Materiais de referência e produções

Pareceres e documentos: <https://linktr.ee/abranb.articulacao>

Acervo digital de livros:

<https://drive.google.com/drive/folders/1OBtVbFnyurToqUwWTcXbL9-jj6HeTw0l?usp=sharing>

Contato e redes

E-mail: abranb.associacao@gmail.com

Instagram: @abranb.articulacao

Facebook: abranb

C1.4 – Articulação Brasileira de Gays (ARTGAY)



Histórico e missão

Fundada em 20 de setembro de 2010, na cidade de Natal (RN), a ARTGAY é uma entidade nacional, de direito privado e sem fins lucrativos, com atuação em todo o território brasileiro.

Sua missão é contribuir para a conscientização da sociedade quanto ao respeito à livre orientação sexual e às expressões de gênero, bem como para a implementação de políticas públicas que garantam os direitos humanos da população LGBTI+.

Atuação e população atendida

Atua na incidência política, no controle social e na defesa dos direitos humanos de gays, bissexuais e demais segmentos da população LGBTI+ em âmbito nacional.

Principais ações, projetos e incidências

- Membro do Conselho Nacional de Saúde (2015–2018; 2018–2021).
- Membro do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (2015–2017; 2024–2025).
- Membro do CONANDA (2018–2020).
- Participação na Comissão de Articulação com Movimentos Sociais em HIV/AIDS e Hepatites Virais do Ministério da Saúde.
- Membro do CONSEA (2024–2027).

Contato e redes

Endereço: Rua Rio Guaíba, 828, Bairro Bela Vista – Boa Vista/RR – CEP 69316-118

Telefone: 98850-7299

E-mail: artgayoficial@gmail.com

Instagram: @artgaybrasil

Facebook: ARTGAYBrasil



C1.5 – Associação das Paradas do Orgulho LGBT de Salvador (ASPOLGBT)

Histórico e missão

Criada em 27 de maio de 2015, na cidade de Salvador (BA), a ASPOLGBT é uma organização da sociedade civil formada por pessoas LGBTI+ responsáveis pela organização de paradas, caminhadas e marchas do orgulho em comunidades periféricas da capital baiana. Sua missão é representar e fortalecer essas organizações, promovendo visibilidade positiva, articulação política e o enfrentamento à LGBTIfobia e a todas as formas de discriminação. Tem como princípios: inclusão, respeito, diversidade, solidariedade, autonomia, apartidarismo, diálogo comunitário e combate a todas as formas de discriminação.

Atuação e população atendida

Atua na promoção de eventos culturais, educativos e políticos voltados à população LGBTI+ de Salvador, com foco em territórios periféricos.

Parcerias institucionais

InterPride – Associação Internacional de Organizadores de Paradas do Orgulho.

Contato e redes

E-mail: yorrann2008@hotmail.com

WhatsApp: 71 98632-2786

Instagram: @aspolgbt

C1.6 – Conecta LGBTI+



Histórico e missão

Fundado em 1º de janeiro de 2023, com atuação nacional, o Conecta LGBTI+ é um empreendimento social que atua na sensibilização de empresas e de atores políticos nas pautas de diversidade, inclusão, equidade e pertencimento (DIEP), bem como em ESG.

Sua missão é influenciar processos decisórios de forma responsiva, inclusiva e representativa, promovendo igualdade de oportunidades para a comunidade LGBTI+. A organização possui *status* de *amicus curiae* junto ao STF.

Atuação e população atendida

Atende pessoas LGBTI+ em processo de recolocação profissional e atua junto a lideranças políticas e institucionais.

Principais ações e projetos

Treinamentos corporativos e *advocacy* político e institucional.

Parcerias institucionais

Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Contato e redes

Site: [conectalgbti](http://conectalgbti.org)

E-mail: conectalgbti@gmail.com

Telefone: 41 98525-9122

Instagram: @conectalgbti

C1.7 – Grupo Dignidade



Histórico e missão

Fundado em 14 de março de 1992, o Grupo Dignidade foi uma das organizações pioneiras na luta e na defesa dos direitos das pessoas LGBTI+ no Brasil e a primeira do Paraná. Ao longo de sua trajetória, executou centenas de projetos e programas, sobretudo em Curitiba e Região Metropolitana, além de ter participado de importantes movimentos sociais que se consolidaram posteriormente. Foi a primeira organização LGBTI+ do Brasil a receber o título de Utilidade Pública Federal, por decreto presidencial, em 5 de maio de 1997.

A missão do Grupo Dignidade é “atuar na defesa e na promoção da livre orientação sexual e da identidade de gênero, bem como dos direitos humanos e da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos (LGBTI+)”.

Atuação e população atendida

As principais áreas de atuação do Grupo Dignidade são a defesa e a promoção dos direitos humanos das pessoas LGBTI+, bem como a promoção da saúde, com ênfase na prevenção do HIV e de outras ISTs. A organização também possui atuação relevante no cenário nacional, tendo promovido encontros e articulações de destaque na história do movimento LGBTI+.

Sua atuação é ampla e diversificada, com a execução de projetos de atendimento direto ao público, especialmente voltados a pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, totalizando mais de 1.500 atendimentos mensais. Além disso, a instituição mantém forte atuação nas áreas de *advocacy* e controle social.

Principais ações e projetos

O Grupo Dignidade realizou a primeira Parada LGBTI+ do Brasil, em 31 de janeiro de 1995, ocasião em que foi consolidada a criação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Trans (ABGLT). Também desenvolveu inúmeras ações voltadas à saúde sexual e à prevenção das ISTs, especialmente do HIV, no contexto da epidemia de AIDS das décadas de 80 e 90.

Atualmente, executa o projeto *Paraná Mais Diversidade*, que promove formações sobre diversidade, atendimentos e pesquisa histórica do movimento LGBTI+ nas dez maiores cidades do Paraná. Financiado pela Itaipu Binacional, trata-se do maior projeto LGBTI+ da história do estado e o primeiro desse tipo a ser financiado por uma grande empresa estatal.

Parcerias institucionais

O Grupo Dignidade mantém um amplo conjunto de parcerias, especialmente nas áreas da saúde, pesquisa, assistência social, cultura e direitos humanos. Entre as principais articulações, destacam-se aquelas com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Itaipu Binacional, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e a Defensoria Pública do Estado do Paraná, entre outras.

Acervo e materiais

O Grupo Dignidade criou o Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC LGBTI+), que conta com espaço físico para visita e pesquisa presencial, além de acervo digital disponível no *site*.

Contato e redes

Endereço: Av. Marechal Floriano Peixoto, 366, sala 46 – Centro, Curitiba/PR

Site: <https://www.grupodignidade.org.br/>

Acervo digital: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/>

E-mail: dignidade@grupodignidade.org.br

Telefone: 41 3222-3999

Instagram: @grupodignidade

C1.8 – Grupo de Pais de Homossexuais (GPH)



Histórico e missão

Fundado em 1997, com atuação na cidade de São Paulo e reconhecimento nacional, o GPH é o primeiro grupo de pais de pessoas LGBTI+ do Brasil. Sua missão é acolher familiares de lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans e intersexuais, oferecendo apoio, informação e espaços de escuta.

Atuação e população atendida

Atua no acolhimento de famílias e jovens LGBTI+, contribuindo para o fortalecimento de vínculos familiares e sociais.

Principais ações e projetos

Projeto Mães do GPH e Projeto Purpurina (jovens de 13 a 24 anos).

Parcerias institucionais

Parcerias com programas estaduais e com a Prefeitura de São Paulo.

Acervo e materiais

Acervo físico de livros, artigos e pesquisas disponível para consulta pública.

Contato

Telefones: 11 3031-2106 / 11 99424-3112

C1.9 – Instituto Ouroboros



Histórico e missão

Fundado em 2016, com atuação no Distrito Federal e Entorno, o Instituto Ouroboros é uma entidade sem fins lucrativos que atua na promoção da cidadania plena de populações em situação de vulnerabilidade, incluindo pessoas LGBTI+, mulheres, população negra, pessoas vivendo com HIV/AIDS, idosos e pessoas em situação de rua.

Atuação e população atendida

Atua na arrecadação e distribuição de alimentos, itens de higiene, insumos de saúde e prevenção de ISTs, além de campanhas educativas, capacitações e ações voltadas à empregabilidade e ao empreendedorismo.

Contato e redes

Instagram: @institutoouroboros

C1.10 – MET BRONCA: Associação de Ação Social e Cultural LGBT+



Histórico e missão

Fundada em 7 de abril de 1995, na Bahia, com registro formal em 5 de abril de 2021, a MET BRONCA é uma associação criada por militantes lésbicas atuantes desde a década de 1990. Sua missão é promover acolhimento, formação, incidência política e melhoria das condições de vida da população LGBTI+, com foco em pessoas idosas, PCDs e em situação de rua.

Atuação e população atendida

Atua junto à população LGBTI+ baiana, com ações nas áreas de saúde, assistência social, cultura, educação, segurança pública e direitos humanos.

Principais ações e projetos

- Ações de saúde e prevenção.
- Distribuição de cestas básicas.
- Apoio à empregabilidade.
- Projetos culturais, como o Palco Show LGBT das Lésbicas Futurísticas.

Parcerias institucionais

Parcerias com agentes políticos, empresas privadas e secretarias públicas.

Contato e redes

E-mail: metbroncaoficial@yahoo.com

Instagram: @metbroncamet

Telefones: 71 99258-8886 / 71 99201-0526

C1.11 – Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT+



Histórico e missão

Fundada em 26 de julho de 2014, com atuação nacional, a Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT+ reúne iniciativas que promovem a vivência de pessoas LGBTI+ na fé católica. Sua missão é fomentar espaços de diálogo, espiritualidade, acolhimento e militância, articulando fé, diversidade sexual e justiça social.

Atuação e população atendida

Atende pessoas católicas LGBTI+ em todo o Brasil, por meio de grupos locais, núcleos virtuais, formação teológica e incidência pastoral.

Principais ações e projetos

- Formação teológica e espiritual.
- Grupos de acolhimento e escuta.
- Incidência pastoral e diálogo institucional.
- Comunicação, campanhas e produção de materiais educativos.

Parcerias institucionais

GNRC, CNLB e diálogo com organismos da Igreja Católica no Brasil.

Acervo e materiais

Acervo digital disponível para consulta pública.

Contato e redes

Site: redecaticoslgbt.com.br

E-mail: redecaticoslgbt@gmail.com

Telefone: 19 99119-1365

Instagram e Facebook: @redecaticoslgbt

C2

MODELOS DE DOCUMENTOS PARA FIRMAR UMA OSC



Acesse os documentos abaixo em formato editável:

<https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2025/02/Anexos-Manual-de-Formas-de-Ativismo-e-Militancia-LGBTI.docx>

C2.1 – Modelo de Ata de Eleição de Diretoria

ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA

Aos _____ dias do mês de _____ de _____ (ano), às _____ horas, na [ENDEREÇO COMPLETO - RUA, NÚMERO, BAIRRO, CIDADE/ESTADO], reuniu-se a Assembleia Geral da [NOME COMPLETO DA ORGANIZAÇÃO], devidamente convocada conforme [EDITAL/ESTATUTO], sob a presidência de [NOME COMPLETO DA PESSOA PRESIDINDO A ASSEMBLEIA] e secretariada por [NOME COMPLETO DA PESSOA SENDO SECRETÁRIA DA ASSEMBLEIA].

1. Abertura e verificação de quórum:

Declarada aberta a sessão, a Presidência verificou a presença de [NÚMERO] pessoas associadas, confirmando o quórum legal para deliberação.

2. Aprovação do estatuto social:

Foi apresentado e lido na íntegra o Estatuto Social da organização. Após discussões e esclarecimentos, o Estatuto foi aprovado por unanimidade pelas pessoas presentes, tornando-se o documento regente da associação.

3. Eleição da diretoria:

Foi apresentada e submetida à apreciação das pessoas presentes a chapa única/proposta de composição da Diretoria para o mandato de [DURAÇÃO DO MANDATO, ex.: 2 (dois) anos], ficando assim eleita:

Presidência: [NOME COMPLETO], portando o [DOCUMENTO] nº [NÚMERO DO DOCUMENTO]

Secretaria Geral: [NOME COMPLETO], portando o [DOCUMENTO] nº [NÚMERO DO DOCUMENTO]

Tesouraria: [NOME COMPLETO], portando o [DOCUMENTO] nº [NÚMERO DO DOCUMENTO]

4. Eleição do conselho fiscal:

Para o mesmo período, elegeram-se as seguintes pessoas como membros titulares do Conselho Fiscal:

[NOME COMPLETO 1], [DOCUMENTO] nº [NÚMERO]

[NOME COMPLETO 2], [DOCUMENTO] nº [NÚMERO]

[NOME COMPLETO 3], [DOCUMENTO] nº [NÚMERO]

5. Posse:

As pessoas eleitas declararam aceitar os cargos e foram consideradas empossadas, comprometendo-se a desempenhar suas funções com zelo e dedicação, em conformidade com o Estatuto Social.

6. Encerramento:

Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerrou a assembleia e eu, [NOME DA PESSOA SECRETÁRIA], lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por todas as pessoas presentes.

[CIDADE], [DATA COMPLETA].

C2.2 – Modelo de Estatuto Social para Associação

Estatuto social

Capítulo I – Da denominação, sede, foro e fins

Artigo 1º - Fica constituída a [NOME COMPLETO DA ORGANIZAÇÃO], associação civil sem fins lucrativos, com sede e foro em [CIDADE/ESTADO], regendo-se pelo presente estatuto.

Artigo 2º - São objetivos da associação:

- I. defender os direitos da população LGBTI+;
- II. promover ações de acolhimento e apoio psicossocial;
- III. desenvolver projetos educativos sobre diversidade sexual e de gênero;
- IV. realizar atividades culturais, esportivas e de lazer;
- V. [OUTROS OBJETIVOS ESPECÍFICOS].

Capítulo II – Do Patrimônio e sua constituição

Artigo 3º - O patrimônio da associação será constituído por:

- I. doações de pessoas associadas e não associadas;
- II. subvenções e auxílios de entidades públicas e privadas;
- III. rendimentos de aplicações financeiras;
- IV. [OUTRAS FONTES DE RECURSOS].

Capítulo III – Das associadas

Artigo 4º - Poderão ser associadas pessoas físicas ou jurídicas que concordem com os objetivos estatutários.

Artigo 5º - São direitos das pessoas associadas:

- I. participar das assembleias gerais;
- II. votar e ser votada para os cargos eletivos;
- III. [OUTROS DIREITOS].

Artigo 6º - São deveres das pessoas associadas:

- I. cumprir o presente estatuto;
- II. pagar pontualmente as contribuições estabelecidas;
- III. [OUTROS DEVERES].

Capítulo IV – Da diretoria e conselho fiscal

Artigo 7º - A diretoria será composta por quatro posições:

- I. Presidência;
- II. Vice-presidência;

- III. Secretaria;
- IV. Tesouraria.

Artigo 8º - O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes.

Capítulo V - Das disposições gerais

Artigo 9º - A associação poderá ser dissolvida por deliberação da assembleia geral extraordinária, convocada especialmente para esse fim.

Artigo 10º - Os bens remanescentes, após a liquidação, serão destinados a outra entidade com fins similares.

[CIDADE], [DATA DE APROVAÇÃO].

C2.3 – Modelo de Ofício para Solicitação de Reunião

[LOGO DA ORGANIZAÇÃO, SE HOUVER]

**OFÍCIO Nº [NÚMERO]/[ANO]
[CIDADE], [DATA COMPLETA]**

À/AO

[Exmo. Sr./Exma. Sra.]

[NOME E CARGO DA AUTORIDADE]

[ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO]

[ENDEREÇO COMPLETO]

Assunto: Solicitação de reunião

Prezado(a) Senhor(a) [SOBRENOME DA AUTORIDADE],

A [NOME DA ORGANIZAÇÃO/COLETIVO LGBTI+], por meio deste, vem respeitosamente solicitar uma reunião para apresentar nossas demandas e propostas relacionadas aos direitos da população LGBTI+ em nosso município/estado.

Temos interesse em discutir especificamente [ASSUNTO PRINCIPAL DA REUNIÃO], e acreditamos que um diálogo direto poderá contribuir para o avanço de políticas públicas que beneficiem nossa comunidade.

Colocamo-nos à disposição para agendar a data e horário que melhor se adequem à sua agenda, podendo a reunião ser realizada [MODALIDADE: presencialmente/virtualmente].

Desde já agradecemos a atenção e aguardamos um retorno.

Atenciosamente,

[NOME COMPLETO DO REMETENTE]

[CARGO NA ORGANIZAÇÃO]

[NOME DA ORGANIZAÇÃO]

C2.4 – Modelo de Lista de Presença

Lista de Presença

Evento/Reunião: [NOME DO EVENTO OU REUNIÃO]

Data: [DATA COMPLETA]

Local: [LOCAL DO EVENTO]

[illegible]

Total presente: _____

C2.5 – Modelo de Planejamento de Comunicação Digital

PLANO DE COMUNICAÇÃO DIGITAL - CAMPANHA "RESPEITO TRANS"

PERÍODO: março/2024 a junho/2024

1. OBJETIVOS:

- Aumentar seguidores no Instagram de 1.200 para 2.000 em 3 meses
- Alcançar 50.000 pessoas com posts sobre direitos trans
- Gerar 30 voluntários através de formulário on-line
- Aumentar taxa de engajamento para 5%

2. PÚBLICOS-ALVO PRINCIPAIS:

- Jovens LGBTI+ 16-25 anos
- Aliados da causa 25-40 anos
- Imprensa local e ativistas

3. PLATAFORMAS PRIORITÁRIAS:

- Instagram (conteúdo visual)
- TikTok (vídeos curtos)
- WhatsApp (mobilização)

4. CRONOGRAMA DE CONTEÚDO:

SEMANA	TEMA PRINCIPAL	FORMATOS	PLATAFORMAS
1-2	Nome Social é Direito	3 reels e 5 stories	Instagram e TikTok
3-4	Enfrentamento à Transfobia	4 cards e 2 depoimentos	Instagram e WhatsApp
5-6	Saúde Integral Trans	2 lives e 6 posts	Instagram
7-8	Voluntariado	1 chamada direta	Todas

5. INDICADORES DE SUCESSO:

- Taxa de engajamento > 4%
- Crescimento de seguidores: 250/mês
- Cliques no link da bio: 500 pessoas
- Formulários preenchidos: 30 pessoas

6. INVESTIMENTO:

- Tempo da equipe: 15 horas/semana
- Recursos para produção: criação de 20 artes e 10 vídeos
- Verba para impulsionamento: R\$ 300,00







